



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1249-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional de “Vestuário” (2000-2016)	35
Comércio internacional de Têxteis (2000-2016)	45
Comércio internacional de mercadorias, Portugal - Moçambique (2012-2016 e janeiro-setembro 2016-2017)	55
Iniciativas e Medidas Legislativas	67
Lista de Acrónimos	75

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do quarto trimestre de 2017, assistiu-se a uma desaceleração da produção industrial mundial, cujo aumento foi de 3,6% em termos homólogos em outubro (3,8% em setembro) e a um enfraquecimento global das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente em termos de exportações.
- * O PIB do G20 aumentou para 3,9% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2017 (3,6% no 2.º trimestre), influenciado por um fortalecimento das economias avançadas, (particularmente da área do euro e dos EUA) e da generalidade dos países emergentes, com destaque para o Brasil e a Rússia.
- * Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2017 para os EUA indicam a continuação de uma forte expansão da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens) e de uma evolução favorável do mercado de trabalho. O consumo privado manteve-se robusto, tendo aumentado 2,6% em termos homólogos reais em outubro. Em novembro de 2017, a taxa de desemprego estabilizou em 4,1% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,2%.
- * No 3.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 2,6% em termos homólogos reais, em ambas as zonas (2,4% no trimestre precedente, também em ambas as regiões) refletindo uma melhoria do investimento e das exportações. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de novembro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou de forma expressiva, regressando aos níveis de abril de 2007 (+0,6%, no 3.º trimestre). No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto na UE como na AE, resultando da melhoria de todos os indicadores de confiança, com destaque para o setor da construção. Em outubro de 2017, a taxa de desemprego diminuiu quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 7,4% e 8,8%, respetivamente (os valores mais baixos desde o início de 2009). Em novembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,5% em termos homólogos e em termos de variação dos últimos 12 meses (1,4% no mês precedente em ambos os casos).
- * Em dezembro de 2017 e, até ao dia 21, o preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido ascendente, para se situar, em média, em 63 USD/bbl (54 €/bbl), refletindo a extensão do acordo para a redução da produção de petróleo até ao final de 2018, decidido na reunião da OPEP, no final do mês de novembro de 2017; alguma instabilidade política na Arábia Saudita e o encerramento durante algum tempo de um oleoduto no Mar do Norte, limitando a produção desta matéria-prima.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 21 de dezembro de 2017. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para 1,58% nesse período, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 13 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,25% e 1,50%. O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) confirmou, no dia 14 de dezembro, a diminuição do montante de compras líquidas de ativos mensais para 30 mil milhões de euros, a partir de janeiro de 2018 e, até setembro (anteriormente era de 60 mil milhões de euros) e, manteve as taxas de juro inalteradas.
- * Ao longo de 2017, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face ao dólar, beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro, em acumulação com a recuperação do mercado de trabalho, nomeadamente em termos de descida da taxa de desemprego. Assim, no dia 21 de dezembro de 2017, o euro situava-se em 1,19 dólares, representando uma apreciação de 12,5% face ao final de 2016 (1,05).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2017, o indicador de clima económico estabilizou, desde agosto, em valores máximos (2,1) desde a primeira metade de 2002.
- * O Índice de confiança dos consumidores, face ao trimestre terminado em novembro, melhorou em todos os sectores (destacando-se o dos serviços). Por sua vez, os indicadores qualitativos dos empresários também apresentaram uma evolução positiva, em termos homólogos, no trimestre terminado em outubro, sendo o índice de volume de negócios o que apresentou o maior aumento percentual.
- * As vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados, juntamente com as vendas de cimento, registaram crescimentos homólogos superiores a 12%, no trimestre terminado em novembro.
- * Relativamente ao trimestre terminado em outubro, o volume de negócios da indústria de bens de investimento, importação de máquinas e outros bens de capital e as licenças de construção de fogos continuaram a sua afincada tendência de crescimento.
- * Em outubro de 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 931 milhões de euros, o que representa uma redução de 862 milhões de euros em termos homólogos.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,2% no trimestre terminado em outubro, desacelerando 0,7 p.p. face ao valor do terceiro trimestre.
- * O Índice de confiança dos consumidores melhorou, em termos médios, no trimestre terminado em novembro, enquanto os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.
- * No final de novembro, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 16,8%, enquanto os desempregados registados ao longo do mês caíram 2,3%.
- * Em novembro de 2017, a variação homóloga do IPC fixou-se em 1,5%, 0,1 p.p. acima do valor de outubro, enquanto o IHPC cresceu 1,8%, 0,3 p.p. acima do registado na área do euro. Em igual período, o IPPI registou um crescimento homólogo de 3,2%.
- * A execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se, no final de novembro, num saldo global negativo de 2.084 milhões de euros. Este valor representa uma melhoria de 2.326 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹ e tem na sua origem num crescimento da receita efetiva (4,3%) claramente superior ao aumento concomitante da despesa efetiva ²(0,8%). O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 5.800 milhões de euros.
- * Para este resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central, com um saldo global negativo de 4.401 milhões de euros. A Administração Regional apurou, também, um défice de 120 milhões de euros, enquanto os restantes subsectores revelaram saldos globais positivos: a Segurança Social com 2.033 milhões de euros e a Administração Local com 405 milhões de euros.
- * A dois meses do final de 2017, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) situou-se em 245.269 milhões de euros, continuando a tendência de redução verificada nos meses anteriores (menos 3.872 milhões de euros relativamente a setembro). A dívida pública líquida fixou-se, em outubro, em 228.251 milhões de euros.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

- * A dívida direta do Estado registou em novembro, face ao mês anterior, uma redução de 3.096 milhões de euros (cerca de 1,3%) situando-se, no final do período, em 238.515 milhões de euros. Este valor encontra-se 0,9% acima do valor da dívida registado no final de 2016.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 10,8%, nos primeiros dez meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 14,2%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 29,8%, no valor de 2.664 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,8%, menos 2,4 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros dez meses de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (9,3%), foi inferior ao das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga positiva (11,9%) superior ao crescimento das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 27%.
- * No último ano a terminar em outubro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 10,6%, em termos homólogos, sendo de registar o contributo positivo de todos os grupos de produtos para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,9 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,5 p.p.). Nos primeiros dez meses de 2017 destaca-se igualmente o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,8 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,6 p.p.).
- * De janeiro a outubro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 8,4 % e contribuíram em +6,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,2 % e para os países do Alargamento 11,1 %, a que correspondem contributos de +5,9 p.p. e +0,4 p.p. para o crescimento do total das exportações. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a outubro de 2017), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e a Alemanha (+1 p.p. e +0,8 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros dez meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 18,5%, passando a representar 25,9 % do total das exportações nacionais (+1,7 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Brasil (64,2%), Angola (32,8%) e China (28,6%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 11,5%, em termos homólogos, nos primeiros dez meses de 2017. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (13,3% e 10,5%, respetivamente) tendo a componente de Bens registado um maior contributo para o crescimento do total das exportações (+6,8 p.p.).

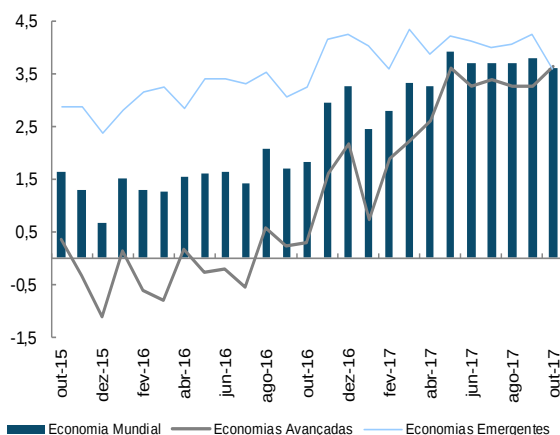
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a outubro de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em outubro de 2017, a produção industrial mundial desacelerou para 3,6% em termos homólogos (3,8% no mês precedente) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



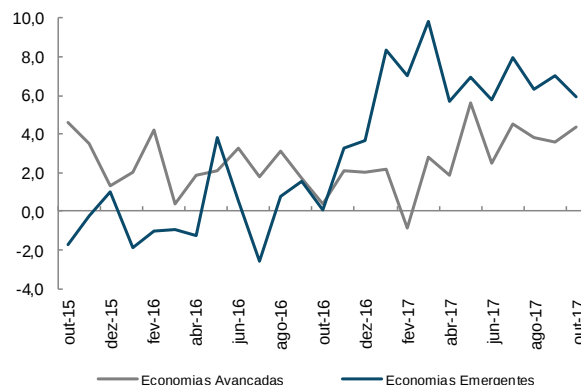
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou em resultado da deterioração das exportações mundiais.

De facto, em outubro de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 4,4% (5,3% em setembro);
- as exportações mundiais desaceleraram para 3,9% (5,8% no mês precedente); enquanto as importações mundiais apresentaram uma ligeira melhoria, tendo aumentado para 5,0% (4,9% em setembro).

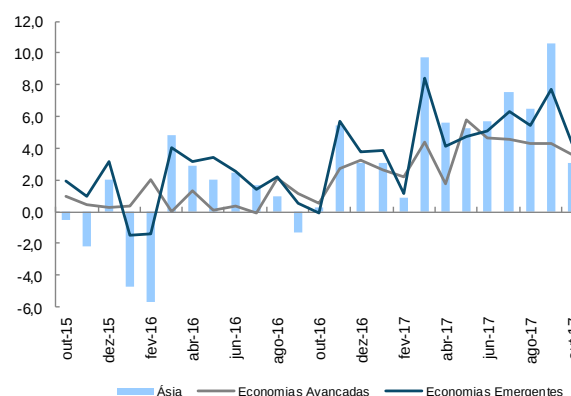
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Com efeito, no início do 4.º trimestre de 2017, assistiu-se globalmente a um enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente em termos de exportações. Já para as economias avançadas, registou-se uma recuperação das importações, contrastando com uma ligeira deterioração das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

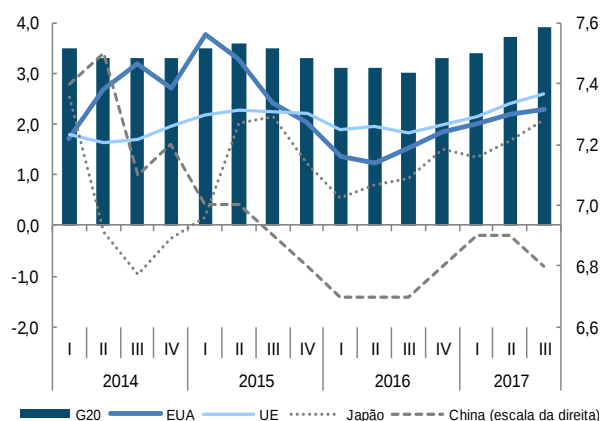
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	18	17	2,7	2,9	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	3,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	0,1	1,4	1,6	3,2	3,3	3,4	3,3	3,3	3,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,4	3,3	3,9	4,0	4,1	4,1	4,0	4,1	4,3	3,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15	12	2,2	3,9	4,4	5,2	5,6	4,8	5,3	4,4
Importações Mundiais	VH	CPB	15	13	1,8	4,1	4,4	5,2	5,9	4,8	4,9	5,0
Economias Avançadas	VH	CPB	2,1	2,2	1,5	1,3	3,3	4,0	4,5	3,8	3,6	4,3
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	-0,1	2,3	8,4	6,1	7,1	8,0	6,3	7,0	5,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	15	12	2,6	3,7	4,3	5,3	5,3	4,8	5,8	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	12	10	2,2	3,1	4,0	4,4	4,5	4,3	4,3	3,6
Economias Emergentes	VH	CPB	2,0	1,4	3,1	4,4	4,6	6,5	6,3	5,5	7,7	4,3

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2017, o PIB do **G20** acelerou para 3,9% em termos homólogos reais (3,6% no 1.º semestre), o qual foi influenciado por um fortalecimento das economias avançadas (particularmente a área do euro, EUA e Japão) e da generalidade dos países emergentes, com destaque para o Brasil e Rússia.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



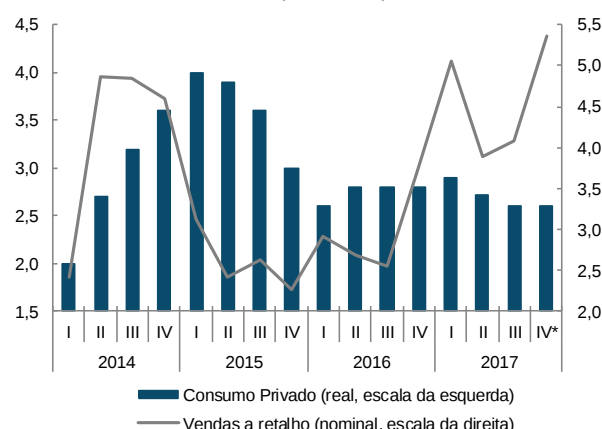
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2017 para os **EUA** indicam a continuação de uma forte expansão da atividade económica e de uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial acelerou para 3,1% (1,7% no 3.º trimestre) acompanhado de uma subida significativa do indicador de confiança dos serviços;
- as vendas a retalho aumentaram para 5,4% (4,1% no 3.º trimestre) em linha com um crescimento robusto do consumo privado em outubro (2,6%);
- a taxa de desemprego diminuiu para 4,1% e a taxa de inflação homóloga aumentou, em média, para 2,1% (2,0% no 3.º trimestre).

Também, as exportações de bens melhoraram em outubro de 2017, tendo registado um aumento de 6,4% em termos homólogos nominais (4,7%, no mês precedente).

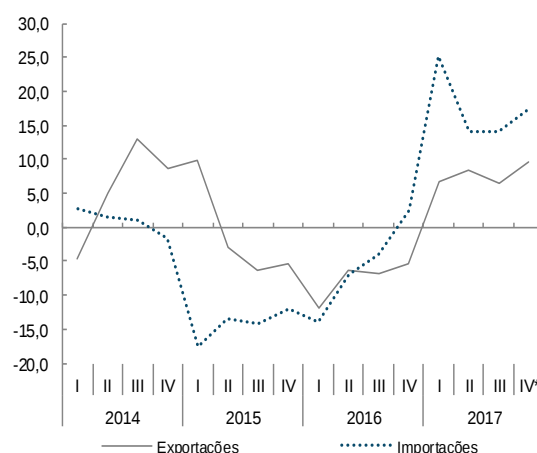
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: *Bureau of Economic Analysis. Census Bureau.* * média dos meses de outubro e novembro p/ vendas a retalho e trimestre terminado em outubro p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem um ligeiro abrandamento da atividade industrial no 4.º trimestre de 2017, em contraste com o fortalecimento das trocas comerciais de bens. Com efeito, no conjunto dos meses de outubro e novembro e, em termos homólogos nominais, a produção industrial desacelerou para 6,2% (6,3%, no 3.º trimestre) e as exportações de bens aumentaram para 9,6%, em média (6,5%, no 3.º trimestre).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * média dos meses de outubro e novembro.

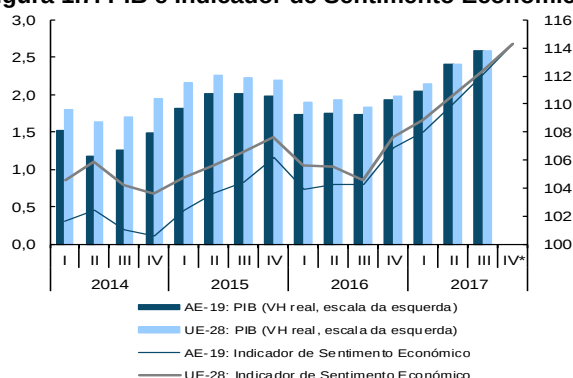
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
EUA – PIB real	VH	BEA	15	15	18	2,0	2,2	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-12	-12	-0,1	0,6	2,2	1,7	14	19	2,8	3,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	515	512	53,2	57,0	55,8	58,6	58,8	60,8	58,7	58,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,1	60,1	60,9	61,3	58,2	57,5	61,3	62,2	61,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	918	90,3	93,1	97,2	96,4	95,1	96,8	95,1	100,7	98,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,7	4,7	4,4	4,3	4,4	4,2	4,1	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,8	6,9	6,9	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	-7,7	-6,9	-5,3	6,8	8,5	6,5	5,1	8,0	6,9	12,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,9	0,9	1,5	1,3	1,7	2,1	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir para a União Europeia (UE) e área do euro (AE), resultando da melhoria de todos os indicadores de confiança, com destaque para o setor da construção. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de novembro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da AE aumentou de forma expressiva, regressando aos níveis de abril de 2007 (+0,6%, no 3.º trimestre).

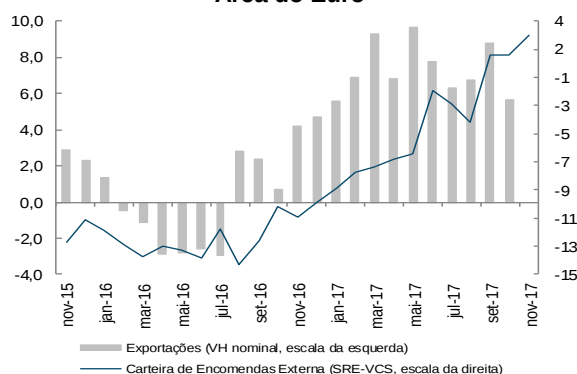
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de outubro e novembro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em outubro de 2017 indicam um reforço da produção industrial e um abrandamento das exportações de bens. Quanto às vendas a retalho, estas desaceleraram de forma acentuada, embora este movimento deva ser de caráter temporário.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

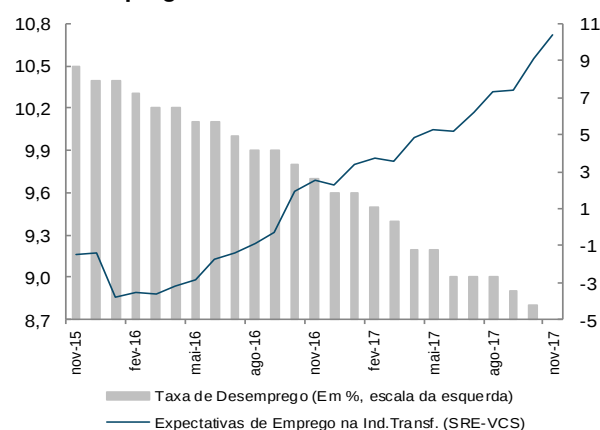


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2017, a taxa de desemprego diminuiu tanto para a União Europeia como para a área do euro, para se situar em 7,4% e 8,8%, respetivamente (os valores mais baixos desde o início de 2009).

Em novembro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a generalidade dos setores (indústria transformadora, construção e comércio a retalho) enquanto pioraram para os serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em novembro de 2017, a taxa de inflação homóloga e em termos de variação dos últimos 12 meses da área do euro subiu para 1,5% (1,4% em outubro para ambos os casos). A evolução ascendente da taxa de inflação homóloga deveu-se à aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 4,7% (3% em outubro).

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aumentaram para 1,9% em termos homólogos nominais no 3.º trimestre de 2017 (igual ao trimestre precedente).

O emprego total da economia abrandou para 1,7% em termos homólogos na AE no 3.º trimestre de 2017 (1,6% no trimestre anterior) acompanhado de uma melhoria de produtividade, para +0,9% em termos homólogos (+0,8%, no 2.º trimestre).

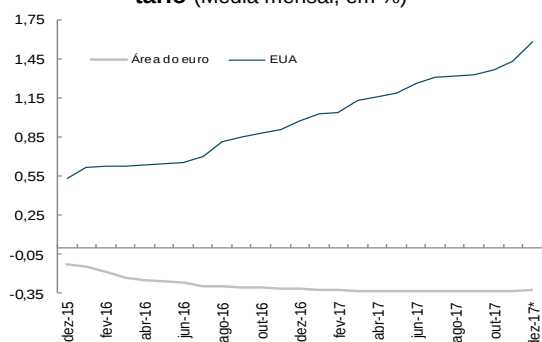
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	18	2,0	2,2	2,4	2,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,9	104,6	107,7	108,9	110,6	112,4	111,9	113,1	114,2	114,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	18	17	1,9	2,1	2,4	2,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	104,2	106,9	108,0	110,0	112,1	111,9	113,1	114,1	114,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	15	12	2,2	13	2,6	3,6	3,7	3,4	3,7	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	15	11	2,4	2,2	2,8	2,8	2,3	3,7	0,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	9,9	9,7	9,5	9,1	9,0	9,0	8,9	8,8	:
IHPC	VH	"	0,2	0,3	0,7	18	15	14	15	15	14	15

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em dezembro de 2017, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se, em -0,33%, em média, até ao dia 21. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para 1,58%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 13 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,25% e 1,50%.

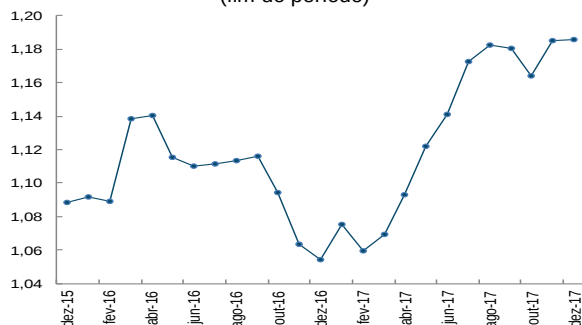
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 21.

Em novembro de 2017, as taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para os EUA, quer para a área do euro, embora tenha sido mais acentuado para o último caso. Adicionalmente, tem vindo a observar-se, dentro da área do euro, uma descida no diferencial das taxas de rendibilidade dos países periféricos face à Alemanha, com destaque para Portugal, o qual se situou em 150 p.b. no final desse mês (354 p.b. no final de 2016).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro, o valor é do dia 21.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

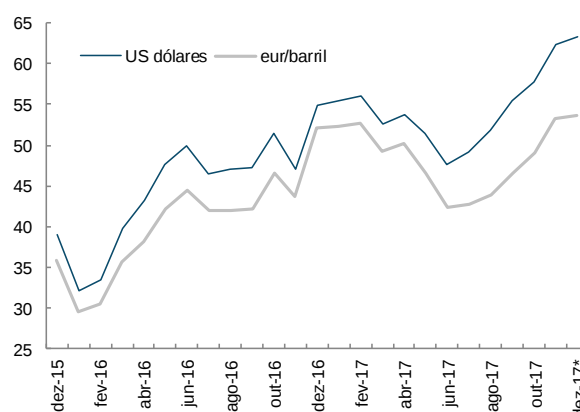
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA **	%	Eurostat	1,84	1,56	2,13	2,44	2,26	2,24	2,21	2,20	2,36	2,35
Yield OT 10 anos – Área do euro **	%	"	0,93	0,66	1,10	1,41	1,17	1,12	1,04	1,12	1,15	0,95
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1054	1,116	1054	1069	1,141	1,181	1,183	1,181	1,164	1,185
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	2,1	7,9	4,6	3,3	4,9	0,3	2,1	4,3	3,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	4,8	9,6	6,4	-1,7	4,4	-0,8	5,1	2,2	-2,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	46,97	51,16	54,69	50,92	52,19	51,89	55,52	57,65	62,41
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-8,3	14,3	55,7	8,44	11,1	10,1	17,4	12,2	32,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-8,7	16,1	60,9	11,4	5,6	4,6	10,5	5,2	21,8
Preço Relativo do Petróleo em euros ***	1979=100	GEE	34,3	36,4	40,7	45,0	40,7	38,8	39,3	41,1	44,1	:

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

O euro manteve-se quase inalterado face ao dólar em dezembro de 2017. No entanto, ao longo do ano, assistiu-se a uma apreciação significativa, beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro, em acumulação com a recuperação do mercado de trabalho, nomeadamente do aumento do emprego e descida da taxa de desemprego. Assim, no dia 21, o euro situava-se em 1,19 dólares, representando uma apreciação de 12,5% face ao final de 2016 (1,05).

Em novembro de 2017, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 37,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 21.

Em dezembro de 2017, e até dia 21, o preço do petróleo Brent continuou a evoluir no sentido ascendente, para se situar, em média, em 63 USD/bbl (54 €/bbl).

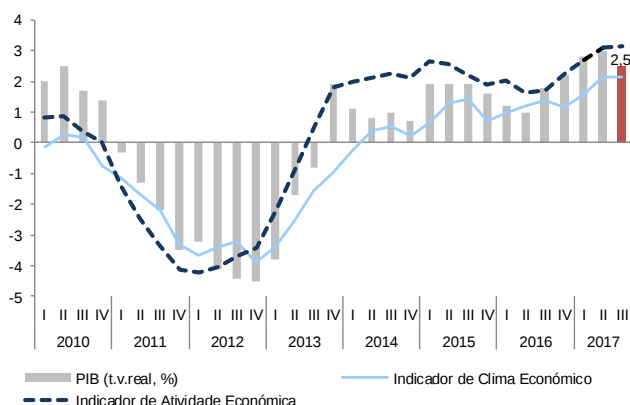
Esta evolução deveu-se sobretudo à extensão do acordo para a redução da produção do petróleo até ao final de 2018, na reunião da OPEP decidido no final do mês de novembro de 2017; alguma instabilidade política na Arábia Saudita e o encerramento durante algum tempo de um oleoduto no Mar do Norte, limitando a produção desta matéria-prima.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2017, o indicador de clima económico estabilizou, desde agosto, em valores máximos (2,1) desde a primeira metade de 2002 – 0,4 p.p. abaixo do crescimento real do PIB no terceiro trimestre.

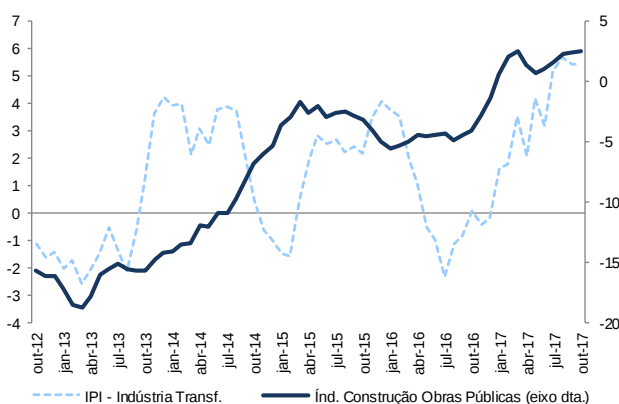
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 3.º trimestre de 2017, o indicador de atividade económica do INE estabilizou em valores máximos desde o 1.º trimestre de 2001 (3,1), estando 0,6 p.p. acima da variação real do PIB no mesmo período.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



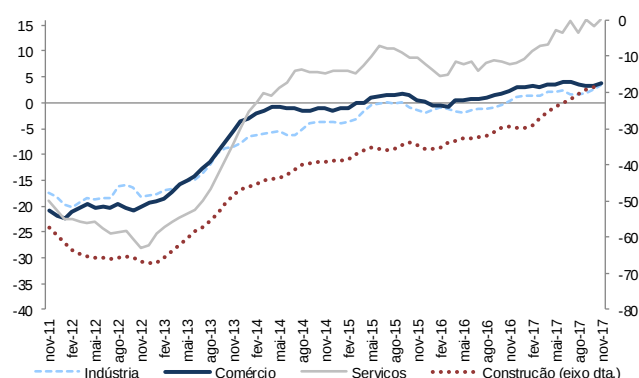
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de outubro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção continuou a tendência iniciada no trimestre terminado em julho, voltando a registar um crescimento superior a 5% (5,7%), contrariamente ao índice de volume de negócios que, apesar de aumentar, desacelerou ligeiramente para 6,2% (8,3% no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas, que registou variações homólogas positivas desde janeiro deste ano, apresentou um crescimento de 2,6%, acelerando 0,1 p.p. face ao 3.º trimestre de 2017;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação positiva de 5,5% (-0,5 p.p. face ao trimestre terminado no mês precedente);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 3,2%, valor inferior em 0,7 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro.

No trimestre terminado em novembro, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança do INE, face ao trimestre terminado no mês anterior, sendo o setor dos serviços aquele que registou a maior aceleração e o setor da construção a menor.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

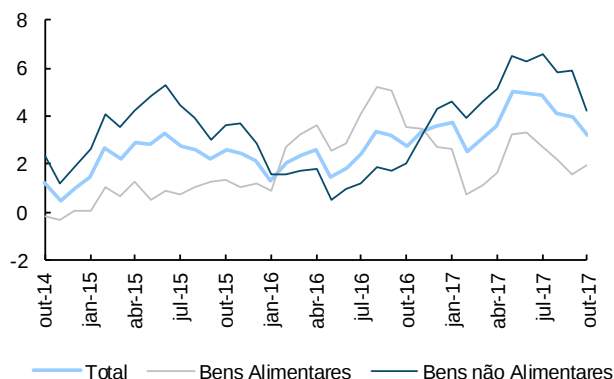
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	18	2,2	2,8	3,0	2,5	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	14	12	16	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0,6	-10	10	14	2,4	18	15	0,9	3,0	4,3	2,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	1,1	15	2,9	3,1	3,9	3,2	4,4	2,3	3,0	4,2	4,3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7,3	8,1	7,7	10,9	13,5	16,0	17,4	13,1	17,6	13,6	16,7
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-31,8	-30,9	-29,7	-27,4	-23,0	-19,2	-20,5	-19,2	-18,0	-18,4	-18,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,7	-0,9	-0,2	3,5	3,2	5,7	5,1	8,5	3,5	5,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	14	0,8	7,1	9,2	5,2	8,3	6,7	9,7	8,4	0,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	11	7,1	5,1	6,9	6,0	6,1	5,8	6,1	4,7	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em outubro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em média, 3,2%, desacelerando face ao valor do terceiro trimestre (3,9%). A maior parte desse aumento advém da componente não-alimentar (aumento de 4,2%) que, ainda assim, desacelerou face ao terceiro trimestre. Por sua vez, a componente alimentar teve uma variação homóloga de 1,9% (mais 0,3 p.p. do que no terceiro trimestre).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

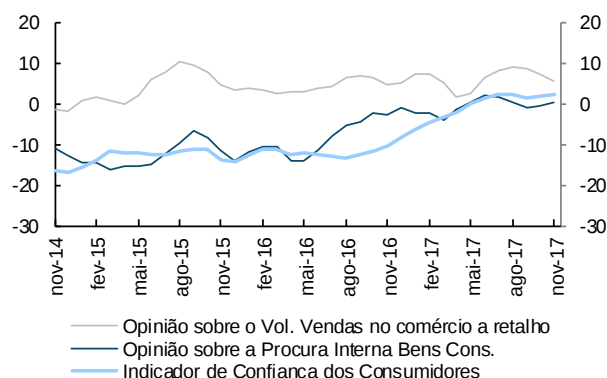


Fonte: INE.

No trimestre terminado em novembro, e quando comparado com o terceiro trimestre do ano, o índice de confiança dos consumidores melhorou. No mesmo período, o indicador relativo à aquisição de bens duradouros, embora negativo, melhorou ligeiramente.

O indicador qualitativo de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo melhorou, contrastando com a deterioração do relativo ao volume de vendas no comércio a retalho.

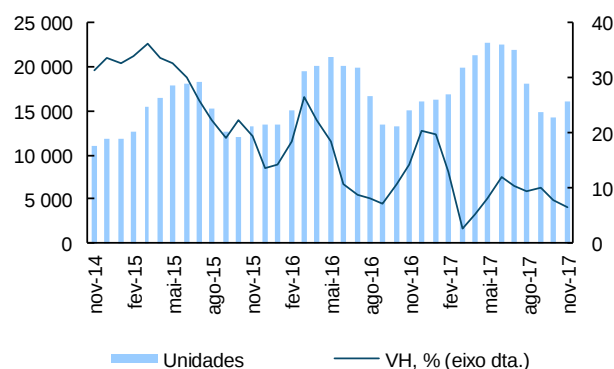
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em novembro de 2017 foram vendidos 17 629 veículos ligeiros de passageiros. Este valor traduz um aumento de 1 731 unidades face a outubro e um aumento homólogo de 7,0% (+0,5 p.p. face a outubro).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	2,0	2,9	2,3	1,9	2,5	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-12,4	-8,2	-3,4	1,7	1,5	2,8	1,1	0,7	4,4	1,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	6,8	5,1	5,4	6,4	8,9	9,6	9,5	7,8	5,5	3,7
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,7	3,2	3,6	3,0	4,9	3,9	4,1	3,4	4,4	1,8	:
Bens Alimentares	VH	"	3,5	5,1	2,7	1,1	3,3	1,6	1,2	1,5	2,1	2,2	:
Bens não alimentares	VH	"	2,1	1,7	4,3	4,6	6,3	5,9	6,5	4,9	6,2	1,5	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	7,2	20,3	2,5	11,8	10,1	12,4	11,5	6,4	6,5	7,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,4	6,5	6,1	8,3	8,1	3,9	5,2	3,5	3,2	13,0	:

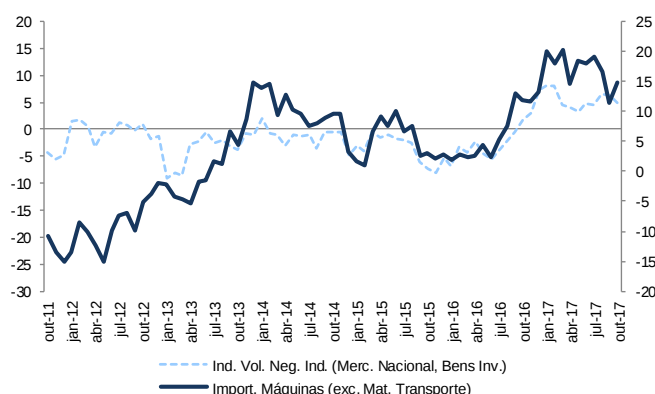
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

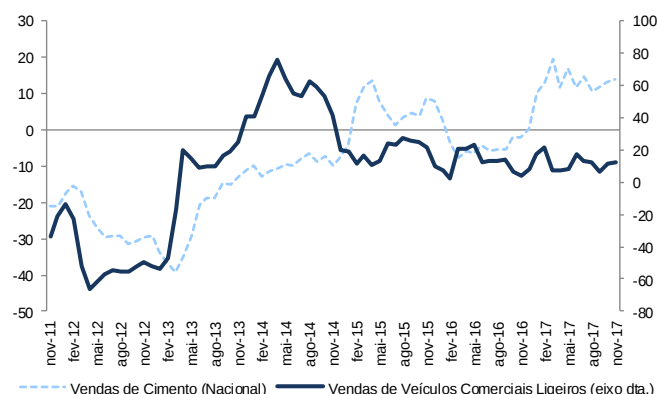
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 12,3% (+0,9 p.p. face ao trimestre terminado em outubro), acompanhadas pela variação de 14% na venda de veículos comerciais pesados (aceleração de 2,5 p.p. face ao trimestre terminado no mês precedente);
- as vendas de cimento registaram uma variação significativa de 13,8% (+0,8 p.p. quando comparado com a média dos três meses anteriores);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso, não obstante a ligeira desaceleração face ao trimestre terminado em outubro, registaram uma melhoria em termos homólogos (tal como aconteceu ao longo de todo o ano).

Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um aumento de 6,4% (6,6% no 3.º trimestre de 2017);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceram 14,7%, em termos nominais (11,3% no trimestre terminado em setembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 18,3%, desacelerando 2,8 p.p. em relação ao 3.º trimestre de 2017.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

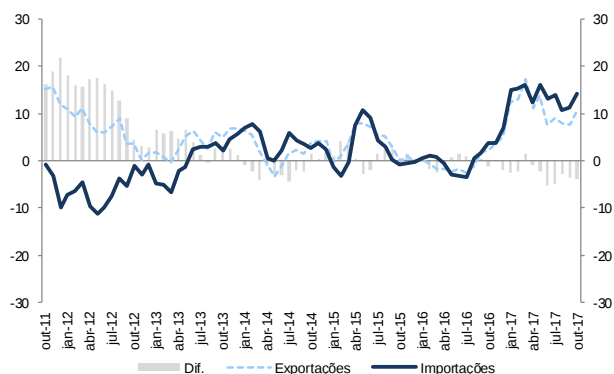
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,9	0,1	6,3	8,0	10,1	9,6	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	16	17	6,1	10,1	11,1	8,9	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	2,8	4,0	8,7	11,7	13,2	9,5	10,8	10,1	9,5	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4,4	-5,6	0,2	19,2	11,5	11,7	13,5	11,1	10,3	17,5	13,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,1	13,5	8,0	7,5	17,3	6,3	7,3	12,6	0,7	22,8	14,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20,6	5,2	18,8	-2,3	5,3	39,6	57,0	89,6	5,0	-12,4	75,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7,1	-15	-6,6	7,0	11,4	9,7	23,2	3,8	2,1	0,0	3,4
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38,2	38,5	30,4	51,0	11,5	21,1	30,3	10,3	22,7	20,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7,9	13,0	13,2	20,1	18,0	11,3	13,3	13,1	8,0	22,9	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-18	-2,2	3,0	7,9	3,3	6,6	4,2	7,1	8,6	148,2	:

*no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de outubro, apontam para um aumento de 21,4% das importações que volta ultrapassar o crescimento das exportações de 11,8% (8,5% e 5,7% no 3.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



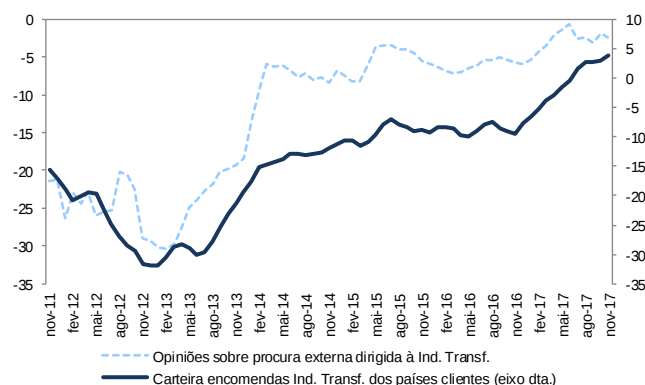
Fonte: INE.

Desagregando por componentes, para o trimestre terminado em outubro, em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresce 11,8%, representando uma desaceleração de 2,5 p.p. face ao registado no 3.º trimestre. O aumento das exportações para o mercado intracomunitário foi inferior (9,6%), valor superior aos 5,2% registados no 3.º trimestre do ano;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário registaram um crescimento relevante de 12,5% (+2,7 p.p. relativamente ao 3.º trimestre). No entanto, tal como aconteceu desde janeiro de 2017, foi no mercado extracomunitário que se sentiu o maior aumento (19,3%), acelerando 3,3 p.p. face ao 3.º trimestre do ano. Estes resultados fizeram com que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens, em termos acumulados, tenha abaixo de 80%, algo que não acontecia desde meados de 2012.

No trimestre terminado em novembro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos favoráveis quando comparadas com o trimestre terminado em outubro.

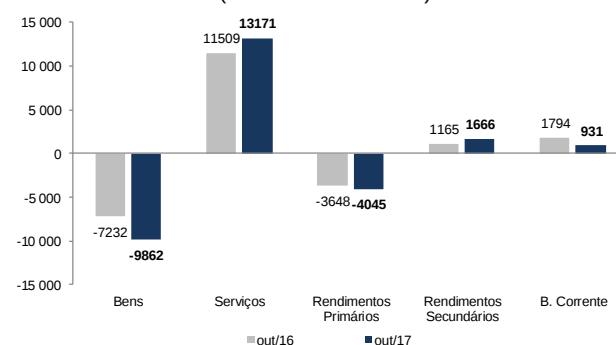
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em outubro de 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 931 milhões de euros, o que representa uma redução de 862 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma redução dos saldos da balança de bens e da balança de rendimentos primários que não é suficientemente compensada pela melhoria dos saldos das balanças de serviços e de rendimentos secundários (-3026 milhões face a 2163 milhões de euros, respetivamente).

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 2346 milhões de euros (um saldo inferior ao excedente de 3188 milhões de euros registado no mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,1	4,9	6,0	9,7	7,9	6,8	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,1	3,7	7,3	9,1	7,1	8,1	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0,9	0,9	1,1	0,9	0,8	0,8	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	10	0,8	10	10	10	10	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0,8	17	4,9	17,3	7,7	7,5	6,5	4,4	13,9	5,7	11,8
Entradas de Bens	VH nom	"	15	16	7,0	15,9	13,0	11,3	7,1	13,2	12,3	8,5	21,4

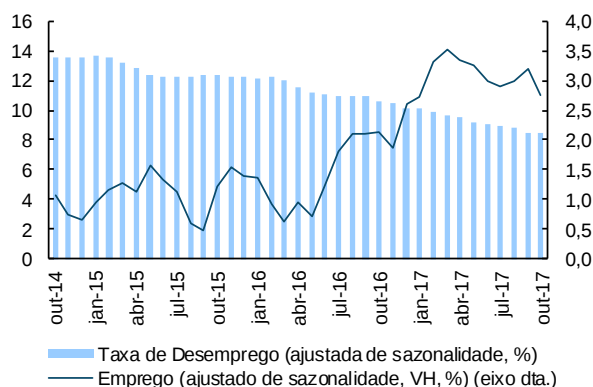
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2016	2017	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 185	2579	963	64	-749	2550	3 188	2346	-841
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 256	-2322	-2797	-2385	-2989	-3068	-7232	-9862	-2629
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 290	4894	3133	2271	3816	5600	11509	13171	1662
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 260	-1002	-435	-748	-2286	-1061	-3648	-4045	-397
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1547	356	481	521	380	598	1165	1666	501

Mercado de Trabalho

As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, em outubro, se situasse nos 8,5%, o mesmo valor do mês de setembro, e uma redução de 2,1 p.p. face a outubro de 2016. Para isso contribuiu tanto uma redução homóloga de 19,9% da população desempregada, como um aumento de 2,8% no emprego, o que se consubstanciou num ligeiro aumento da população ativa (0,3%).

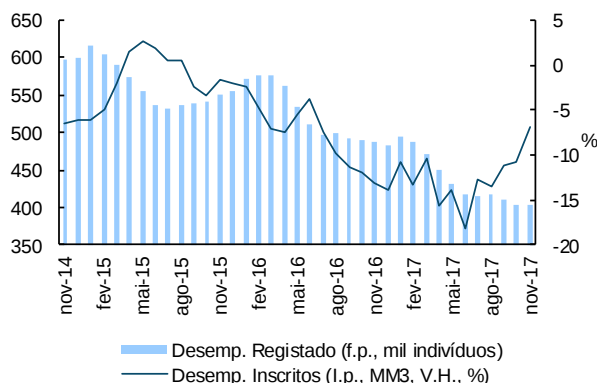
Figura 2.12. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Em novembro, encontravam-se registados nos centros de emprego cerca de 404 mil desempregados, uma redução de 16,8% face ao valor registado em novembro de 2016. Já o número de desempregados inscritos ao longo do mês ascendeu aos cerca de 56 mil pedidos, traduzindo uma descida de 2,3% quando comparado com igual período de 2016.

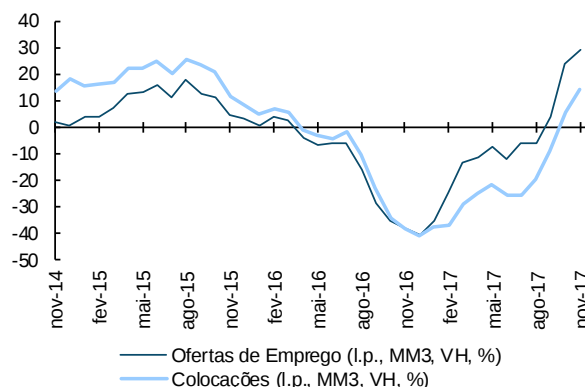
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

No mesmo período, o número de colocações ascendeu às 7 405, o que traduz um aumento homólogo de 27,3%, enquanto as ofertas de emprego aumentaram em termos homólogos 22,9% (10 mil ofertas). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no mês de novembro, de 72,4%, mais 21,1 p.p. do que no mês precedente.

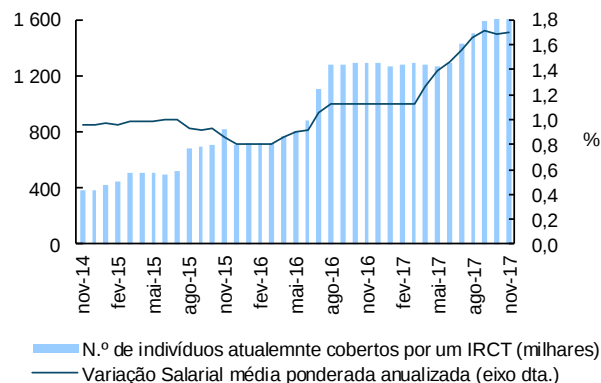
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que no final de novembro cerca de 1 632 milhões de trabalhadores estivessem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 26,3% face a novembro de 2016. Já o aumento das remunerações médias implícitas destes trabalhadores permaneceu inalterado (1,7% em termos nominais).

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

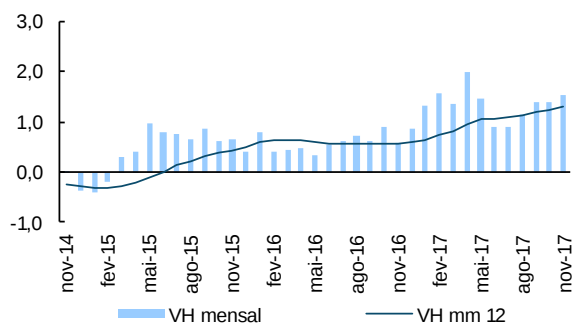
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017			2017				
				3T	4T		1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	10,5	10,5		10,1	8,8	8,5	8,9	8,8	8,5	8,5	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	1,9	1,8		3,2	3,4	3,0	2,9	3,0	3,2	2,8	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-8,8	-13,1		-18,0	-18,3	-16,3	-16,4	-16,1	-16,3	-17,5	-16,8
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-11,4	-14,0		-10,3	-18,1	-11,2	-8,3	-15,4	-10,0	-7,8	-2,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	-28,7	-40,5		-13,3	-12,0	3,7	-3,9	8,9	7,4	59,5	22,9
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	1,1	1,1		1,1	1,5	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,4	2,5	0,9		3,3	3,1	-1,1	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,2	1,7		1,3	1,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em novembro de 2017, uma variação homóloga de 1,5% (0,1 p.p. acima do registado em outubro). Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi de 1,3%, valor ligeiramente acima do mês precedente (0,1 p.p.).

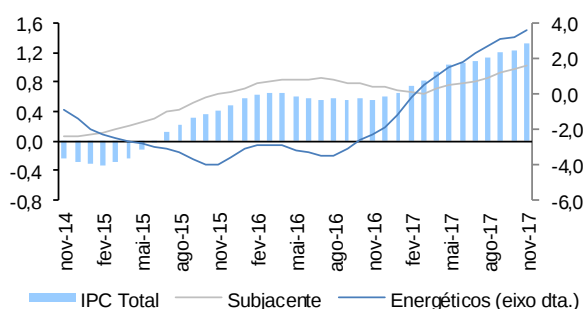
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Em igual período – ano terminado em novembro -, o IPC subjacente (excluindo produtos energéticos e alimentares não processados) cresceu 1%, um valor 0,3 p.p. abaixo do IPC global.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



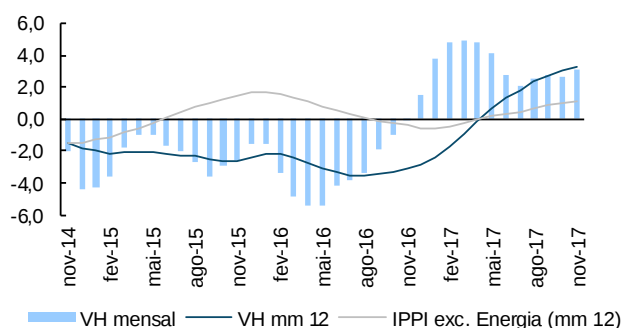
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra homóloga foram, à semelhança do mês anterior, o Vestuário e os Acessórios para o Lar (-3,6% e -0,4%, respetivamente), enquanto a Restauração e Hotelaria e os Transportes foram as que mais aumentaram (3,8% e 3,6%, respetivamente). Face ao mês precedente, os Alimentares foi a categoria que mais aumentou (1,1 p.p.).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em novembro, foi de 1,8%, 0,3 p.p. acima do IPC nacional e 0,1 p.p. abaixo do valor de outubro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 1,5% (+0,1 p.p. do que em outubro).

Já o Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de +3,2%, acelerando 0,5 p.p. face a outubro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta aceleração do IPPI foi determinada essencialmente pela componente energética, que foi o agrupamento industrial com o maior crescimento (+7,9%). Excluindo a componente energética, o IPPI teria registado um aumento de 1,8%. Por seu turno, a componente de bens de investimento foi aquela que registou um menor crescimento homólogo (0,4%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

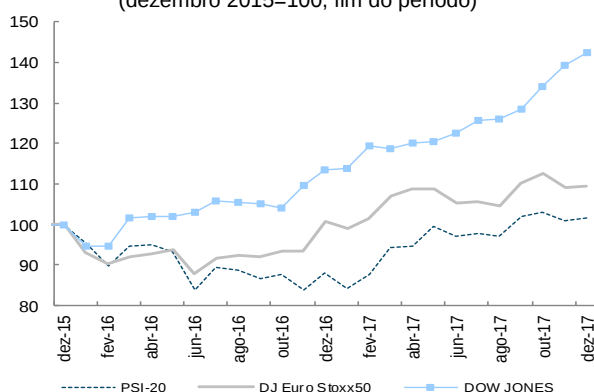
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017									
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,8	1,0	-0,2	-0,4	-0,7	0,0	0,9	0,3	-0,3	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	1,5	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	
IPC - Bens	VH	"	0,0	1,5	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	1,3	
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,2	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	1,9	
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,6	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	4,9	4,8	4,1	2,7	2,1	2,5	2,7	2,7	3,2	
IHPC	"	"	0,6	1,4	2,4	1,7	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	1,8	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	-0,1	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,2	0,1	0,5	0,3	

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em finais de 2017, os índices bolsistas dos EUA registaram uma evolução muito positiva, refletindo, em parte, a revisão em alta do crescimento económico do PIB para 2018; a continuação de uma evolução favorável dos lucros empresariais e a esperada concretização da reforma fiscal. Porém, na área do euro, predomina alguma incerteza quanto às consequências económicas causadas pelo *Brexit*; por alguma indefinição política na Alemanha e por recentes atos eleitorais. Assim, em dezembro de 2017 e, no dia 21, face ao final do ano de 2016, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se cerca de 26% e 8,5%, respetivamente.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2015=100, fim do período)

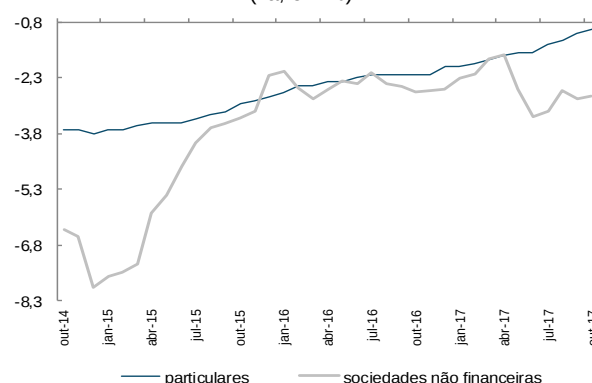


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para dezembro, o valor é do dia 21.

O índice PSI-20 estabilizou em finais de 2017, semelhante ao da área do euro. Mas, ao longo de 2017, teve uma recuperação significativa, tendo, no dia 21 de dezembro valorizado cerca de 15% face ao final de 2016 (-12% em 2016). Adicionalmente, em meados de dezembro de 2017, a Fitch aumentou o *rating* da dívida soberana de Portugal para BBB (BB+ anteriormente).

Em outubro de 2017, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -1,7% (-1,8% no mês precedente). Esta melhoria deveu-se quer ao crédito atribuído às empresas não financeiras, quer às famílias.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

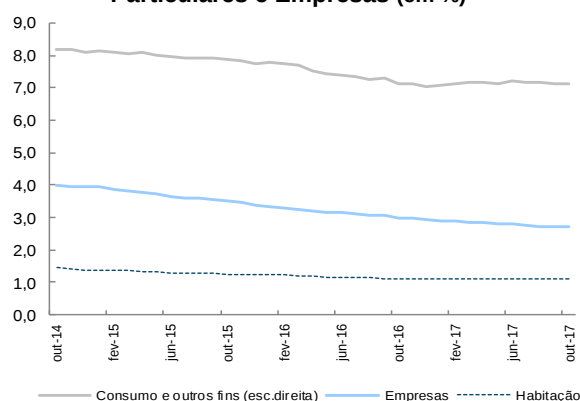


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, a variação do crédito destinado aos particulares melhorou para -1,0% em outubro de 2017 (-1,1% em setembro) resultando de uma quebra menos acentuada dos empréstimos à habitação e para outros fins; já que o crédito ao consumo teve um crescimento menos elevado, apesar de permanecer robusto.

Em outubro de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, com exceção da vertente da habitação, cuja taxa se manteve em 1,12% desde o passado mês de junho.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017									
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	4,0	3,5	3,1	3,0	2,8	2,8	2,4	2,1	1,9	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	366	321	280	255	231	247	192	170	150	
PSI 20*	VC	CMVM	-119	7,7	0,5	5,1	-2,6	0,7	-0,6	4,9	12	-2,1	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-2,7	-2,6	-2,6	-2,5	-2,4	-2,3	-2,1	-1,9	:	
- para consumo	va**	"	8,0	8,2	8,6	8,6	8,1	9,1	9,5	9,7	8,4	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-1,8	-1,7	-2,6	-3,3	-3,2	-2,6	-2,9	-2,8	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,92	2,85	2,83	2,81	2,79	2,75	2,73	2,70	2,70	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

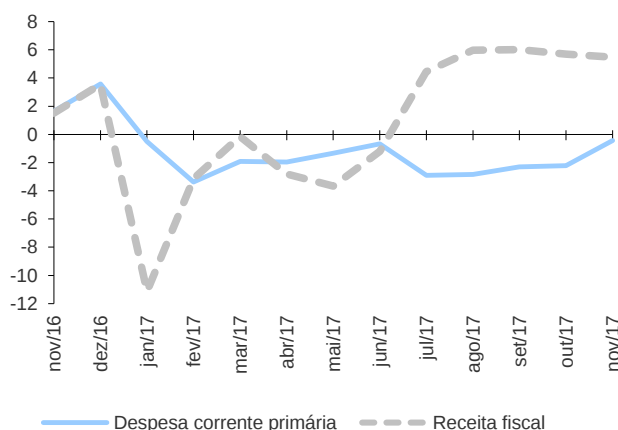
Finanças Públicas

No final de novembro, o sector das Administrações Públicas registou, um saldo global negativo de 2.084 milhões de euros¹, valor que representa uma melhoria de 2.326 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 4,3%² da receita efetiva, significativamente superior ao aumento que a despesa efetiva registou no mesmo período (0,8%). O saldo primário apresenta, entretanto, um excedente de 5.800 milhões de euros que compara com os 3.519 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: a soma dos défices observados na Administração Central (4.401 milhões de euros) e na Administração Regional (120 milhões de euros) ultrapassou largamente a dos excedentes registados na Administração Local (405 milhões de euros) e na Segurança Social (2.033 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado encerrou o mês de novembro com um saldo global negativo de 4.721 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.799 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior. O saldo primário registou, entretanto, um excedente de 2.272 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 1.473 milhões de euros em relação ao verificado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



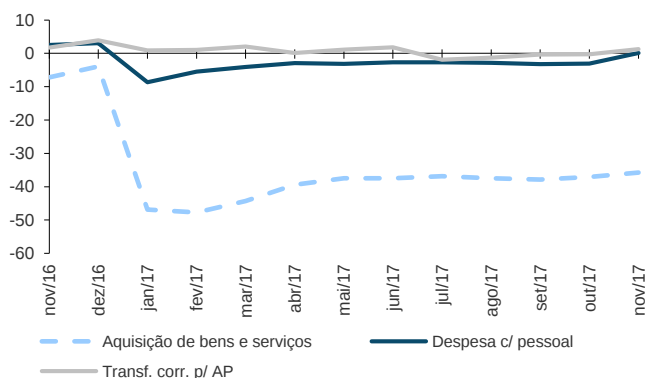
Fonte: DGO.

A referida dinâmica do saldo global assentou na conjugação de um crescimento da receita efetiva (3,5% relativamente ao período homólogo do ano anterior) e de uma diminuição da despesa efetiva (0,9%, *idem*). O grau de execução da receita efetiva (89%) situou-se acima da execução da despesa efetiva (86,8%).

Entre os fatores de crescimento da receita efetiva destacam-se a cobrança dos impostos diretos (mais 4,8%) e a dos impostos indiretos (mais 6%).

Quanto à despesa efetiva, cumpre destacar as reduções em termos homólogos da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (35,7%), e da despesa com *Juros e Outros Encargos* (4,5%), bem como o ligeiro aumento das *Despesas com o Pessoal* (0,1%).

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a nov		jan a nov		ago	set	out	nov
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	39 367	40 750	87,0	89,0	3,9	4,1	3,8	3,5
Receita corrente	39 259	40 674	87,1	89,2	4,0	4,1	3,9	3,6
Impostos diretos	15 029	15 749	83,9	86,6	7,8	6,5	5,4	4,8
Impostos indiretos	20 773	22 018	90,1	94,8	4,7	5,7	5,9	6,0
Despesa Efetiva	45 887	45 472	89,0	86,8	-2,1	-1,8	-1,8	-0,9
Despesa corrente primária	37 427	37 263	87,0	89,2	7,8	5,7	-1,8	-0,4
Despesa corrente	44 746	44 256	90,0	88,2	-2,6	-2,2	-2,3	-1,1
Despesa com pessoal	8 584	8 597	94,3	96,7	-2,9	-3,3	-3,0	0,1
Aquisição bens e serviços	1 246	801	72,3	38,3	-37,4	-37,8	-37,1	-35,7
Subsídios	87	63	63,6	60,2	-54,7	-39,1	-31,7	-27,7
Juros	7 319	6 993	97,0	92,7	-1,6	-1,8	-2,6	-4,5
Transferências corr. p/ AP	24 950	25 270	91,1	90,4	-1,3	-0,4	-0,3	1,3
Saldo Global	-6 521	-4 721	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	799	2 272	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, no fim do mês de novembro, um saldo global positivo de 321 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 148 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 3,9%, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (3,3%).

No aumento da receita efetiva destaca-se o aumento de 2,3% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas, que terá compensado a redução de 3,5% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 7,3% e de 7% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi de 88,2%, superior ao da despesa efetiva (86,9%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 889 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 805 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

No final do mês de novembro, a execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou um saldo global negativo de 423 milhões de euros, valor que compara com o défice de 189 milhões de euros apurado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 2,5%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 2,3% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 5,3%, decorrente dos aumentos de 5,8% das *Despesas com o Pessoal* e de 5,6% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global negativo de 59 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 79 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma diminuição de 1,2%, assente, principalmente, na redução verificada na rubrica *Quotas e Contribuições* (menos 3,8%). A despesa efetiva mostra, por seu lado, um aumento de 0,4%, decorrente do aumento de 0,3% do montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a nov				jan a nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	25 847	26 847	88,2	3,9	7 899	7 788	83,2	-14
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 705	3 574	91,3	-3,5	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	15 362	15 718	89,2	2,3	745	714	72,1	-4,2
Despesa Efetiva	25 674	26 526	86,9	3,3	8 703	8 678	82,5	-0,3
Despesa com pessoal	5 879	6 291	89,5	7,0	3 313	3 508	91,5	5,9
Aquisição de bens e serviços	5 884	6 316	91,1	7,3	2 661	2 527	78,0	-5,0
Transferências correntes	10 303	10 346	91,5	0,4	97	68	85,9	-30,3
Saldo Global	173	321	-	-	- 805	- 889	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a nov					jan a nov			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	8 003	8 204	2,5	92,4	Receita Efetiva	9 034	8 928	-1,2	91,7
Receita fiscal	107	114	7,3	87,5	Contribuições p/ a CGA	3 701	3 568	-3,6	91,3
Outra receita corrente	7 879	8 064	2,3	93,0	Quotas e contribuições	3 609	3 473	-3,8	91,2
Receita de capital	18	26	46,1	33,0	Transferências correntes do OE	4 572	4 572	0,0	90,6
Despesa Efetiva	8 192	8 627	5,3	94,5	Comp participação do OE	4 329	4 329	0,0	90,5
Despesa com pessoal	3 308	3 500	5,8	94,8	Compensação por pagamento de pensões	243	243	0,1	95,7
Aquisição de bens e serviços	4 701	4 964	5,6	95,2	Despesa Efetiva	8 955	8 987	0,4	91,7
Despesa de capital	87	73	-16,4	66,3	Pensões	8 791	8 817	0,3	91,8
Saldo Global	- 189	- 423	-	-	Saldo Global	79	- 59	:	:

Fuentes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

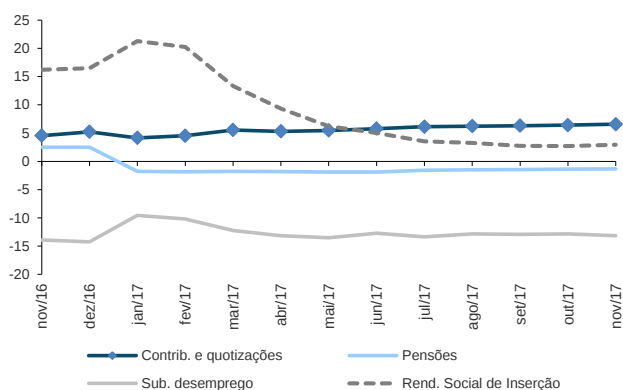
Segurança Social

No final do mês de novembro, a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 2.033 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 731 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 1,8% da receita efetiva conjugado com uma redução de 1,4% da despesa efetiva.

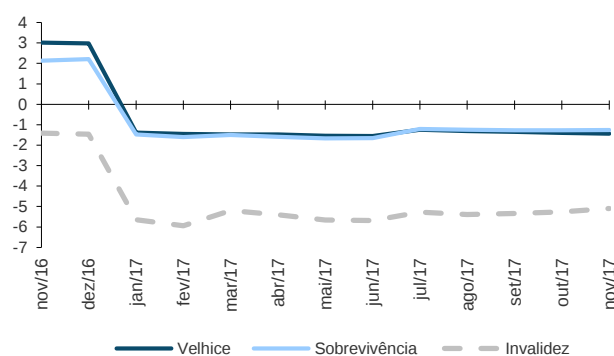
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e quotizações* (6,6%). A redução da despesa com *Pensões* (1,3%) e a redução da despesa com o *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (13,2%) marcaram a redução da despesa efetiva, apesar do aumento em 4,2% da despesa com *Prestações e Acção Social*.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



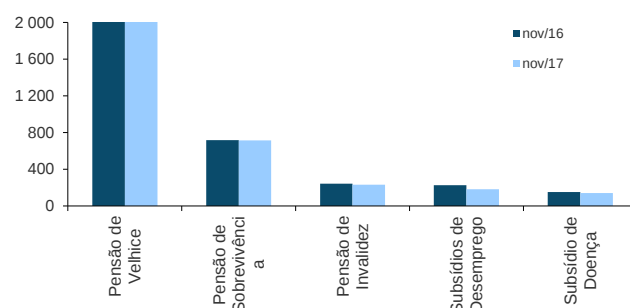
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	23 373	23 799	1,8	80,1
Contribuições e quotizações	13 192	14 057	6,6	91,4
Transferências correntes da Administração Central *	8 403	8 194	-2,5	92,1
Despesa Efetiva	22 071	21 767	-1,4	42,1
Pensões	14 420	14 227	-1,3	88,7
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	429	440	2,5	82,4
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 392	1 209	-13,2	87,7
Prestações e ação social	3 742	3 900	4,2	87,6
Saldo Global	1 302	2 033	-	-

Fonte: DGO.

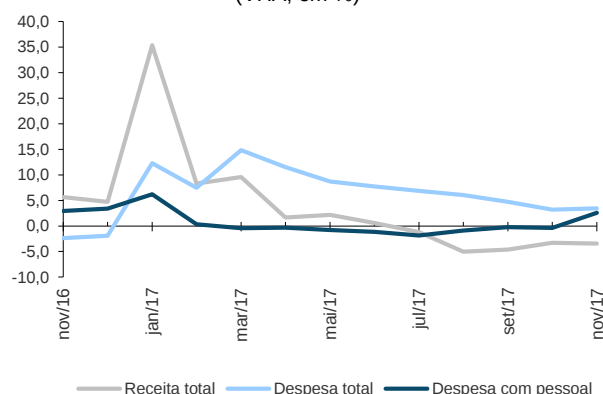
Administração Regional

A execução orçamental, no fim do mês de novembro, do subsector da Administração Regional registou um saldo global negativo de 120 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 35 milhões de euros apurado no mês homólogo do ano anterior.

A receita efetiva diminuiu 3,4% em termos homólogos, uma dinâmica baseada no decréscimo de 4,6% verificado nas *Receitas Fiscais*.

A despesa efetiva, por sua vez, aumentou 3,4% em termos homólogos, variação essencialmente explicada pelo aumento de 2,6% registado na despesa com *Pessoal*.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



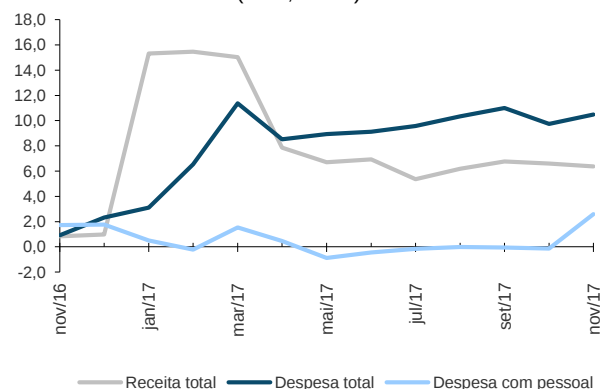
Fonte: DGO.

Administração Local

No final do mês de novembro, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 405 milhões de euros, inferior ao ao registado no período homólogo do ano anterior (601 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter crescido 6,4%, um valor abaixo do crescimento concomitante da despesa efetiva (10,5%). A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 10,4% registado nos *Impostos Locais* e o crescimento de 2,2% das receitas com origem em *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (49,7%). As despesas com as rubricas *Transferências Correntes*, *Aquisição de Bens e Serviços* e *Pessoal*, registaram, entretanto, crescimentos de 6,8%, 3,6% e 2,6%, respetivamente.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a nov			jan a nov		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 274	2 196	-3,4	6 301	6 702	6,4
Impostos	1 330	1 269	-4,6	2 261	2 496	10,4
Transferências correntes	473	470	-	2 302	2 352	2,2
Despesa Efetiva	2 239	2 316	3,4	5 700	6 298	10,5
Pessoal	932	956	2,6	2 067	2 121	2,6
Aquisição de bens e serviços	622	589	-5,3	1 839	1 906	3,6
Transferências correntes	188	174	-7,2	531	567	6,8
Investimento	131	130	-0,2	793	1 187	49,7
Saldo global	35	- 120	-	601	405	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dois meses do final de 2017, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) situou-se em 245.269 milhões de euros, continuando a tendência de redução verificada nos meses anteriores. Em outubro, a redução da dívida relativamente ao mês anterior foi de 3.872 milhões de euros (menos 1,6%), depois de em setembro ter registado igualmente uma redução 1.247 milhões de euros (0,5%) face ao mês anterior. A redução da dívida encontra-se essencialmente concentrada na redução da dívida do subsector da Administração Central. Após esta redução, a dívida pública bruta encontra-se 1,8% acima do seu valor no final de 2016.

Manteve-se, também, a tendência de redução da dívida do subsector da Administração Regional e Local (menos 83 milhões de euros), encontrando-se o seu nível já 269 milhões de euros abaixo do valor registado no final de 2016.

Os depósitos detidos pela Administração Central registam também uma redução de 4.779 milhões de euros (menos 21,9%), sugerindo uma aceleração dos pagamentos relacionados com o exercício orçamental. Consequentemente, a dívida pública líquida fixou-se em 228.251 milhões de euros

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 set	2017 out
Administrações Públicas	240 958	249 141	245 269
Por subsector:			
Administração Central	243 592	253 292	249 811
Administração Regional e Local	10 524	10 338	10 255
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 489	14 798
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	21 797	17 018

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 out	2017 nov
Administrações Públicas	1 881	2 068	2 096
Por subsector:			
Administração Central	372	555	585
Administração Regional	409	325	347
Administração Local	1 101	1 188	1 165
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das Administrações Públicas voltou a registar um aumento em novembro (mais 29 milhões de euros) fixando-se em 2.096 milhões de euros. Este valor encontra-se 215 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016.

O subsector da Administração Local foi o único a registar uma redução da dívida não financeira (menos 2%) em relação ao mês anterior, confirmando a tendência que já se tinha verificado nos meses anteriores. Este subsector continua a ser o responsável por mais de metade da dívida não financeira das Administrações Públicas (cerca de 56%).

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas voltou a registar em novembro, relativamente ao mês anterior, um aumento de 85 milhões de euros (mais 6,7%), situando-se em 1.354 milhões de euros.

Confirmando a tendência dos meses anteriores, os hospitais EPE foram os principais responsáveis pelo aumento do valor dos pagamentos em atraso face ao mês anterior (mais 78 milhões de euros, representando um aumento de 7,6%). Em resultado desta evolução, o valor dos pagamentos em atraso no setor das Administrações Públicas observado no final de novembro situava-se 503 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016 (mais 59,2%), dos quais 558

milhões de euros (mais 103%) são da responsabilidade dos hospitais EPE. Consequentemente, os hospitais EPE têm sido os principais responsáveis pelo aumento dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas, traduzindo-se no aumento do seu peso relativo na respetiva estrutura.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 out	2017 nov
Administrações Públicas	851	1 269	1 354
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	19	18
SNS	6	3	8
Hospitais EPE	544	1 024	1 103
Empresas Públicas Reclasseificadas	13	14	14
Administração Regional	120	98	99
Administração Local	150	110	112
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	0	0
Empresas públicas não reclasseificadas	3	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 269	1 355

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado voltou a registar em novembro, face ao mês anterior, uma redução (menos 3.096 milhões de euros, o equivalente a cerca de 1,3%) situando-se, no final do período, em 238.515 milhões de euros. Este valor encontra-se 0,9% acima do valor da dívida registado no final de 2016. A exemplo do que aconteceu em outubro, esta redução da dívida direta do Estado permite antecipar uma nova redução da dívida das Administrações Públicas em novembro.

A amortização da dívida relacionada com o PAEF em 2.844 milhões de euros foi a principal responsável pela redução da dívida direta do Estado. Destaca-se ainda a redução da dívida titulada por Bilhetes do Tesouro (616 milhões de euros) e a dívida representada por CEDIC/CEDIM (490 milhões de euros) que foi superada pelo aumento da dívida titulada por Obrigações do Tesouro (1.250 milhões de euros). Globalmente, durante o mês de novembro foram amortizados 9.167 milhões de dívida e emitidos 6.462 milhões de dívida direta do Estado.

Não existem alterações assinaláveis na estrutura da dívida, mantendo-se o maior peso da dívida transacionável (cerca de 61%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

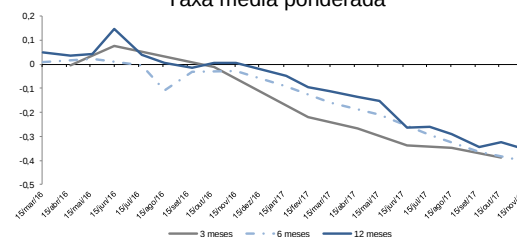
	31/out/17	nov/17			30/nov/17
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	143 696	3 202	2 334	- 306	144 258
da qual: Bilhetes do Tesouro	16 074	1 719	2 334	0	15 459
da qual: Obrigações Tesouro	115 582	1 483	0	- 233	116 832
Não Transacionável	36 983	3 260	4 074	0	36 169
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	26 850	141	3 597	0	23 394
da qual: CEDIC e CEDIM	5 647	3 107	0	0	8 754
Prog. de Ajustamento Económico	60 932	0	2 759	- 85	58 088
Total	241 611	6 462	9 167	- 391	238 515

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Em dezembro não foi realizada qualquer emissão de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro.

Figura 2.29. Emissões de BT
Taxa média ponderada



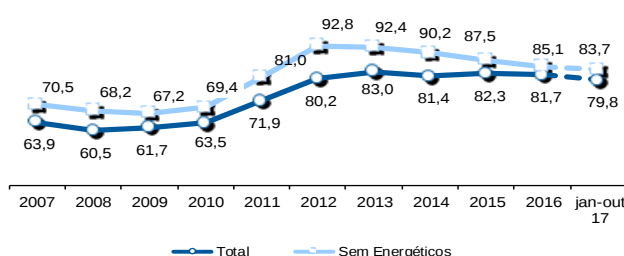
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 10,8% enquanto as importações aumentaram 14,2% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 29,8%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9,3% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 11,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	41.306	45.780	10,8	10,2	10,6
Importações (cif)	50.244	57.381	14,2	14,1	13,8
Saldo (fob-cif)	-8.938	-11.602	29,8	29,4	27,9
Cobertura (fob/cif)	82,2	79,8	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	38.843	42.474	9,3	9,3	9,2
Importações (cif)	45.378	50.773	11,9	13,7	11,7
Saldo (fob-cif)	-6.535	-8.298	27,0	36,2	26,7
Cobertura (fob/cif)	85,6	83,7	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	10.002	11.856	18,5	11,8	17,8
Importações (cif)	11.138	13.844	24,3	19,3	22,4
Saldo (fob-cif)	-1.136	-1.987	74,9	86,3	69,0
Cobertura (fob/cif)	89,8	85,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2017, as exportações representaram 79,8% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2,4 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 83,7% das importações (-1,9 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de outubro

janeiro a outubro	Valores em milhões de Euros		
	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	41 306	45 780	10,8
Importações (cif)	50 244	57 381	14,2
Saldo (fob-cif)	- 8 938	- 11 602	29,8
Cobertura (fob/cif)	82,2	79,8	-
Intra UE			
Exportações (fob)	31 304	33 923	8,4
Importações (cif)	39 106	43 538	11,3
Saldo (fob-cif)	- 7 802	- 9 615	23,2
Cobertura (fob/cif)	80,0	77,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	10 002	11 856	18,5
Importações (cif)	11 138	13 844	24,3
Saldo (fob-cif)	- 1 136	- 1 987	74,9
Cobertura (fob/cif)	89,8	85,6	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 23,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 8,4% e as importações 11,3%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 74,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 279	21,4	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 792	7,1	4 459	4 751	6,5
jul	5 075	5 743	13,2	4 464	4 662	4,4
ago	4 674	5 251	12,3	3 463	3 943	13,9
set	5 393	5 854	8,5	4 392	4 642	5,7
out	5 255	6 381	21,4	4 332	4 845	11,8
nov	5 510			4 660		
dez	5 489			4 056		
1º Trim	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trim	15 471	17 486	13,0	12 770	13 747	7,7
3º Trim	15 142	16 848	11,3	12 319	13 247	7,5
4º Trim	16 254			13 048		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº12/2017").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 10,8%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 9,3%.

Entre janeiro e outubro de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,0 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,8 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,6 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que mais peso tem nas exportações de mercadorias (15,5%). Seguem-se os “Químicos” (12,8%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em outubro de 2017.

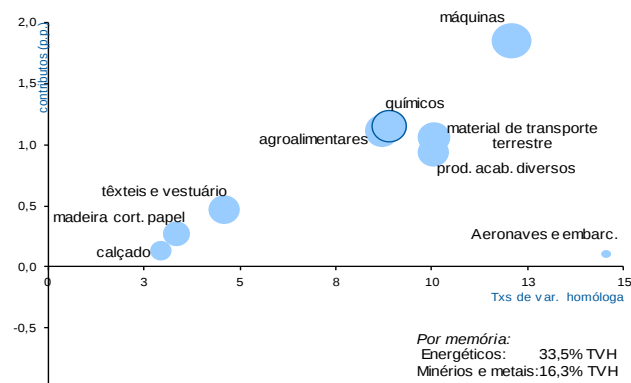
Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+10,6%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,0 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” e dos “Minérios e metais” (+1,9 p.p. e +1,5 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Químicos” (+1,2 p.p.), “Agroalimentares” e “Material de transporte terrestre e suas partes” (ambos com contributos de +1,1 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2017

(Total: 10,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-out		últimos 12 meses ^[1]		jan-out	
	jan-out						VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017	2011	2016	2016	2017				
Total das Exportações	41 306	45 780	100,0	100,0	100,0	100,0	10,6	10,6	10,8	10,8
Agro-alimentares	5 142	5 629	11,5	12,7	12,4	12,3	8,7	1,1	9,5	1,2
Energéticos	2 463	3 305	7,2	6,3	6,0	7,2	33,5	2,0	34,2	2,0
Químicos	5 397	5 874	12,5	13,0	13,1	12,8	8,9	1,2	8,8	1,2
Madeira, cortiça e papel	3 337	3 468	8,4	8,0	8,1	7,6	3,4	0,3	3,9	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 254	4 437	9,8	10,2	10,3	9,7	4,6	0,5	4,3	0,4
Calçado, peles e couros	1 913	1 966	4,1	4,5	4,6	4,3	3,0	0,1	2,8	0,1
Minérios e metais	3 800	4 456	11,2	9,2	9,2	9,7	16,3	1,5	17,3	1,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 338	7 081	14,7	15,4	15,3	15,5	12,1	1,9	11,7	1,8
Material de transp. terrestre e suas partes	4 433	4 912	12,4	10,5	10,7	10,7	10,1	1,1	10,8	1,2
Aeronaves, embarcações e suas partes	336	341	0,5	0,9	0,8	0,7	14,5	0,1	1,6	0,0
Produtos acabados diversos	3 892	4 310	7,8	9,3	9,4	9,4	10,0	0,9	10,8	1,0
Por memória:										
Total sem energéticos	38 843	42 474	92,8	93,7	94,0	92,8	9,2	8,6	9,3	8,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2017.

[2] $(\text{nov } 16 - \text{out } 17) / (\text{nov } 15 - \text{out } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

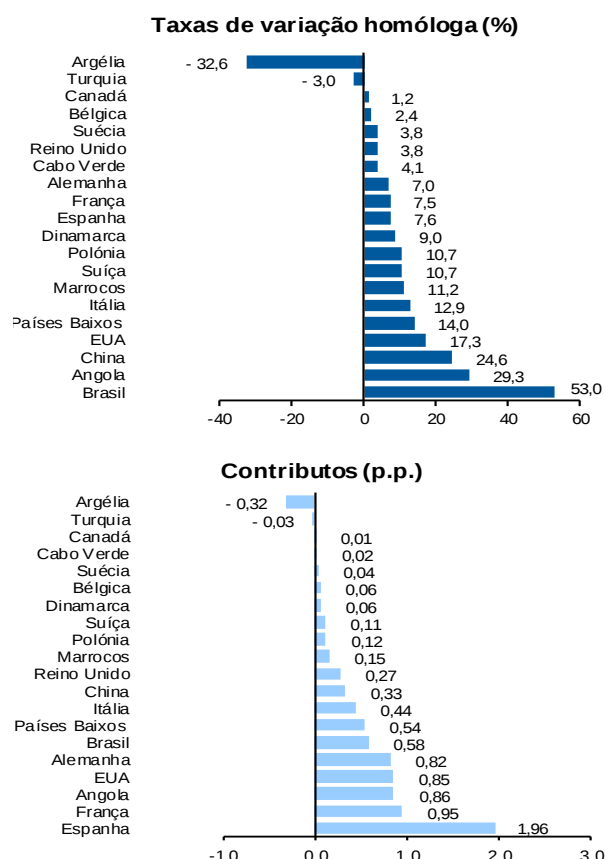
Nos primeiros dez meses de 2017, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 8,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram um crescimento de 8,2%, com as destinadas aos Países do Alargamento a crescerem 11,1%. As exportações para os países terceiros cresceram 18,5% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (+1 p.p. e +0,8 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em outubro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 8,3%, sendo que no caso dos países da UE-15 esse crescimento atingiu os 8 %. As exportações para Espanha (+2 p.p.) e a França (+1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (53,0%), Angola (29,3%) e China (24,6%). No mesmo período, destaca-se a quebra das exportações com destino à Argélia (-32,6%) e à Turquia (-3%), apesar do reduzido impacto na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)							Valores em milhões de Euros			
Destino	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	2016	2017	anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
			2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	41 306	45 780	100,0	100,0	100,0	100,0	10,6	10,6	10,8	10,8
Intra UE	31 304	33 923	74,5	75,1	75,8	74,1	8,3	6,2	8,4	6,3
dos quais:										
UE-15	29 684	32 124	71,3	71,2	71,9	70,2	8,0	5,7	8,2	5,9
Espanha	10 789	11 588	24,9	25,9	26,1	25,3	7,6	2,0	7,4	1,9
França	5 279	5 711	12,2	12,6	12,8	12,5	7,5	1,0	8,2	1,0
Alemanha	4 898	5 220	11,5	11,7	11,9	11,4	7,0	0,8	6,6	0,8
Reino Unido	2 955	3 080	5,2	7,1	7,2	6,7	3,8	0,3	4,3	0,3
Países Baixos	1 552	1 834	3,9	3,7	3,8	4,0	14,0	0,5	10,2	0,7
Itália	1 394	1 571	3,7	3,5	3,4	3,4	12,9	0,4	12,7	0,4
Bélgica	1 036	1 067	3,2	2,4	2,5	2,3	2,4	0,1	3,0	0,1
Suécia	399	405	1,0	0,9	1,0	0,9	3,8	0,0	1,7	0,0
Dinamarca	278	299	0,6	0,7	0,7	0,7	9,0	0,1	7,8	0,1
Alargamento	1 620	1 799	3,2	3,9	3,9	3,9	13,2	0,5	11,1	0,4
Polónia	477	526	0,9	1,2	1,2	1,1	10,7	0,1	10,2	0,1
Extra UE	10 002	11 856	25,5	24,9	24,2	25,9	17,8	4,4	18,5	4,5
dos quais:										
EUA	2 033	2 411	3,5	4,9	4,9	5,3	17,3	0,9	18,6	0,9
Angola	1 132	1 504	5,4	3,0	2,7	3,3	29,3	0,9	32,8	0,9
Marrocos	566	607	0,9	1,4	1,4	1,3	11,2	0,2	7,2	0,1
China	540	694	0,9	1,4	1,3	1,5	24,6	0,3	28,6	0,4
Brasil	446	733	1,4	1,1	1,1	1,6	53,0	0,6	64,2	0,7
Suíça	448	486	0,9	1,1	1,1	1,1	10,7	0,1	8,6	0,1
Argélia	378	237	0,8	0,9	0,9	0,5	-32,6	-0,3	-37,3	-0,3
Turquia	335	339	0,7	0,8	0,8	0,7	-3,0	0,0	-4,9	0,0
Canadá	242	248	0,5	0,6	0,6	0,5	1,2	0,0	2,5	0,0
Cabo Verde	217	222	0,6	0,5	0,5	0,5	4,1	0,0	2,3	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	1 909	2 356	7,5	5,0	4,6	4,7	13,9	0,7	12,9	0,6
PALOP	1 649	2 002	6,8	4,2	4,0	4,4	18,5	0,8	21,4	0,9
EFTA	611	656	1,1	1,5	1,5	1,4	9,6	0,1	7,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2017.

[2] (nov 16-out 17)/(nov 15-out 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a outubro de 2017, as importações de mercadorias cresceram 14,2%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das importações de mercadorias. Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+3,5 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” e dos “Minérios e metais” (+2,8 p.p. e +1,9 p.p. respetivamente), a par do contributo dos “Agroalimentares”, do “Material de transp. terrestre e suas partes” e dos “Químicos” (+1,6 p.p., +1,6 p.p. e +1,5 p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,9%).

Nos primeiros dez meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 11,3%, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 11,1%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 16,4%, em termos homólogos.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 24,3%, face a igual período em 2016. A China destaca-se como principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Seguem-se a Rússia (2,4%) e o Brasil (1,9%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	50 244	57 381	100,0	100,0	100,0	100,0	13,8	13,8	14,2	14,2
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	8 031	8 853	15,0	15,8	16,0	15,4	9,9	16	10,2	16
Energéticos	4 865	6 609	17,5	10,1	9,7	11,5	32,2	3,2	35,8	3,5
Químicos	8 539	9 307	15,9	16,7	17,0	16,2	8,4	14	9,0	15
Madeira, cortiça e papel	1 757	1 826	3,5	3,4	3,5	3,2	3,4	0,1	3,9	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 301	3 492	5,9	6,5	6,6	6,1	5,5	0,4	5,8	0,4
Calçado, peles e couros	1 347	1 377	2,0	2,6	2,7	2,4	2,6	0,1	2,2	0,1
Minérios e metais	4 010	4 970	8,8	7,9	8,0	8,7	22,0	18	23,9	19
Máquinas e aparelhos e suas partes	8 310	9 696	15,4	16,9	16,5	16,9	16,6	2,8	16,7	2,8
Material de transp. terrestre e suas partes	6 227	7 052	10,1	12,4	12,4	12,3	14,3	1,7	13,3	1,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	733	781	0,4	1,3	1,5	1,4	10,1	0,1	6,6	0,1
Produtos acabados diversos	3 123	3 438	5,3	6,2	6,2	6,0	9,3	0,6	9,5	0,6
Total sem energéticos	45 378	50 773	82,5	89,9	90,3	88,5	11,7	10,5	11,9	10,7
Mercados de origem										
Intra UE	39 106	43 538	78,6	74,8	77,8	75,9	11,3	8,8	11,3	8,8
dos quais:										
UE-15	37 319	41 458	76,2	71,8	74,3	72,2	11,0	8,2	11,1	8,2
Espanha	16 605	18 180	32,8	32,5	33,0	31,7	8,8	2,9	9,5	3,1
Alemanha	6 728	7 848	13,2	12,3	13,4	13,7	17,1	2,3	16,6	2,2
França	3 891	4 258	8,3	7,1	7,7	7,4	10,4	0,8	9,4	0,7
Itália	2 746	3 130	5,8	5,2	5,5	5,5	13,6	0,7	14,0	0,8
Países Baixos	2 555	3 055	5,3	5,2	5,1	5,3	13,2	0,9	19,6	1,0
Reino Unido	1 551	1 558	3,3	3,1	3,1	2,7	1,5	0,0	0,5	0,0
Bélgica	1 412	1 585	2,9	2,7	2,8	2,8	12,7	0,4	12,3	0,3
Polónia	598	716	0,6	0,9	1,2	1,2	21,5	0,2	19,8	0,2
Suécia	553	549	1,0	1,1	1,1	1,0	3,5	0,0	-0,7	0,0
Alargamento	1 787	2 080	2,4	3,0	3,6	3,6	18,0	0,6	16,4	0,6
Extra UE	11 138	13 844	21,4	25,2	22,2	24,1	22,4	5,0	24,3	5,4
dos quais:										
China	1 509	1 736	2,2	2,7	3,0	3,0	14,4	0,4	15,0	0,5
Rússia	829	1 360	1,0	1,2	1,6	2,4	78,5	1,3	64,1	1,1
Brasil	989	1 083	1,7	1,5	2,0	1,9	3,8	0,1	9,4	0,2
EUA	703	821	1,7	1,6	1,4	1,4	14,8	0,2	16,8	0,2
Angola	722	216	0,3	2,7	1,4	0,4	-67,1	-1,0	-70,1	-1,0
Turquia	427	558	0,6	0,7	0,8	1,0	30,1	0,3	30,8	0,3
Índia	426	516	0,5	0,8	0,8	0,9	20,9	0,2	21,0	0,2
Arábia Saudita	339	511	0,8	1,3	0,7	0,9	47,9	0,3	50,8	0,3
Azerbaijão	391	595	0,0	0,8	0,8	1,0	47,3	0,4	52,1	0,4
Argélia	307	234	0,5	1,2	0,6	0,4	-13,0	-0,1	-23,9	-0,1
Coreia do Sul	280	334	0,5	0,5	0,6	0,6	16,4	0,1	19,4	0,1
Cazaquistão	303	416	0,3	1,4	0,6	0,7	6,6	0,0	37,2	0,2
Japão	250	279	0,6	0,4	0,5	0,5	10,7	0,1	12,0	0,1
OPEP ^[4]	1 693	1 550	5,8	6,8	3,4	2,7	-6,3	-0,2	-8,5	-0,3
EFTA	326	304	1,8	0,6	0,6	0,5	-5,2	0,0	-6,7	0,0
PALOP	762	265	0,4	2,8	1,5	0,5	-62,9	-1,0	-65,3	-1,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2017.

[2] (nov 16-out 17)/(nov 15-out 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

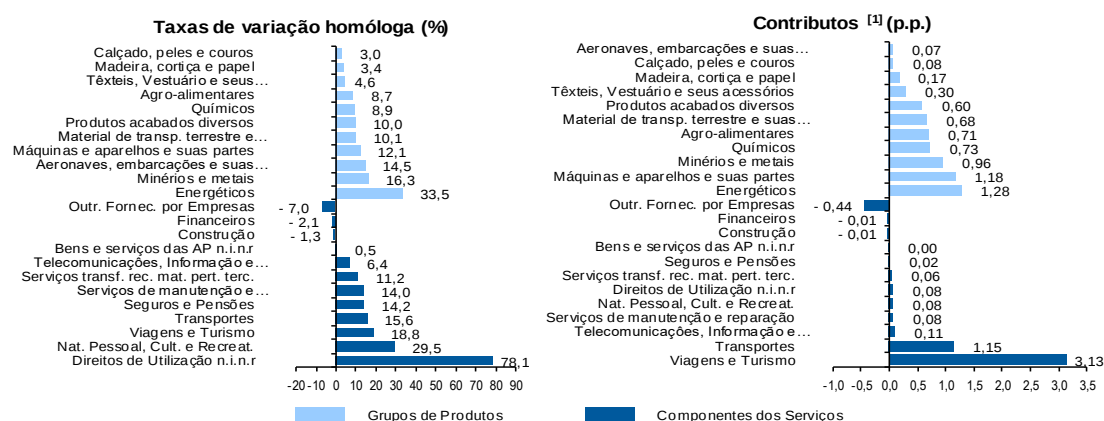
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2017, nos primeiros dez meses de 2017, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento homólogo de 11,5%. A componente dos bens contribuiu positivamente (+6,8 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros dez meses de 2017, a componente dos serviços representou 35,9% do total das exportações e contribuiu positivamente (+4,7 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 18% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (14%) em 2,2 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2017, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,28 p.p.) e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,18 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+3,13 p.p.) e Transportes (+1,15 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em outubro de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (110%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-out		Estrutura (%)				média anual 11-16	Taxas de variação e contributos			
	2016	2017	Anual		jan-out			12 meses ^[1]		jan-out	
			2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	63 069	70 324	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	11,0	11,0	11,5	11,5
Bens	40 797	45 082	68,7	65,2	64,7	64,1	3,2	10,4	6,8	10,5	6,8
Serviços	22 272	25 242	31,3	34,8	35,3	35,9	6,5	12,1	4,3	13,3	4,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	313	352	0,5	0,5	0,5	0,5	3,7	11,2	0,1	12,5	0,1
Serv. de manutenção e reparação	371	444	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	14,0	0,1	19,6	0,1
Transportes	4 615	5 353	8,1	7,4	7,3	7,6	2,4	15,6	1,1	16,0	1,2
Viagens e Turismo	10 991	13 127	13,2	16,7	17,4	18,7	9,3	18,8	3,1	19,4	3,4
Construção	421	432	0,9	0,7	0,7	0,6	-2,2	-1,3	0,0	2,6	0,0
Seguros e Pensões	94	107	0,2	0,2	0,1	0,2	3,6	14,2	0,0	13,7	0,0
Financiários	277	266	0,5	0,4	0,4	0,4	1,6	-2,1	0,0	-4,1	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	67	116	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	78,1	0,1	72,5	0,1
Telecom., Informação e Informática	1 102	1 142	1,3	1,8	1,7	1,6	10,3	6,4	0,1	3,7	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	3 741	3 561	5,2	6,0	5,9	5,1	7,4	-7,0	-0,4	-4,8	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	177	229	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,5	29,5	0,1	29,8	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	102	112	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	0,5	0,0	9,4	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	58 792	67 015	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	13,4	13,4	14,0	14,0
Bens	48 030	54 944	83,4	81,7	81,7	82,0	0,7	13,7	11,2	14,4	11,8
Serviços	10 763	12 071	16,6	18,3	18,3	18,0	3,1	12,1	2,2	12,2	2,2
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	21	15	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-21,5	0,0	-29,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	258	349	0,3	0,4	0,4	0,5	8,0	29,1	0,1	35,2	0,2
Transportes	2 471	2 992	4,7	4,2	4,2	4,5	-0,9	20,0	0,8	21,1	0,9
Viagens e Turismo	3 228	3 621	5,4	5,4	5,5	5,4	5,3	11,5	0,6	12,2	0,7
Construção	92	80	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-12,2	0,0	-12,8	0,0
Seguros e Pensões	291	323	0,4	0,5	0,5	0,5	5,0	10,5	0,1	10,9	0,1
Financiários	387	348	0,6	0,6	0,7	0,6	-7,2	-8,5	-0,1	-9,9	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	592	624	0,6	1,0	1,0	0,9	11,5	9,6	0,1	5,5	0,1
Telecom., Informação e Informática	895	876	1,2	1,5	1,5	1,3	5,5	1,6	0,0	-2,0	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 197	2 569	3,0	3,8	3,7	3,8	6,0	15,3	0,6	16,9	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	223	184	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	-12,8	0,0	-17,3	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	109	88	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	-11,2	0,0	-18,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até outubro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional de "Vestuário" (2000-2016)

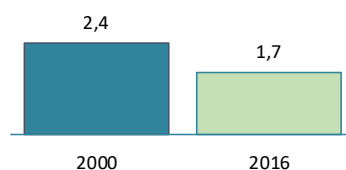
Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Neste trabalho os produtos do grupo "Vestuário" vão ser divididos em duas componentes: "Vestuário de malha" (Cap.º 61 da Nomenclatura Combinada) e "Vestuário não de malha" (Cap.º 62).

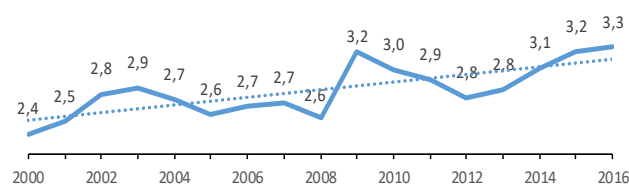
Entre 2000 e 2016 o peso da exportação do "Vestuário" no PIB desceu de 2,4% para 1,7%.

Peso da exportação do "Vestuário" no PIB (%)



O peso do "Vestuário" na importação global, tendencialmente crescente, que em 2000 representava 2,4% da importação global, atingiu uma quota de 3,3% em 2016.

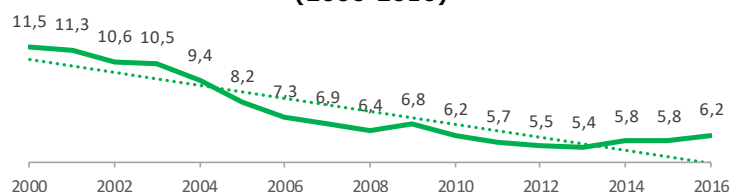
Evolução do peso do "Vestuário" na Importação global (%) (2000-2016)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Por sua vez, o seu peso na exportação global, que em 2000 era de 11,5% do total, decresceu até 2013, ano em que se situou em 5,4%, invertendo-se a tendência a partir de então, para representar 6,2% em 2016.

Evolução do peso do "Vestuário" na exportação global (%) (2000-2016)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

2. Balança Comercial do "Vestuário"

A balança comercial do "Vestuário" é favorável a Portugal, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações. O saldo comercial reduziu-se sucessivamente entre 2000 e 2009, de 2034 milhões de euros para 497 milhões, invertendo-se a tendência a partir daí, para se situar em 1086 milhões de euros em 2016.

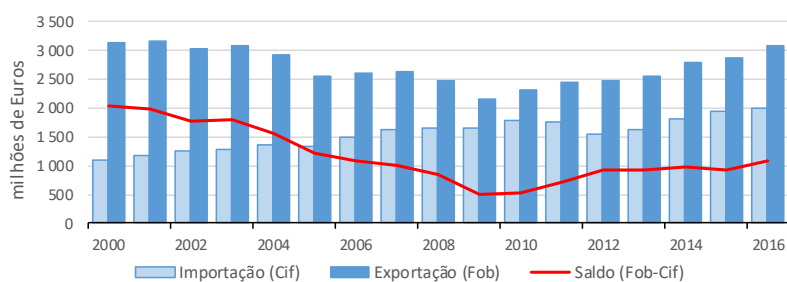
¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Entre 2012 e 2016 a taxa de variação média anual das importações foi de +6,4% e a das exportações de +5,7%.

Considerando o período alargado 2000-2016, as importações cresceram, em termos nominais, à taxa média anual de +3,8% e as exportações decresceram à taxa de -0,1%.

Balança Comercial do "Vestuário" - 2000 a 2016 -

	milhões de Euros					Taxas de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Importação (Cif)	1 100	1 351	1 649	1 557	1 999	5,3	5,1	-1,4	6,4	3,8
Exportação (Fob)	3 134	2 920	2 484	2 473	3 086	-1,8	-4,0	-0,1	5,7	-0,1
Saldo (Fob-Cif)	2 034	1 570	835	916	1 086	-	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	285,0	216,2	150,6	158,8	154,3	-	-	-	-	-

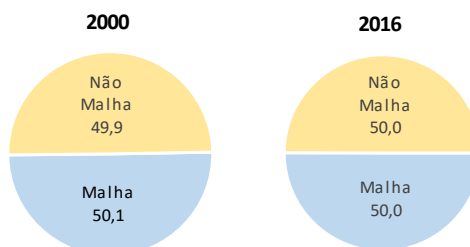


Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

3. Importação de "Vestuário" e suas componentes

As importações de "Vestuário" dividem-se em partes praticamente iguais por "Vestuário de malha" e "Vestuário não de malha".

Peso relativo das componentes (%) nas importações de "Vestuário"



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Importações de "Vestuário" e suas componentes - 2000 a 2016 -

milhões de Euros e %

Ano	TOTAL		Vest. Malha		Vest não malha	
	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH
2000	1 100	-	551	-	549	-
2001	1 174	6,8	585	6,1	589	7,4
2002	1 263	7,5	607	3,8	655	11,2
2003	1 274	0,9	634	4,4	640	-2,3
2004	1 351	6,0	695	9,7	655	2,4
2005	1 332	-1,4	658	-5,4	674	2,9
2006	1 504	13,0	738	12,2	767	13,7
2007	1 624	7,9	818	10,9	806	5,1
2008	1 649	1,6	836	2,2	813	0,9
2009	1 659	0,6	818	-2,2	842	3,5
2010	1 785	7,6	908	11,1	877	4,2
2011	1 754	-1,8	898	-1,1	856	-2,4
2012	1 557	-11,2	770	-14,2	787	-8,1
2013	1 618	3,9	791	2,7	827	5,1
2014	1 809	11,8	879	11,1	930	12,4
2015	1 944	7,5	971	10,4	973	4,7
2016	1 999	2,9	1 000	3,1	999	2,7

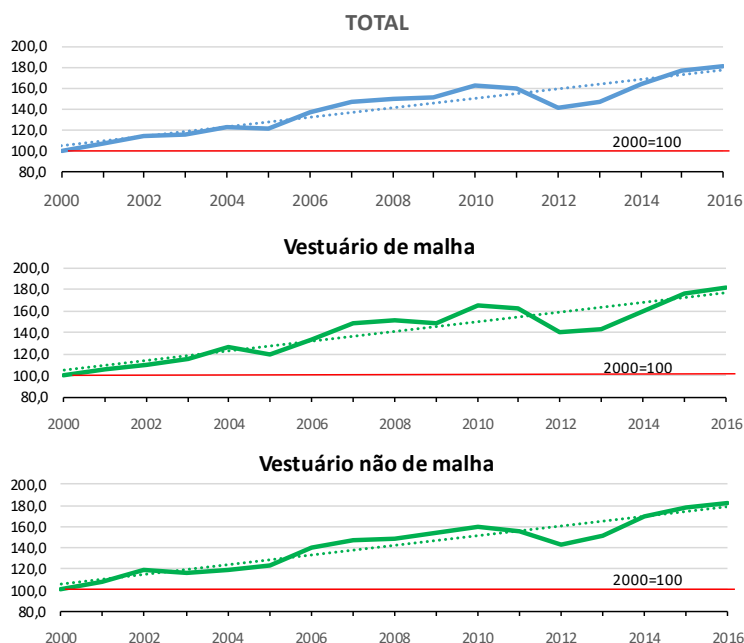
Taxa média de variação anual:

2000-2004	5,3	6,0	4,5
2004-2008	5,1	4,7	5,5
2008-2012	-1,4	-2,0	-0,8
2012-2016	6,4	6,8	6,1
2000-2016	3,8	3,8	3,8

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Entre 2000 e 2016 as importações de ambas as componentes cresceram à taxa média anual de +3,8%.

Ritmo de crescimento nominal anual das importações de "Vestuário" de 2000 a 2016 (2000=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Entre o "Vestuário de malha" destacaram-se, em 2016, as importações de "Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes" (23,2%), de "T-shirts e camisolas interiores" (21,9%), e de "Fatos, conjuntos, casacos, vestidos e saias, entre outros, para senhora" (12,3%). Seguiram-se as "Camisas para homem" (6,3%), as "Meias-calças e meias, incluindo para varizes" (5%), as "Combinações, calcinhas, roupões e robes, entre outros, para senhora" (4,8%), o "Vestuário e seus acessórios para bebés" (4,6%), os "Fatos, conjuntos, casacos, calças e calções, entre outros, para homem" (3,8%), os "Camiseiros e blusas para senhora"

(3,5%), as “Cuecas, ceroulas, pijamas, roupões e robes, entre outros, para homem” (2,9%) e os “Fatos de treino, de macaco, de banho, de esquí, biquínis e calções” (2,8%). Este conjunto de produtos representou 91,3% das importações deste tipo de vestuário em 2016.

No mesmo ano, entre o “**Vestuário não de malha**” predominaram os “Fatos, conjuntos, vestidos, saias, entre outros, para senhora” (27,3% do total), os “Fatos, conjuntos, casacos, calças e calções, entre outros, para homem” (22,4%), e os “Camiseiros e blusas para senhora” (10%). Seguiram-se os “Casacos compridos, anoraques, blusões e semelhantes, para senhora” (7,8%), as “Camisas para homem” (7,3%), os “Sobretudos, anoraques, blusões e semelhantes para homem” (5,5%), os “Soutiens, cintas, ligas e semelhantes, mesmo de malha, para senhora” (5,3%) e os “Fatos de treino, de macaco, de banho, de esquí, biquínis e calções” (5,1%), produtos que totalizaram 90,8% destas importações.

De sublinhar que todos os produtos relacionados, nas duas componentes, apresentaram taxas médias de crescimento anual positivas entre 2000 e 2016.

**Principais produtos de "Vestuário" importados
(2000 e 2016)**

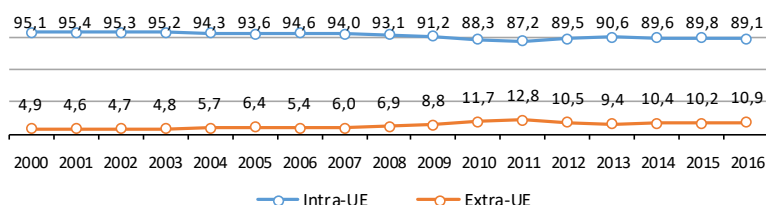
Produtos da Nomenclatura Combizada (NC-4)	milhares de Euros		Taxa média anual	Estrutura (%)	
	2000	2016		2000	2016
Total do Vestuário	1 099 890	1 999 451	3,8	-	-
<i>Peso no Total da Exportação (%)</i>	<i>2,4</i>	<i>3,3</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Vestuário de malha:	551 277	1 000 448	3,8	100,0	100,0
<i>Peso no Total do Vestuário (%)</i>	<i>50,1</i>	<i>50,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
6110 Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes	189 634	232 579	1,3	34,4	23,2
6109 T-shirts e camisolas interiores	83 068	219 570	6,3	15,1	21,9
6104 Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias, etc., p/S	43 080	123 125	6,8	7,8	12,3
6105 Camisas p/H	22 041	62 919	6,8	4,0	6,3
6115 Meias-calças e meias, incluindo para varizes	43 524	49 975	0,9	7,9	5,0
6108 Combinações, calcinhas, roupões, robes, etc, p/S	27 131	47 744	3,6	4,9	4,8
6111 Vestuário e seus acessórios para bebés	26 185	45 974	3,6	4,7	4,6
6103 Fatos, conjuntos, casacos, calças, calções, etc., p/H	12 405	38 336	7,3	2,3	3,8
6106 Camiseiros e blusas, p/S	11 635	35 304	7,2	2,1	3,5
6107 Cuecas, ceroulas, pijamas, roupões, robes, p/H	12 467	29 449	5,5	2,3	2,9
6112 Fatos treino, macaco, banho, esquí, biquínis, calções	18 258	28 075	2,7	3,3	2,8
<i>Total da amostra >>></i>				88,8	91,3
Vestuário não de malha:	548 612	999 002	3,8	100,0	100,0
<i>Peso no Total do Vestuário (%)</i>	<i>49,9</i>	<i>50,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
6204 Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias, etc., p/S	167 052	273 079	3,1	30,4	27,3
6203 Fatos, conjuntos, casacos, calças, calções, etc., p/H	105 776	224 272	4,8	19,3	22,4
6206 Camiseiros e blusas, p/S	29 033	99 604	8,0	5,3	10,0
6202 Casacos compridos, anoraques, blusões e semelh., p/S	38 503	78 388	4,5	7,0	7,8
6205 Camisas p/H	42 060	73 025	3,5	7,7	7,3
6201 Sobretudos, anoraques, blusões e semelh., p/H	39 841	55 247	2,1	7,3	5,5
6212 Soutiens, cintas, ligas e semelh, mesmo de malha	32 949	53 026	3,0	6,0	5,3
6211 Fatos treino, macaco, banho, esquí, biquínis, calções	26 375	50 630	4,2	4,8	5,1
<i>Total da amostra >>></i>				87,8	90,8

Fonte: A partir de dados de base da INE: 2000 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

4. Mercados de origem das importações de “Vestuário”

O peso das chegadas de “Vestuário” com origem no espaço intracomunitário no total das importações desceu de cerca de 95,1%, em 2000, para 89,1%, em 2016, logo subindo a quota dos fornecimentos a partir do espaço extracomunitário de 4,9% para 10,9%.

**Peso das importações de "Vestuário" [%]
com origem Intra e Extra-UE no Total ^[1]**



[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

De 2000 a 2016, a taxa de variação média anual das importações a partir dos parceiros comunitários foi de +3,4%, com a dos países terceiros a crescer +9,1%.

**Importações portuguesas de "Vestuário"
com origem no espaço Intra e Extra-UE ^[1]
(2000 a 2016)**

	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	1 100	1 351	1 650	1 557	1 999	5,3	5,1	-1,4	6,4	3,8
Intra-UE(28)	1 046	1 274	1 536	1 393	1 782	5,1	4,8	-2,4	6,3	3,4
Extra-UE(28)	54	76	114	164	218	9,0	10,5	9,6	7,3	9,1

[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Como se pode observar na figura seguinte, o ritmo de crescimento das importações originárias dos países Extra-UE, em particular de 2000 a 2011 e a partir de 2013, foi mais vivo do que o dos fornecedores Intra-UE.

**Ritmo de crescimento nominal anual das importações de "Vestuário"
com origem no espaço Intra e Extra-UE ^[1]
(2000=100)**

[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

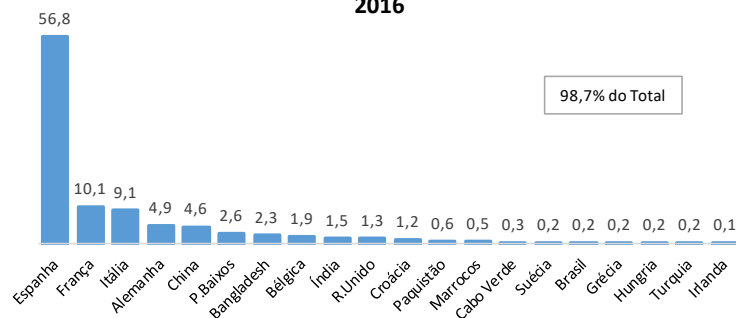
Em 2016, os vinte principais mercados de origem das importações portuguesas de "Vestuário" representaram 98,7% do Total. A primeira posição, a grande distância dos restantes fornecedores, foi ocupada pela Espanha (1,1 mil milhões de euros), seguida da França (202 milhões), da Itália (182 milhões), da Alemanha (97 milhões) e da China (92 milhões de euros).

Com valores ainda de dois dígitos alinharam-se os Países Baixos, o Bangladesh, a Bélgica, a Índia, o Reino Unido, a Croácia, o Paquistão e Marrocos. Menos expressivas foram as importações provenientes de Cabo Verde, da Suécia, do Brasil, da Grécia, da Hungria, da Turquia e da Irlanda.

Os 20 principais mercados de origem das importações de "Vestuário" (2000 a 2016)

Origem	milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	1 099,9	1 350,6	1 649,6	1 557,3	1 999,5	5,3	5,1	-1,4	6,4	3,8
Espanha	429,8	703,9	926,0	806,7	1 135,2	13,1	7,1	-3,4	8,9	6,3
França	222,9	178,6	190,5	163,3	202,2	-5,4	1,6	-3,8	5,5	-0,6
Itália	192,2	179,7	208,1	178,7	182,0	-1,7	3,7	-3,7	0,5	-0,3
Alemanha	77,1	77,9	77,5	66,2	97,1	0,3	-0,1	-3,9	10,1	1,5
China	11,8	19,9	58,4	93,1	92,2	13,9	30,8	12,4	-0,2	13,7
P.Baixos	29,3	37,6	45,0	43,2	52,6	6,4	4,6	-1,0	5,0	3,7
Bangladesh	5,7	6,3	13,0	15,2	46,1	2,5	20,0	4,0	32,1	14,0
Bélgica	31,2	46,2	49,1	45,6	37,0	10,3	1,5	-1,8	-5,1	1,1
Índia	2,9	9,1	18,1	16,2	29,2	32,5	18,9	-2,7	15,9	15,4
R.Unido	37,4	17,8	16,0	17,0	26,9	-17,0	-2,6	1,4	12,2	-2,1
Croácia	0,0	0,0	0,1	0,3	23,3	-28,1	119,6	27,0	203,2	57,0
Paquistão	1,3	2,2	1,5	2,7	12,9	14,8	-9,1	15,9	47,4	15,5
Marrocos	1,0	0,9	1,3	19,0	10,5	-3,0	9,1	96,4	-13,9	15,7
Cabo Verde	2,2	4,1	1,9	1,7	6,1	16,3	-16,9	-2,7	36,9	6,5
Suécia	1,7	3,4	5,8	3,6	3,7	18,8	14,1	-11,4	0,6	4,8
Brasil	3,4	7,7	5,9	3,6	3,4	22,9	-6,3	-11,7	-1,6	0,0
Grécia	0,6	0,5	0,3	1,1	3,3	-7,3	-6,9	33,6	31,6	11,0
Hungria	0,0	0,0	0,5	0,4	3,2	-17,2	179,0	-6,9	73,0	38,9
Turquia	2,0	4,1	3,4	1,7	3,1	19,8	-4,5	-16,5	16,7	2,8
Irlanda	0,2	1,0	1,0	55,2	2,7	43,6	-0,4	174,5	-52,8	16,6
% do Total	95,7	96,3	98,4	98,5	98,7					

Peso no Total (%) 2016

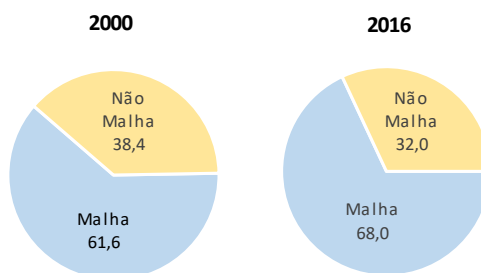


Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

5. Exportação de "Vestuário" e suas componentes

Na exportação de "Vestuário" predomina o "Vestuário de malha", que em 2016 representou 68% do Total.

Peso relativo das componentes (%) nas exportações de "Vestuário"



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Exportações de "Vestuário" e suas componentes
- 2000 a 2016 -

milhões de Euros e %

Ano	TOTAL		Vest. Malha		Vest não malha	
	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH
2000	3 134	-	1 932	-	1 202	-
2001	3 148	0,4	1 988	2,9	1 160	-3,6
2002	3 021	-4,0	1 978	-0,5	1 043	-10,0
2003	3 075	1,8	2 068	4,5	1 008	-3,4
2004	2 920	-5,0	1 999	-3,3	921	-8,6
2005	2 542	-12,9	1 690	-15,4	852	-7,5
2006	2 597	2,2	1 754	3,7	844	-1,0
2007	2 636	1,5	1 764	0,6	872	3,3
2008	2 484	-5,8	1 667	-5,5	817	-6,3
2009	2 156	-13,2	1 468	-11,9	688	-15,8
2010	2 302	6,7	1 538	4,7	764	11,0
2011	2 458	6,8	1 627	5,8	831	8,9
2012	2 473	0,6	1 590	-2,3	883	6,2
2013	2 549	3,1	1 699	6,9	850	-3,8
2014	2 780	9,1	1 841	8,3	939	10,5
2015	2 871	3,3	1 881	2,2	990	5,4
2016	3 086	7,5	2 100	11,6	986	-0,4

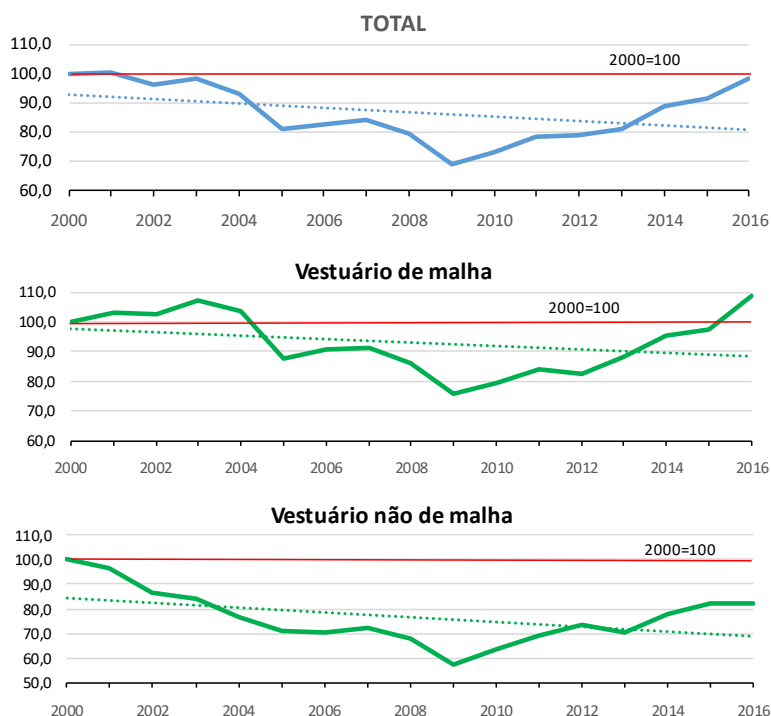
Taxa média de variação anual:

2000-2004	-1,8	0,9	-6,4
2004-2008	-4,0	-4,4	-2,9
2008-2012	-0,1	-1,2	2,0
2012-2016	5,7	7,2	2,8
2000-2016	-0,1	0,5	-1,2

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Após um decréscimo significativo das suas exportações entre 2000 e 2009, o “Vestuário” inverteu essa tendência, recuperando em 2016 praticamente o nível que detinha em 2000, para o que contribuiu decisivamente o “Vestuário de malha”.

Ritmo de crescimento nominal anual das exportações de "Vestuário"
de 2000 a 2016 (2000=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Entre o “Vestuário de malha” destacam-se, em 2016, as exportações de “T-shirts e camisolas interiores” (39,6% do Total), seguidas das “Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes (15,6%), dos “Fatos, conjuntos, casacos, vestidos e saias, entre outros, para senhora” (13%), e das “Meias-calças e meias, incluindo para varizes” (6,7%). Com menor peso alinharam-se depois os “Camiseiros e blusas para senhora” (4,5%), as “Camisas para homem” (4,4%), o “Vestuário e seus acessórios para bebés” (3,5%), os “Fatos, conjuntos, casacos, calças, entre outros, para homem” (3,5%), as “Cuecas, ceroulas, pijamas, roupões e

robes, para homem" (2%), e as "Combinações, calcinhas, roupões e robes, entre outros, para senhora" (1,8%).

Estes produtos representaram, no seu conjunto, 94,6% das exportações totais de "Vestuário de malha" neste ano.

Na componente "**Vestuário não de malha**" salientam-se as exportações de "Fatos, conjuntos, casacos, calças, calções e outros, para homem" (29,2%), de "Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias e outros, para senhora" (27%), de "Camisas para homem" (12%), e de "Camiseiros e blusas para senhora" (10,4%). Seguiram-se os "Fatos de treino, de macaco, de banho, de esqui, biquínis e calções" (6,5%), os "Soutiens, cintas, ligas e semelhantes, mesmo de malha" (3,3%), e os "Sobretudos, anoraques, blusões e semelhantes, para homem" (3,2%).

Estes produtos representaram 91,6% do Total de "**Vestuário não de malha**" em 2016.

**Principais produtos de "Vestuário" exportados
(2000 e 2016)**

Produtos da Nomenclatura Combizada (NC-4)	milhares de Euros		Taxa média anual	Estrutura (%)	
	2000	2016		2000	2016
Total do Vestuário	3 134 265	3 085 701	-0,1	-	-
<i>Peso no Total da Exportação (%)</i>	<i>11,5</i>	<i>6,2</i>	-	-	-
Vestuário de malha:	1 931 859	2 099 739	0,5	100,0	100,0
<i>Peso no Total do Vestuário (%)</i>	<i>61,6</i>	<i>68,0</i>	-	-	-
6109 T-shirts e camisolas interiores	574 797	830 997	2,3	29,8	39,6
6110 Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes	491 713	327 768	-2,5	25,5	15,6
6104 Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias, etc., p/S	144 899	272 889	4,0	7,5	13,0
6115 Meias-calças e meias, incluindo para varizes	168 100	139 824	-1,1	8,7	6,7
6106 Camiseiros e blusas, p/S	27 635	93 542	7,9	1,4	4,5
6105 Camisas p/H	74 142	93 316	1,4	3,8	4,4
6111 Vestuário e seus acessórios para bebés	122 485	73 385	-3,2	6,3	3,5
6103 Fatos, conjuntos, casacos, calças, calções, etc., p/H	62 941	73 285	1,0	3,3	3,5
6107 Cuecas, ceroulas, pijamas, roupões, robes, p/H	67 839	42 566	-2,9	3,5	2,0
6108 Combinações, calcinhas, roupões, robes, etc, p/S	86 200	38 268	-4,9	4,5	1,8
<i>Total da amostra >>></i>	<i>94,2</i>	<i>94,6</i>			
Vestuário não de malha:	1 202 406	985 962	-1,2	100,0	100,0
<i>Peso no Total do Vestuário (%)</i>	<i>38,4</i>	<i>32,0</i>	-	-	-
6203 Fatos, conjuntos, casacos, calças, calções, etc., p/H	530 313	287 463	-3,8	44,1	29,2
6204 Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias, etc., p/S	186 940	266 404	2,2	15,5	27,0
6205 Camisas p/H	172 236	118 384	-2,3	14,3	12,0
6206 Camiseiros e blusas, p/S	64 284	102 629	3,0	5,3	10,4
6211 Fatos treino, macaco, banho, esqui, biquínis, calções	46 266	63 890	2,0	3,8	6,5
6212 Soutiens, cintas, ligas e semelh, mesmo de malha	38 839	33 009	-1,0	3,2	3,3
6201 Sobretudos, anoraques, blusões e semelh., p/H	56 550	31 399	-3,6	4,7	3,2
<i>Total da amostra >>></i>	<i>91,1</i>	<i>91,6</i>			

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

6. Mercados de destino das Exportações de "Vestuário"

De acordo com estatísticas do "International Trade Centre" (ITC), consentâneas com as do INE no caso de Portugal, o país terá ocupado em 2016 a 21.^a posição entre os principais exportadores mundiais de "Vestuário", com uma quota de 0,8%.

Principais exportadores mundiais de "Vestuário"
(2012-2016)

milhões de Euros

Exportadores	2012	2013	2014	2015	2016	Taxa var. média anual	Estrut. 2016 (%)
Total	314 244	330 803	355 021	396 337	393 033	5,8	100,0
1 China	115 288	124 257	130 478	146 150	132 352	3,5	33,7
2 Bangladesh [1]	14 984	14 732	19 318	23 903	29 412	18,4	7,5
3 Vietname	10 947	12 607	14 820	19 310	22 420	19,6	5,7
4 Itália	15 819	16 292	17 257	17 478	18 043	3,3	4,6
5 Alemanha	13 725	13 776	14 641	15 006	15 466	3,0	3,9
6 Índia	10 028	11 822	12 442	15 434	15 325	11,2	3,9
7 Turquia	10 769	11 262	12 230	13 374	13 350	5,5	3,4
8 Espanha	7 214	8 331	9 065	10 697	11 099	11,4	2,8
9 França	7 382	7 633	7 960	8 806	9 047	5,2	2,3
10 Bélgica	5 700	6 534	6 299	7 011	7 594	7,4	1,9
11 Reino Unido	4 956	5 633	6 386	7 463	7 143	9,6	1,8
12 Países Baixos	5 701	6 179	6 913	6 513	7 109	5,7	1,8
13 Indonésia	5 586	5 559	5 537	6 562	6 479	3,8	1,6
14 Camboja	3 115	3 619	4 002	5 330	5 988	17,8	1,5
15 EUA	3 732	3 814	3 990	4 801	4 472	4,6	1,1
16 Polónia	2 579	2 854	3 286	3 863	4 372	14,1	1,1
17 Paquistão	2 877	2 982	3 301	4 042	4 157	9,6	1,1
18 Sri Lanka	2 940	3 215	3 522	4 097	4 155	9,0	1,1
19 México	3 353	3 292	3 341	3 855	3 670	2,3	0,9
20 Dinamarca	2 880	2 946	3 194	3 443	3 562	5,5	0,9
21 Portugal	2 473	2 548	2 779	2 871	3 104	5,8	0,8
22 Roménia	2 607	2 646	2 753	2 745	2 769	1,5	0,7
23 Marrocos	2 480	2 352	2 468	2 497	2 711	2,2	0,7
24 Áustria	1 769	1 786	1 984	2 013	2 236	6,0	0,6
25 Tailândia	2 319	2 189	2 177	2 381	2 200	-1,3	0,6
26 Tunísia	2 096	2 086	2 060	1 939	1 934	-2,0	0,5
27 El Salvador	1 485	1 555	1 560	1 961	1 927	6,7	0,5
28 Coreia SL	1 342	1 444	1 529	1 749	1 699	6,1	0,4
29 Rep.Checa	1 031	994	1 076	1 210	1 651	12,5	0,4
30 Bulgária	1 292	1 381	1 429	1 427	1 519	4,1	0,4
31 Suécia	1 306	1 359	1 386	1 503	1 511	3,7	0,4

% do Total	85,8	87,0	87,1	88,2	88,7
------------	------	------	------	------	------

Por memória:

China/HK/Macau	131 921	139 929	145 127	161 946	145 853	2,5	37,1
----------------	---------	---------	---------	---------	---------	-----	------

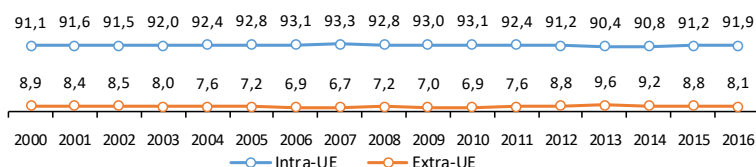
[1] O valor de 2014, não disponível no ITC, corresponde à média de 2013 e 2015.

Fonte: International Trade Centre (ITC)

O peso relativo das exportações de "Vestuário" para os países comunitários e países terceiros em relação ao Total apresentou alguma estabilidade ao longo do período 2000-2016.

No mesmo período foi nula a taxa de crescimento médio anual das exportações para o espaço comunitário, com as exportações para os países terceiros a decrescerem à taxa média de -0,6% ao ano.

Peso das exportações de "Vestuário" (%)
com destino Intra e Extra-UE no Total ^[1]



[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Exportações portuguesas de "Vestuário"
com destino ao espaço Intra e Extra-UE ^[1]
(2000 a 2016)

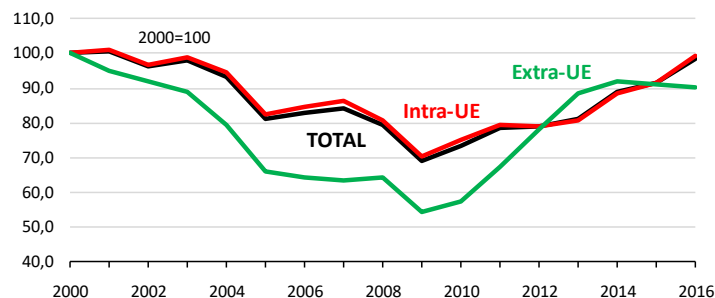
	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	3 134	2 920	2 484	2 473	3 086	-1,8	-4,0	-0,1	5,7	-0,1
Intra-UE(28)	2 856	2 699	2 305	2 256	2 834	-1,4	-3,9	-0,5	5,9	0,0
Extra-UE(28)	278	221	179	217	251	-5,6	-5,1	4,9	3,8	-0,6

[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Tendencialmente decrescentes entre 2000 e 2009, as exportações para o espaço Intra e Extra-UE recuperaram a partir de então, tendo estas últimas praticamente atingido o nível que detinham em 2000.

Ritmo de crescimento nominal anual das exportações de "Vestuário" com destino ao espaço Intra e Extra-UE ^[1] (2000 a 2016 - 2000=100)



[1] Considerados, em todos os anos, os países que integram a actual UE-28.

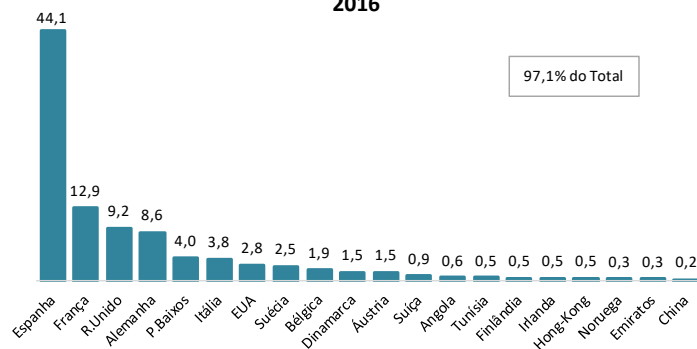
Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Desde 2001 que a primeira posição entre os mercados de destino das exportações portuguesas de "Vestuário" é ocupada pela Espanha, que absorveu 44,1% do Total em 2016. Seguiram-se, neste ano, a França (12,9%), o Reino Unido (9,2%), a Alemanha (8,6%), os Países Baixos (4%), a Itália (3,8%), os EUA (2,8%) e a Suécia (2,5%). Com pesos inferiores alinharam-se a Bélgica, Dinamarca, Áustria, Suíça, Angola, Tunísia, Finlândia, Irlanda, Hong-Kong, Noruega, Emiratos e China. Este conjunto de países representou 97,1% das exportações totais em 2016.

Os 20 principais mercados de destino das exportações de "Vestuário" (2000 a 2016)

Origem	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	3 134,3	2 920,2	2 484,1	2 472,8	3 085,7	-1,8	-4,0	-0,1	5,7	-0,1
Espanha	511,9	816,7	895,0	971,0	1 361,8	12,4	2,3	2,1	8,8	6,3
França	522,4	429,2	353,4	367,2	397,0	-4,8	-4,7	1,0	2,0	-1,7
R.Unido	482,6	468,4	265,8	239,7	284,8	-0,7	-13,2	-2,6	4,4	-3,2
Alemanha	551,0	305,9	254,5	233,9	265,5	-13,7	-4,5	-2,1	3,2	-4,5
P.Baixos	188,4	161,1	86,7	85,5	124,7	-3,8	-14,4	-0,3	9,9	-2,5
Itália	131,1	166,8	141,4	111,4	117,5	6,2	-4,0	-5,8	1,4	-0,7
EUA	78,9	52,5	25,6	36,3	85,7	-9,7	-16,4	9,1	23,9	0,5
Suécia	122,6	76,6	69,4	48,8	78,6	-11,1	-2,4	-8,4	12,6	-2,7
Bélgica	89,1	81,1	75,0	57,4	57,8	-2,3	-1,9	-6,5	0,2	-2,7
Dinamarca	112,9	62,5	52,8	46,3	46,3	-13,7	-4,1	-3,2	0,0	-5,4
Áustria	53,4	48,1	45,6	44,4	45,5	-2,6	-1,3	-0,7	0,6	-1,0
Suíça	90,0	79,9	35,6	32,3	26,9	-2,9	-18,3	-2,4	-4,5	-7,3
Angola	5,6	9,7	39,4	42,3	17,1	14,6	42,0	1,8	-20,2	7,2
Tunísia	0,7	14,7	11,2	16,7	16,4	117,2	-6,5	10,4	-0,5	22,2
Finlândia	37,2	30,2	14,3	12,2	14,9	-5,1	-17,0	-3,9	5,0	-5,6
Irlanda	34,1	27,9	18,2	13,9	14,8	-4,8	-10,1	-6,5	1,5	-5,1
Hong-Kong	2,4	3,8	2,6	6,6	14,3	11,8	-8,7	26,2	21,2	11,8
Noruega	42,1	20,4	20,1	11,1	9,7	-16,5	-0,4	-13,7	-3,3	-8,7
Emiratos	0,9	1,5	4,8	7,7	9,5	16,0	32,9	12,5	5,4	16,3
China	0,1	0,4	2,8	5,1	7,1	31,7	59,2	16,5	8,5	27,6
% do Total	97,5	97,9	97,2	96,7	97,1					

Peso no Total (%) 2016



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Comércio internacional de Têxteis (2000-2016)

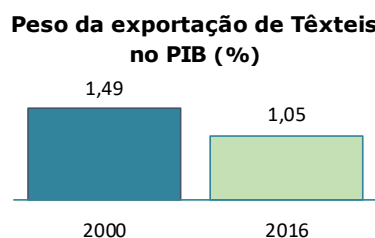
Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

No presente trabalho os produtos Têxteis, isolados do Vestuário, vão ser divididos em quatro componentes: “Fibras e Fios”, “Tecidos”, “Têxteis-Lar” e “Outros têxteis” (ver quadro anexo).

As importações englobam um importante contributo em matéria-prima para a indústria de exportação de produtos têxteis e de vestuário.

Entre 2000 e 2016 o peso da exportação de têxteis no PIB desceu de 1,49% para 1,05%.



O peso dos Têxteis na importação global, que em 2000 representava 5,3% da importação global, após descida persistente até 2008, ano em que atingiu uma quota de 2,6%, recuperou a partir daí, situando-se em 3,2% em 2016.



Por sua vez, o peso dos Têxteis na exportação global, que nos primeiros anos do século ultrapassava os 7%, decresceu até 2012, ano em que atingiu 3,7% do total, para recuperar ligeiramente desde então, situando-se em 3,9% nos dois últimos anos.



2. Balança Comercial dos Têxteis

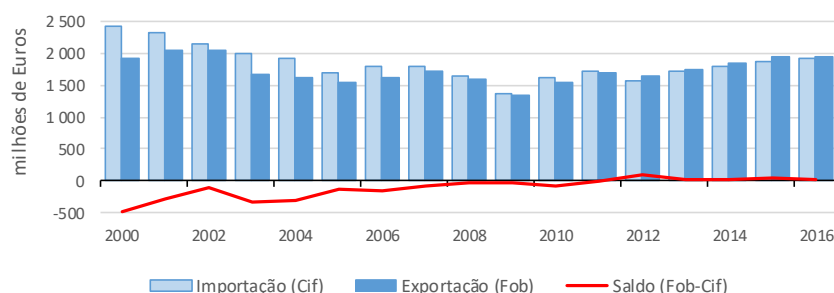
Entre 2000 e 2011 a balança comercial destes produtos foi deficitária, tornando-se o saldo positivo a partir de 2012. O grau de cobertura das importações pelas exportações subiu de 79,4%, em 2000, para 100,8%, em 2016.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Entre 2012 e 2016, a taxa de variação média anual das importações foi de +5,5% e a das exportações de +4,2%. Considerando o período alargado de 2000-2016, as exportações de Têxteis cresceram em termos nominais à taxa média anual de +0,1% e as importações decresceram à taxa de -1,4%.

Balança Comercial dos Têxteis - 2000 a 2016 -

	milhões de Euros					Taxas de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Importação (Cif)	2 416	1 936	1 643	1 558	1 933	-5,4	-4,0	-1,3	5,5	-1,4
Exportação (Fob)	1 919	1 626	1 604	1 654	1 949	-4,1	-0,3	0,8	4,2	0,1
Saldo (Fob-Cif)	-497	-310	-39	95	16	-	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	79,4	84,0	97,6	106,1	100,8	-	-	-	-	-



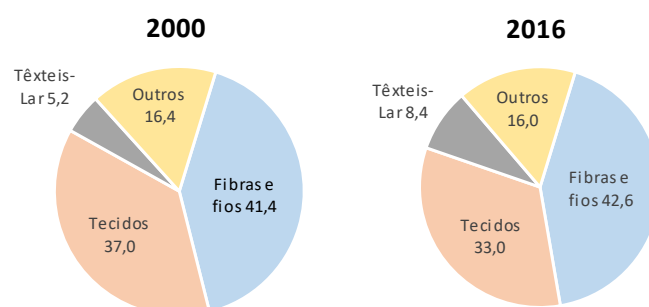
Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

3. Importação de Têxteis e suas componentes

Nas importações de Têxteis predominam as “Fibras e Fios” e os “Tecidos”, grande parte destes utilizados na fabricação de vestuário para exportação, seguidos dos “Outros têxteis” e dos “Têxteis-Lar”.

Nos “**Outros têxteis**”, muito diversificados, destacaram-se em 2016, por ordem decrescente de valor, os tecidos impregnados ou revestidos com plástico, os falsos tecidos, os artefactos têxteis confeccionados, incluindo moldes para vestuário, os produtos e artefactos para uso técnico, os sacos para embalagem, as fitas, os encerados, estores, tendas e velas, as etiquetas e emblemas não bordados, os “ouates”, feltros, tules e rendas, os bordados, os cordéis, cordas e cabos revestidos a borracha ou plástico, os tecidos com borracha, as redes de malhas com nós, de pesca e outras, e os sortidos para tapeçarias, toalhas de mesa e guardanapos bordados. Estes tipos de produtos representaram, no seu conjunto, mais de 90% das importações.

Peso relativo das componentes (%) nas importações de Têxteis



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Dentro dos “**Têxteis-Lar**” destacaram-se as roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha, os tapetes e outros revestimentos têxteis para pavimentos, tufados ou não, os cortinados, sanefas e reposteiros, as mantas e cobertores, os esfregões, panos de cozinha, flanelas de limpeza e semelhantes, e os tapetes e outros revestimentos de feltro para pavimentos, não tufados, produtos que pesaram também mais de 90% das importações desta componente.

Entre 2000 e 2016, em termos nominais, as importações de Têxteis decresceram à taxa média anual de -1,4%, para o que contribuíram, com taxas negativas, as componentes “Fibras e Fios” (-1,2%), “Tecidos” (-2,1%) e “Outros têxteis” (-1,6%), a que se contrapôs a componente “Têxteis-Lar”, com uma taxa de crescimento positiva (+1,7%).

De assinalar que no quinquénio 2012-2016, todas estas componentes contribuíram com taxas de crescimento médio anual positivas para uma taxa global de +5,5%.

Importação de Têxteis e suas componentes - 2000 a 2016 -

milhões de Euros e %

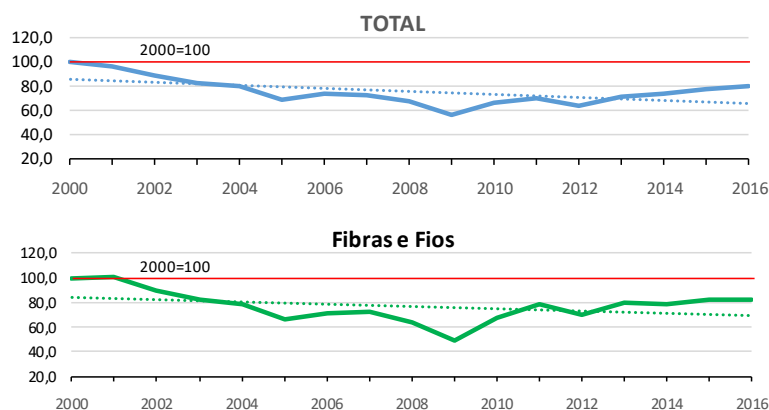
Ano	TOTAL		Fibras e Fios		Tecidos		Têxteis-Lar		Outros têxteis	
	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH
2000	2 416	-	1 000	-	894	-	125	-	397	-
2001	2 339	-3,2	1 003	0,4	878	-1,8	112	-10,6	347	-12,7
2002	2 157	-7,8	892	-11,1	795	-9,4	118	5,8	351	1,2
2003	2 003	-7,1	824	-7,6	747	-6,1	114	-3,4	317	-9,6
2004	1 936	-3,4	780	-5,4	715	-4,2	128	12,1	312	-1,6
2005	1 674	-13,5	658	-15,7	621	-13,2	128	-0,2	268	-14,2
2006	1 782	6,4	718	9,1	636	2,5	141	10,4	287	7,0
2007	1 774	-0,4	720	0,4	623	-2,1	157	11,1	274	-4,5
2008	1 626	-8,4	635	-11,9	566	-9,1	159	0,9	267	-2,6
2009	1 370	-15,8	492	-22,5	497	-12,1	150	-5,6	230	-13,6
2010	1 619	18,2	679	38,0	525	5,5	178	19,0	237	3,1
2011	1 713	5,8	786	15,8	513	-2,2	148	-17,0	266	12,1
2012	1 558	-9,0	701	-10,9	493	-3,9	117	-20,6	247	-7,2
2013	1 725	10,7	794	13,3	537	8,9	123	4,6	271	9,6
2014	1 805	4,7	789	-0,7	580	8,1	141	14,5	296	9,2
2015	1 884	4,4	817	3,6	608	4,7	150	6,5	309	4,6
2016	1 933	2,6	823	0,7	638	5,0	163	8,8	309	-0,1

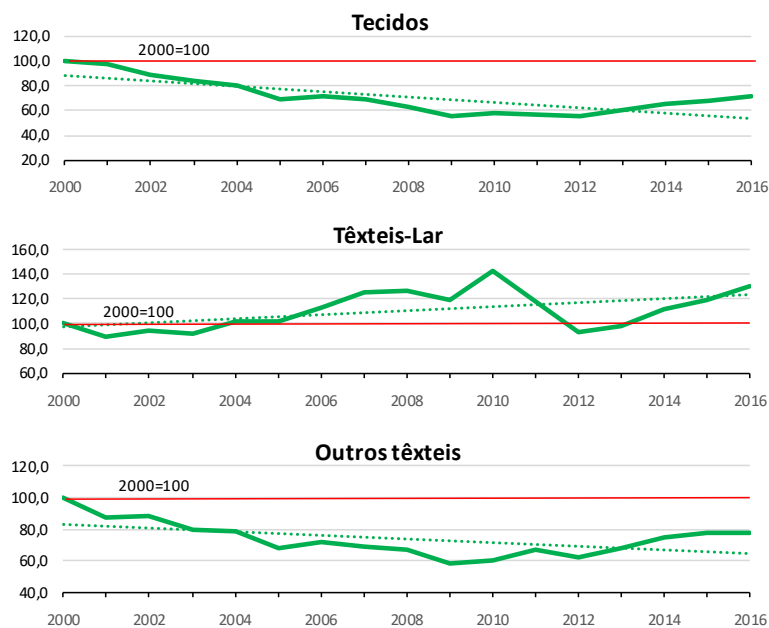
Taxa média de variação anual:

2000-2004	-5,4	-6,0	-5,4	0,6	-5,8
2004-2008	-4,3	-5,0	-5,7	5,4	-3,9
2008-2012	-1,1	2,5	-3,4	-7,2	-1,9
2012-2016	5,5	4,1	6,7	8,6	5,8
2000-2016	-1,4	-1,2	-2,1	1,7	-1,6

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos,
2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Ritmo de crescimento nominal anual das importações de Têxteis de 2000 a 2016 (2000=100)



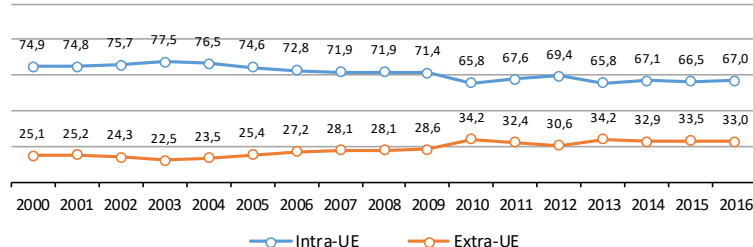


Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

4. Mercados de origem das importações de Têxteis

O peso das chegadas de Têxteis com origem no espaço intracomunitário no total das importações desceu de cerca de 75%, em 2000, para 67%, em 2016, passando a quota dos fornecimentos a partir do espaço Extra-comunitário de 1/4 para 1/3 das importações globais.

Peso das importações com origem Intra e Extra-UE no Total (%)



Entre 2000 e 2009, o peso das importações com origem nos parceiros comunitários no Total manteve-se acima dos 70%, descendo a 65,8% em 2010, para se manter sempre abaixo dos 70% desde então.

De 2000 a 2016, foi negativa a taxa de variação média anual das importações a partir dos parceiros comunitários, -2,1%, com a dos países terceiros a crescer +0,3%.

Importações portuguesas de Têxteis com origem no espaço Intra e Extra-comunitário ^[1] (2000 a 2016)

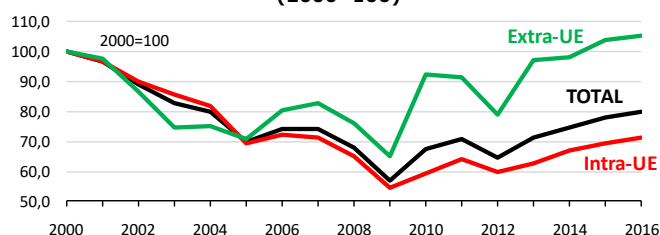
	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	2 416	1 936	1 643	1 558	1 933	-5,4	-4,0	-1,3	5,5	-1,4
Intra-UE(28)	1 811	1 481	1 182	1 081	1 296	-4,9	-5,5	-2,2	4,6	-2,1
Extra-UE(28)	605	455	461	477	637	-6,9	0,3	0,9	7,5	0,3

[1] Considerados em todos os anos os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Como se pode observar na figura seguinte, o ritmo de crescimento das importações portuguesas originárias dos países Extra-UE, em particular a partir de 2009, foi mais vivo do que o dos fornecedores Intra-UE, sendo mesmo o valor dos primeiros, nos dois últimos anos, superior ao de 2000.

**Ritmo de crescimento nominal anual das importações de Têxteis
com origem no espaço Intra e Extra-comunitário ^[1]
(2000=100)**



[1] Considerados em todos os anos os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Em 2016, os vinte principais mercados de origem das importações portuguesas de Têxteis representaram 94,1% do Total.

Com fornecimentos acima de 100 milhões de euros em 2016, surgem a Espanha (21,6% do Total), a Itália (14,4%), a Alemanha (8,9%), a Índia (8%), a China (6,4%), a Turquia (5,7%) e os Países Baixos (5,3%).

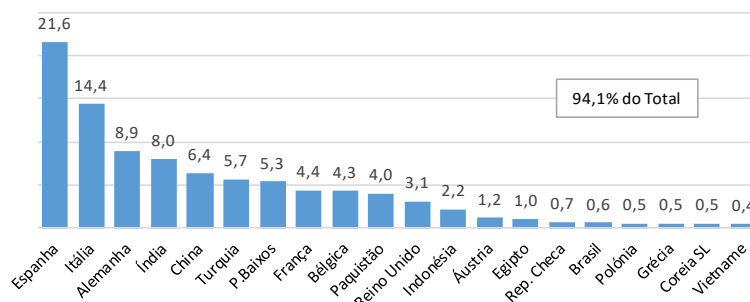
Através do porto de Roterdão, nos Países Baixos, o maior da Europa, entram em livre prática na UE numerosas mercadorias que seguem depois aos seus destinos, sendo estatisticamente contabilizadas como provenientes dos Países Baixos.

Entre 2000 e 2016, as maiores taxas de crescimento médio anual destas importações verificaram-se com a Polónia (+17,3%), Vietname (+15,9%), Indonésia (+14,2%), China (+8,5%) e Índia (+6%).

**Os 20 principais mercados de origem das importações de Têxteis
(2000 a 2016)**

Origem	milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	2 416,2	1 935,8	1 642,9	1 558,4	1 933,0	-5,4	-4,0	-1,3	5,5	-1,4
Espanha	409,9	431,6	353,7	310,3	417,6	1,3	-4,9	-3,2	7,7	0,1
Itália	356,3	294,3	265,1	247,4	278,5	-4,7	-2,6	-1,7	3,0	-1,5
Alemanha	341,1	229,2	174,7	145,5	171,7	-9,5	-6,6	-4,5	4,2	-4,2
Índia	61,3	67,2	104,8	102,3	155,3	2,3	11,8	-0,6	11,0	6,0
China	33,7	30,8	61,7	88,1	124,5	-2,2	19,0	9,3	9,1	8,5
Turquia	54,6	64,7	67,7	100,1	110,3	4,3	1,1	10,3	2,5	4,5
P.Baixos	76,7	74,0	73,4	95,8	103,4	-0,9	-0,2	6,9	1,9	1,9
França	227,5	167,6	114,9	86,8	84,4	-7,4	-9,0	-6,8	-0,7	-6,0
Bélgica	115,3	97,0	62,5	63,1	83,7	-4,2	-10,4	0,2	7,3	-2,0
Paquistão	77,2	69,1	78,7	51,3	78,2	-2,7	3,3	-10,1	11,1	0,1
Reino Unido	162,2	90,1	52,3	50,8	60,3	-13,7	-12,7	-0,7	4,4	-6,0
Indonésia	5,1	9,0	13,4	15,8	42,9	15,4	10,4	4,1	28,4	14,2
Áustria	27,1	28,9	25,2	26,2	23,4	1,6	-3,4	1,0	-2,8	-0,9
Egipto	15,5	14,0	11,3	18,0	19,8	-2,4	-5,2	12,2	2,5	1,6
Rep. Checa	9,4	10,1	10,6	7,5	12,6	1,8	1,3	-8,4	13,9	1,8
Brasil	12,9	21,6	7,7	10,4	11,6	13,9	-22,7	7,8	2,8	-0,6
Polónia	0,8	0,9	1,5	3,1	10,6	2,8	13,4	19,8	35,6	17,3
Grécia	25,8	23,0	10,1	8,3	10,5	-2,8	-18,6	-4,8	6,0	-5,5
Coreia SL	17,9	8,8	7,7	11,4	10,4	-16,2	-3,5	10,5	-2,4	-3,4
Vietname	0,8	1,0	1,0	2,2	8,5	5,1	0,0	22,6	40,2	15,9
% do Total	84,1	89,5	91,2	92,7	94,1					

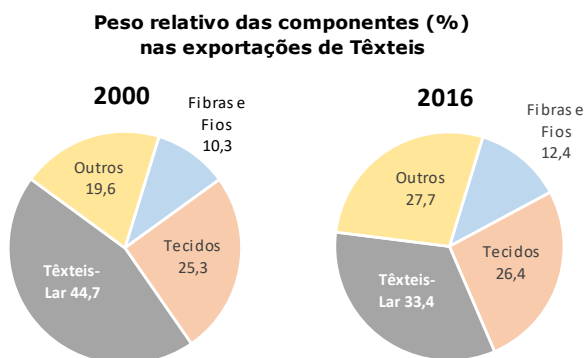
**Peso no Total (%)
2016**



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

5. Exportação de Têxteis e suas componentes

Em 2016, nas exportações de Têxteis predominaram os “Têxteis-Lar” (33,4%), seguidos dos “Outros têxteis” (27,7%), dos “Tecidos” (26,4%) e das “Fibras e Fios” (12,4%).



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 e 2009 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

- Entre os **“Têxteis-Lar”** destacam-se, nesse ano, as exportações de *“Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha”* (76,7% do Total), seguidas dos *“Tapetes e outros revestimentos têxteis para interiores”*, tufados ou não (10,1%) e dos *“Cobertores e mantas”* (2,9%).
- A componente **“Outros têxteis”** engloba produtos muito diversificados, como *“Cordéis, cordas e cabos revestidos de borracha ou plástico”* (32,3% do Total), *“Tecidos impregnados, revestidos ou recobertos com plástico”* (20,3%), *“Telas para pneus com fios de nylon, poliéster ou rayon de viscose”* (7,7%), *“Artefactos têxteis para usos técnicos”* (7,7%), *“Tecidos com borracha”* (5,5%), *“Redes de malhas com nós, redes de pesca e outras redes”* (4,6%) e *“Artefactos têxteis confeccionados, incluindo moldes para vestuário”* (4,5%), entre muitos outros produtos.
- Entre os **“Tecidos”** sobressaem os *“Tecidos de fibras e fios de filamentos sintéticos”* (21,5% do Total), os *“Tecidos de malha e malha-urdidura”* (20,6%), os *“Tecidos de algodão”* (19,5%), os *“Veludos, pelúcias, tecidos de froco e tecidos com anéis de malha”* (16%), os *“Tecidos de lã penteada ou pelos finos penteados”* (5,2%) e os *“Tecidos com menos de 85% de algodão com fibras sintéticas ou artificiais”* (3,6%).
- Por fim, entre as **“Fibras e Fios”**, destaque para os *“Cabos de filamentos sintéticos”* (22,5% do Total), *“Fios de fibras e filamentos sintéticos e de fibras artificiais, não acondicionados para venda a retalho”* (22,1%), *“Fibras sintéticas cardadas e penteadas, não cardadas e não penteadas, para fição”* (15,4%), *“Fios com 85% ou mais de algodão, não acondicionados”* (12,9%), *“Monofilamentos sintéticos”* (9,4%), *“Fios de lã cardada ou penteada, não acondicionados”* (7,1%) e *“Lã não cardada nem penteada”* (2,5%).

Entre 2000 e 2010 os “Tecidos” ocupavam a segunda posição entre as componentes destas exportações, tendo sido ultrapassados pelos “Outros têxteis” a partir de 2011.

Exportação em valor de Têxteis e suas componentes - 2000 a 2016 -

milhões de Euros e %

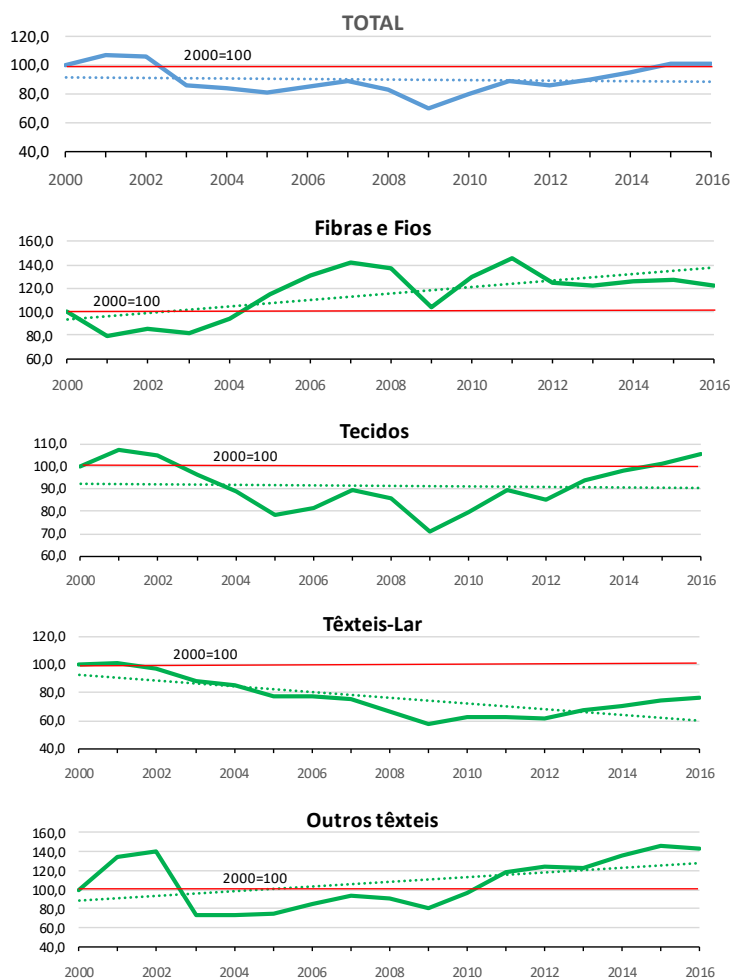
Ano	TOTAL		Fibras e Fios		Tecidos		Têxteis-Lar		Outros têxteis	
	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH	Valor	TVH
2000	1 919	-	198	-	486	-	858	-	377	-
2001	2 058	7,2	157	-20,8	522	7,4	871	1,4	509	35,0
2002	2 043	-0,7	170	8,3	511	-2,2	837	-3,9	527	3,5
2003	1 664	-18,5	161	-5,2	468	-8,4	759	-9,3	277	-47,4
2004	1 626	-2,3	185	15,2	432	-7,7	733	-3,3	276	-0,6
2005	1 555	-4,4	227	22,7	380	-11,9	665	-9,4	283	2,7
2006	1 632	4,9	259	14,1	395	3,8	661	-0,6	317	12,0
2007	1 716	5,2	281	8,6	436	10,4	647	-2,1	352	11,1
2008	1 604	-6,6	271	-3,8	417	-4,3	572	-11,6	344	-2,3
2009	1 345	-16,1	206	-23,9	344	-17,4	492	-14,0	303	-11,9
2010	1 542	14,7	255	23,9	388	12,7	534	8,7	365	20,2
2011	1 708	10,8	288	13,1	436	12,4	538	0,7	445	22,2
2012	1 654	-3,2	245	-15,0	413	-5,4	530	-1,5	466	4,5
2013	1 739	5,1	243	-1,0	456	10,4	576	8,7	464	-0,4
2014	1 837	5,6	248	2,3	479	5,0	601	4,2	509	9,8
2015	1 939	5,6	252	1,4	493	3,0	642	7,0	552	8,5
2016	1 949	0,5	242	-3,7	515	4,4	652	1,5	540	-2,2

Taxa média de variação anual:

2000-2004	-4,1	-1,6	-2,9	-3,9	-7,5
2004-2008	-0,3	10,0	-0,9	-6,0	5,7
2008-2012	0,8	-2,4	-0,3	-1,9	7,9
2012-2016	4,2	-0,3	5,7	5,3	3,8
2000-2016	0,1	1,3	0,4	-1,7	2,3

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos,
2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Ritmo de crescimento nominal anual das exportações de Têxteis de 2000 a 2016 (2000=100)

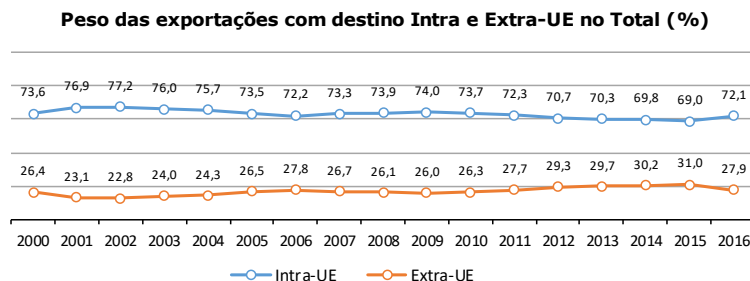


Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios,
com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

6. Mercados de destino das Exportações de Têxteis

O peso relativo das exportações de Têxteis para os espaços Intra e Extra-comunitário apresentou alguma estabilidade ao longo do período 2000-2016.

Tendo-se mantido acima dos 70% o peso das exportações para os parceiros comunitários entre 2000 e 2013, oscilando entre 77,2% em 2002 e 70,3% em 2013, desceu ligeiramente nos dois anos seguintes, para recuperar em 2016, com uma quota de 72,1%.



Entre 2000 e 2016 foi praticamente nula a taxa de crescimento médio anual das exportações para o espaço comunitário, com as exportações para os países terceiros a crescerem à taxa média de +0,4% ao ano.

**Exportações portuguesas de Têxteis
com destino ao espaço Intra e Extra-comunitário ^[1]
(2000 a 2016)**

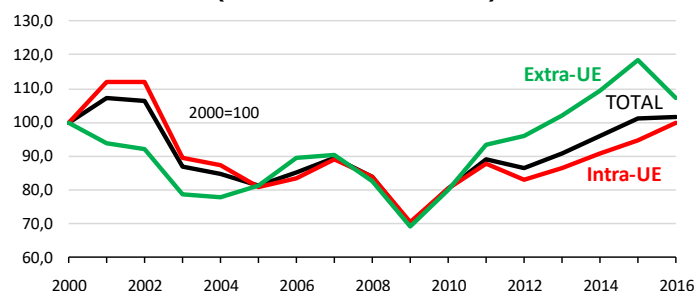
	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	1 919	1 626	1 604	1 654	1 949	-4,1	-0,3	0,8	4,2	0,1
Intra-UE(28)	1 412	1 231	1 184	1 168	1 406	-3,4	-1,0	-0,3	4,7	0,0
Extra-UE(28)	507	395	419	485	543	-6,0	1,5	3,7	2,8	0,4

[1] Considerados em todos os anos os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios com última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

Tendencialmente decrescentes entre 2000 e 2009, as exportações recuperaram a partir de então, com uma taxa média de crescimento anual para a UE de +4,7% e de +2,8% para os países terceiros nos últimos cinco anos de 2016.

**Ritmo de crescimento nominal anual das exportações de Têxteis
com destino ao espaço Intra e Extra-comunitário ^[1]
(2000 a 2016 - 2000=100)**



[1] Considerados em todos os anos os países que integram a actual UE-28.

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

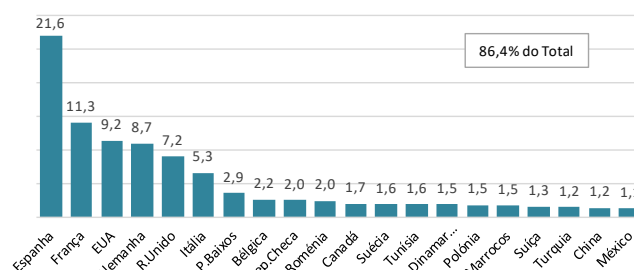
Em 2000 a primeira posição entre os mercados de destino das exportações portuguesas de Têxteis era ocupada pelo Reino Unido (16,4%), seguido dos EUA (14,9%), da Espanha (12,9), da Alemanha, praticamente a par da Espanha (12,7%), e da França (9,9%). A partir de 2003 o primeiro lugar passou a ser sucessivamente ocupado pela Espanha, que em 2016 representou 21,6%, a que se seguiram a França (11,3%), os EUA (9,2%), a Alemanha (8,7%) e o Reino Unido (7,2%).

Entre 2000 e 2016 as maiores taxas de crescimento médio anual ocorreram com a Roménia (+18,5%), China (+16,6%), Tunísia (+13,7%), México (+11,3%), República Checa (+7,7%) e Polónia (+6,5%).

**Os 20 principais mercados de destino das exportações de Têxteis
(2000 a 2016)**

Origem	mil milhões de Euros					Taxa de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
Total	1 918,7	1 626,0	1 603,7	1 653,8	1 949,3	-4,1	-0,3	0,8	4,2	0,1
Espanha	248,1	281,9	300,2	322,6	420,3	3,2	1,6	1,8	6,8	3,3
França	189,1	175,2	187,2	186,0	219,6	-1,9	1,7	-0,2	4,2	0,9
EUA	286,2	217,5	146,1	146,4	178,6	-6,6	-9,5	0,1	5,1	-2,9
Alemanha	244,1	195,5	159,7	143,0	170,2	-5,4	-4,9	-2,7	4,5	-2,2
R.Unido	315,2	186,7	132,0	118,5	140,6	-12,3	-8,3	-2,7	4,4	-4,9
Itália	97,2	92,7	98,6	94,9	103,4	-1,2	1,5	-0,9	2,2	0,4
P.Baixos	63,0	63,1	52,5	52,2	55,7	0,0	-4,5	-0,2	1,6	-0,8
Bélgica	47,4	33,4	43,6	40,6	42,0	-8,4	6,9	-1,8	0,8	-0,8
Rep.Checa	12,2	11,1	24,1	38,2	39,8	-2,4	21,5	12,2	1,0	7,7
Roménia	2,6	9,6	14,1	30,3	39,0	39,1	9,9	21,2	6,5	18,5
Canadá	23,0	21,5	24,2	26,5	32,5	-1,6	3,0	2,2	5,2	2,2
Suécia	60,5	38,4	36,2	23,2	30,7	-10,7	-1,5	-10,5	7,3	-4,1
Tunísia	3,9	8,2	10,2	26,7	30,6	20,3	5,5	27,2	3,4	13,7
Dinamarca	31,0	27,7	21,9	23,8	29,9	-2,8	-5,7	2,1	5,9	-0,2
Polónia	10,8	15,1	23,8	16,1	29,4	8,9	12,1	-9,3	16,2	6,5
Marrocos	21,9	22,6	21,5	25,3	28,6	0,8	-1,2	4,1	3,1	1,7
Suíça	24,3	14,2	12,7	19,8	24,6	-12,6	-2,6	11,7	5,5	0,1
Turquia	12,6	10,9	21,3	20,2	23,7	-3,4	18,2	-1,2	4,1	4,1
China	2,0	2,6	8,3	28,6	22,9	7,7	33,2	36,2	-5,4	16,6
México	3,9	13,3	13,8	20,6	21,5	36,2	0,8	10,6	1,1	11,3
% do Total	88,5	88,6	84,3	84,9	86,4					

**Peso no Total (%)
2016**



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 definitivos, 2016 provisórios - última actualização em 8-9-2017 (<http://www.ine.pt>).

ANEXO

**Definição do conteúdo das componentes dos Têxteis
com base na Nomenclatura Combinada**

Fibras e Fios	Tecidos	Têxteis-Lar	Outros têxteis
5001 a 5006	5007	5701 a 5705	5601 a 5504
5101 a 5110	5111 a 5113	5805	5606 a 5609
5201 a 5207	5208 a 5212	5904	5804
5301 a 5308	5309 a 5311	6301 a 6304	5806 a 5808
5401 a 5406	5407 a 5408	630710	5810 a 5811
5501 a 5511	5512 a 5516		5901 a 5903
5605	5801 a 5803		5905 a 5911
	5809		6305 a 6306
	6001 a 6006		6308 a 6310
			630720
			630790

Comércio internacional de mercadorias, Portugal - Moçambique (2012-2016 e janeiro-setembro 2016-2017)

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

Moçambique é um dos quinze membros da **SADC** (*Southern Africa Development Community* – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), organização criada em 1992 que tem entre os seus principais objetivos aprofundar a cooperação económica entre os seus membros, com base no equilíbrio, igualdade e benefícios mútuos, proporcionando um livre movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais e estimular o comércio de produtos e serviços entre os países membros.



De acordo com dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique no Anuário Estatístico de 2016, a SADC foi o destino de 27,9% das exportações totais de mercadorias moçambicanas em 2016, cabendo 22,7% à África do Sul. Por sua vez, 33,5% das importações realizadas por Moçambique no mesmo ano tiveram origem no espaço da SADC, tendo 30,7% destas mercadorias sido fornecidas pela África do Sul.

Moçambique foi também, em 1996, um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**), que tem entre os seus objetivos, no âmbito da cooperação em todos os domínios, o desenvolvimento de parcerias estratégicas e o levantamento de obstáculos ao desenvolvimento do comércio internacional de bens e serviços entre os seus atuais nove membros.

De acordo com a mesma fonte, as exportações moçambicanas de mercadorias em 2016 para o conjunto dos seus parceiros na CPLP representaram apenas 1,1% do total, cabendo 1% a Portugal.

Na vertente das importações, a CPLP foi a origem de 6,4% das mercadorias, cabendo 5,9% a Portugal e 0,6% ao Brasil.

Neste trabalho encontra-se reunido um breve conjunto de dados sobre o comércio externo de Moçambique, para o que se utilizaram dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique nos seus Anuários Estatísticos, e também do International Trade Centre (ITC) no caso dos produtos envolvidos.

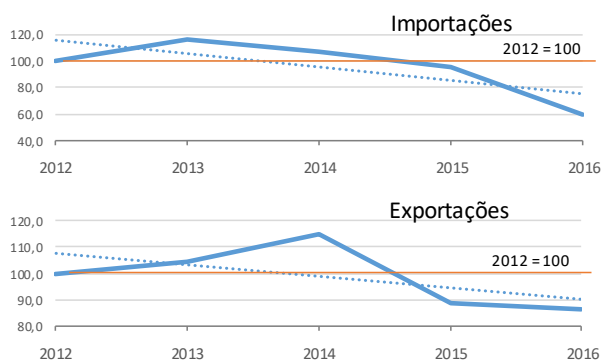
¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Analisa-se também aqui, com algum detalhe, a evolução das importações e das exportações de mercadorias entre Portugal e Moçambique ao longo dos últimos cinco anos (2012 a 2016) e no período acumulado de janeiro a setembro de 2016 e 2017, com base em dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), com última atualização em 9 de novembro de 2017.

2. Alguns dados sobre o comércio externo de Moçambique

O ritmo de evolução em valor das importações de mercadorias em Moçambique decresceu entre 2013 e 2016, decrescendo também o das exportações a partir de 2014.

Ritmo de evolução do valor das importações e das exportações de mercadorias em Moçambique (2012=100)



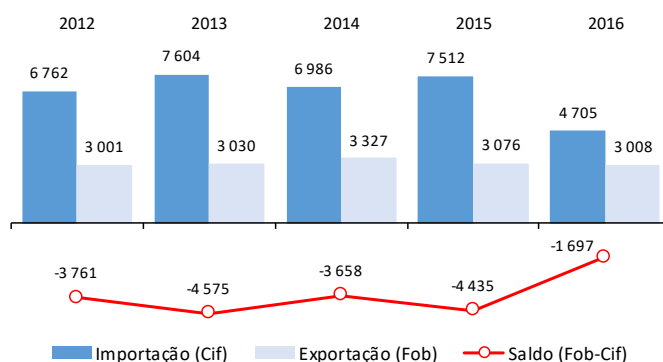
Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique - Anuário Estatístico.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique no Anuário Estatístico para os anos de 2012 a 2016, a Balança Comercial de mercadorias (fob-cif) do país foi deficitária, tendo-se assistido em 2016, de acordo com os dados disponíveis, a uma descida significativa das importações (-37,4%), com prática estagnação das exportações (-2,2%).

Esta descida acentuada das importações, associada ao comportamento das exportações, conduziu a um défice da balança de cerca de -1,7 mil milhões de euros (-61,7% face ao do ano anterior), o mais baixo dos últimos cinco anos, com o grau de cobertura das importações pelas exportações (Fob/Cif) a situar-se em 63,9%.

Balança Comercial de Moçambique face ao Mundo (2012 a 2016)

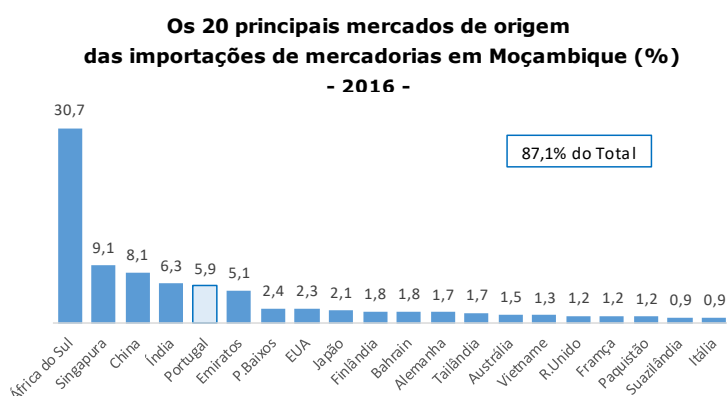
	milhões de Euros				
	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (Cif)	6 762	7 604	6 986	7 512	4 705
TVH	-	12,5	-8,1	7,5	-37,4
Exportação (Fob)	3 001	3 030	3 327	3 076	3 008
TVH	-	1,0	9,8	-7,5	-2,2
Saldo (Fob-Cif)	-3 761	-4 575	-3 658	-4 435	-1 697
TVH	-	21,6	-20,0	21,2	-61,7
Cobertura (Fob/Cif) (%)	44,4	39,8	47,6	41,0	63,9



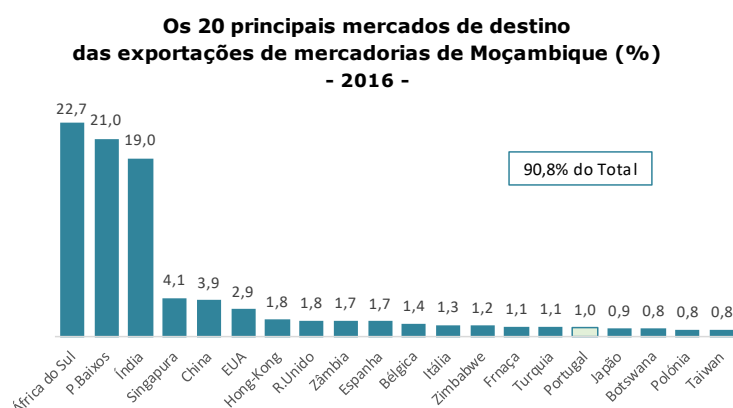
Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique - Anuário Estatístico.

Em 2016, de acordo com os dados veiculados pela mesma fonte sobre as **importações** efetuadas pelo país, Portugal terá ocupado a 5.^a posição entre os principais fornecedores de mercadorias (5,9% do total das importações), cabendo o primeiro lugar à África do Sul (30,7%), seguida de Singapura (9,1%), da China (8,1%) e da Índia (6,3%).

No mesmo ano, os principais destinos das **exportações** moçambicanas foram a África do Sul (22,7%), os Países Baixos (21%) e a Índia (19%), seguidos de Singapura (4,1%), da China (3,9%) e dos EUA (2,9%). Portugal ocupou aqui a 16.^a posição (1%), precedido dos países atrás citados e de Hong-Kong (1,8%), do Reino Unido (1,8%), da Zâmbia (1,7%), da Espanha (1,7%), da Bélgica (1,4%), da Itália (1,3%), do Zimbabwe (1,2%), da França (1,1%) e da Turquia (1,1%).



Fonte: A partir de dados de base do INE de Moçambique - Anuário Estatístico 2016.



Fonte: A partir de dados de base do INE de Moçambique - Anuário Estatístico 2016.

Na análise da evolução do comércio externo de Moçambique por *Grupos de Produtos* (ver em tabela anexa o conteúdo dos grupos com base nos capítulos do Sistema Harmonizado - Anexo-1), foi utilizada a base de dados do International Trade Centre (ITC), em alternativa aos dados do INE de Moçambique, o que, para além de permitir calcular o peso de Portugal em cada um dos grupos em 2016, permite identificar os principais produtos transacionados desagregados a quatro dígitos da nomenclatura do Sistema Harmonizado.

Há naturalmente um desfasamento entre os totais das duas fontes, principalmente no ano de 2012, que contudo não é relevante em 2016 para o fim em vista (ver quadro no Anexo-2). Em termos globais, Portugal representou 5,9% das importações em 2016, segundo o INE de Moçambique, e 5,8% segundo as estatísticas do ITC, e 1% das exportações de acordo com ambas as fontes).

Nas **importações**, destacaram-se em 2016 as do grupo “**Máquinas, aparelhos e partes**” (20,1% do total), muito diversificadas, que registaram uma quebra significativa em valor face ao ano anterior, tendo Portugal contribuído com uma quota de 10,6% para os fornecimentos deste grupo.

**Importações de mercadorias em Moçambique com origem no Mundo
por Grupos de Produtos entre 2012 a 2016
- Peso de Portugal em 2016 -**

milhões de Euros

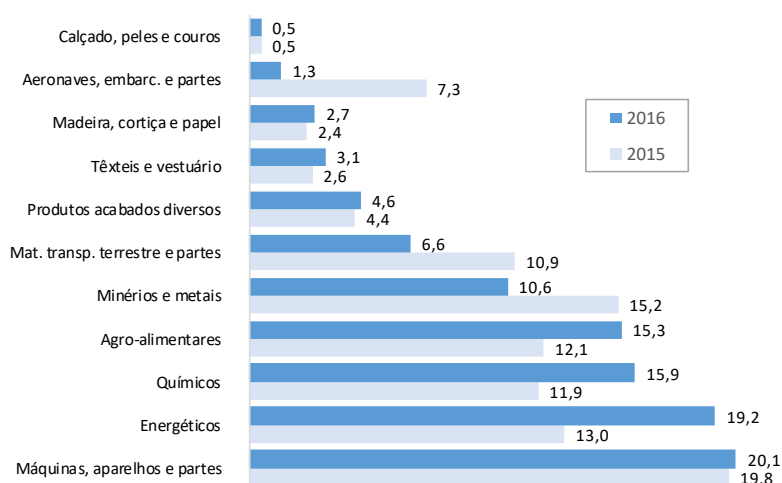
Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	% PT (1)
TOTAL	4 803	7 603	6 577	7 124	4 785	5,8
A - Agro-alimentares	632	823	841	865	733	4,1
B - Energéticos	1 145	2 236	1 283	925	919	0,3
C - Químicos	388	583	667	848	761	4,0
D - Madeira, cortiça e papel	91	124	147	169	129	16,1
E - Têxteis e vestuário	97	146	177	184	150	2,8
F - Calçado, peles e couros	72	28	30	35	23	5,7
G - Minérios e metais	910	881	1 026	1 082	509	8,2
H - Máquinas, aparelhos e partes	906	1 085	1 378	1 407	960	10,6
I - Mat. transp. terrestre e partes	396	680	724	780	317	2,2
J - Aeronaves, embarc. e partes	3	13	13	518	63	0,4
K - Produtos acabados diversos	163	1 006	291	310	219	15,9

(1) *Peso de Portugal nas importações moçambicanas por grupos de produtos em 2016.*

Por memória:

Total de fonte INE-Moç	6 762	7 604	6 986	7 512	4 705	-
------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	---

Peso dos Grupos de Produtos no Total em 2015 e 2016 (%)



Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC); 2012 a 2015 - cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2016 - ITC a partir do INE-Moç.

Seguiram-se, por ordem decrescente do seu peso no total, os grupos:

- **“Energéticos”** (19,2%, com uma quota de 0,3% para Portugal), em sua grande parte constituídos por refinados de petróleo e energia eléctrica;
- **“Químicos”** (15,9% e quota de 4%), principalmente sais de fluor, medicamentos, substâncias odoríferas para a indústria, reagentes de diagnóstico ou de laboratório, insecticidas e herbicidas, pneus novos, produtos de lavagem e limpeza, embalagens, rolas, cápsulas tubos e outros produtos de plástico, adubos, sangue para uso médico, soros e vacinas;
- **“Agroalimentares”** (15,3% e quota de 4,1%), com destaque para o arroz, trigo, milho, peixe congelado, óleos de palma, de soja, de girassol, de cártamo ou de algodão, cerveja, cebolas, alhos e outros produtos hortícolas, vinhos e sumos de frutas, entre outros;
- **“Minérios e metais”** (10,6% e quota de 8,2%), principalmente alumínio em formas brutas, construções em ferro ou aço, cimento hidráulico, barras, tubos, laminados, perfis, parafusos, porcas, rebites e outros produtos de ferro ou aço, construções em alumínio, minérios de ferro e seus concentrados;
- **“Material de transporte terrestre e partes”** (6,6% e quota de 2,2%), designadamente veículos automóveis e tratores, suas partes e acessórios, reboques, partes de veículos e material para via férrea, e bicicletas;
- **“Produtos acabados diversos”** (4,6% e quota de 15,9%), principalmente mobiliário, instrumentos médicos, garrafas e embalagens de vidro, ladrilhos cerâmicos, candeeiros e outros

aparelhos de iluminação, construções pré-fabricadas, assentos mesmo transformáveis em cama, lavatórios, banheiras e sanitários de cerâmica, e aparelhos de raios-X, entre muitos outros;

- **“Têxteis e vestuário”** (3,1% e quota de 2,8%), com destaque para os artefactos têxteis e calçado usados, tecidos, fios e fibras para fiação, sacos para embalagem, cordéis, cordas e cabos, T-shirts e vestuário diverso;
- **“Madeira, cortiça e papel”** (2,7% e quota de 16,1%), como caixas, sacos e embalagens de papel e cartão, livros, selos, papel higiénico, lenços, fraldas e pensos, obras de carpintaria para construção, papel e cartão para escrita em rolos, madeira serrada ou em bruto e contraplacados;
- **“Aeronaves, embarcações e partes”** (1,3% e quota de 0,4%), designadamente veículos aéreos e suas partes;
- **“Calçado, peles e couros”** (0,5% do total com uma quota de 5,7% para Portugal), com predomínio do calçado e suas partes, mas também malas, pastas, estojos e carteiras, vestuário e acessórios em couro, e couros após curtimenta.

Na vertente das **exportações** destacou-se, em 2016, o grupo **“Minérios e metais”** (35,8% do total e uma quota praticamente nula para Portugal), com predomínio do alumínio em formas brutas, em barras, perfis ou fios, minérios de titânio e seus concentrados, pedras preciosas e semi-preciosas, e minérios de nióbio, de tântalo, de vanádio e de zircónio.

**Exportações de mercadorias de Moçambique com destino ao Mundo
por Grupos de Produtos entre 2012 a 2016**
- Peso de Portugal em 2016 -

milhões de Euros

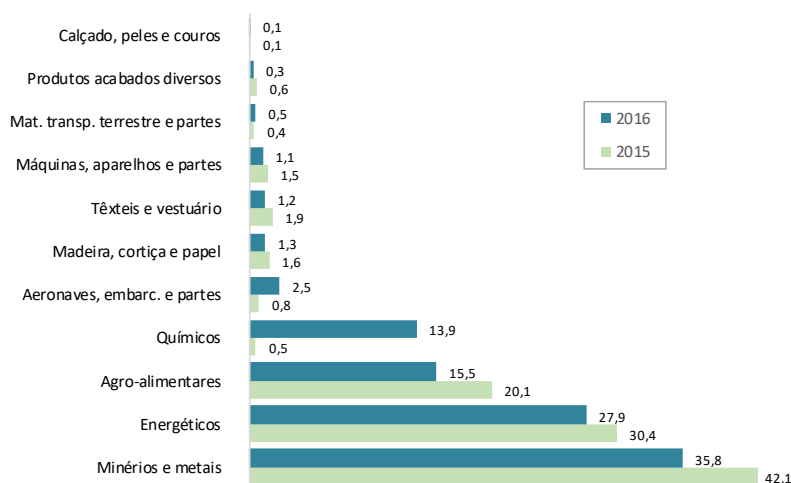
Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	% PT (1)
TOTAL	2 698	3 029	3 555	2 879	3 031	1,0
A - Agro-alimentares	445	507	536	577	470	5,7
B - Energéticos	750	1 014	1 068	875	844	0,0
C - Químicos	97	52	362	16	420	0,0
D - Madeira, cortiça e papel	91	43	97	47	39	0,0
E - Têxteis e vestuário	44	93	86	54	38	4,4
F - Calçado, peles e couros	0	1	2	2	2	1,2
G - Minérios e metais	1 063	979	1 310	1 213	1 086	0,0
H - Máquinas, aparelhos e partes	47	81	38	43	33	1,1
I - Mat. transp. terrestre e partes	14	28	8	12	15	0,2
J - Aeronaves, embarc. e partes	64	182	32	23	75	0,0
K - Produtos acabados diversos	83	51	15	18	9	4,3

(1) *Peso de Portugal nas exportações moçambicanas por grupos de produtos em 2016.*

Por memória:

Total de fonte INE-Moç	3 001	3 030	3 327	3 076	3 008	-
------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	---

Peso dos Grupos de Produtos no Total em 2015 e 2016 (%)



Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC);: 2012 a 2015 - cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2016 - ITC a partir do INE-Moç.

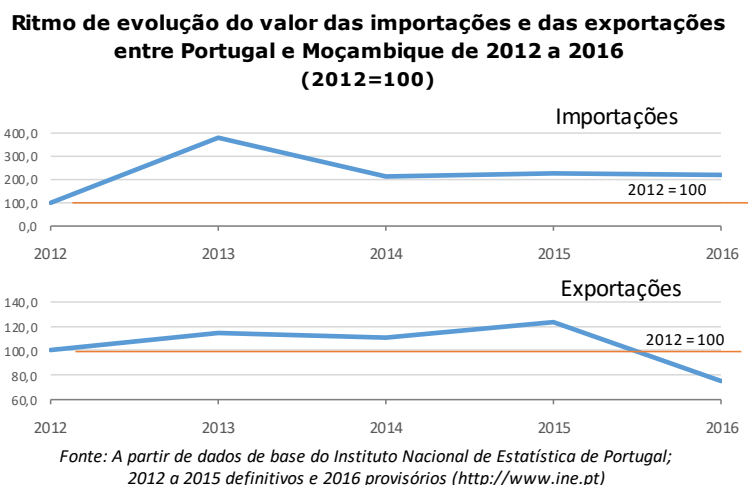
Seguiram-se, por ordem decrescente do seu peso na estrutura, os grupos:

- **“Energéticos”** (27,9% do total e quota praticamente nula para Portugal), principalmente energia elétrica, seguida do gás natural e do coque de hulha, linhite, turfa e carvão de retorta;
- **“Agroalimentares”** (15,5% e uma quota de 5,7% para Portugal), principalmente tabaco não manufacturado, açúcar de cana, crustáceos, cocos, cajú e outros frutos de casca rija, bananas, legumes de vagem em grão, vinhos, óleos de girassol, de cártamo ou de algodão e outras oleaginosas;
- **“Químicos”** (13,9% e quota praticamente nula para Portugal), essencialmente “kieselguhr” ativado, outras matérias naturais ativadas incluindo negros de origem animal, e adubos;
- **“Aeronaves, embarcações e partes”** (2,5% do total e quota nula para Portugal), essencialmente embarcações;
- **“Madeira, cortiça e papel”** (1,3% e quota praticamente nula para Portugal), como madeira serrada, em bruto ou perfilada e selos com curso no país de destino;
- **“Têxteis e vestuário”** (1,2% do total e quota de 4,4% para Portugal), principalmente perucas, pestanas e análogos, algodão cardado ou não, fios de algodão, cairo e outras fibras têxteis vegetais;
- **“Máquinas, aparelhos e partes”** (1,1% do total e quota de 1,1% para Portugal), muito diversificadas.

Os restantes grupos de produtos registaram pesos em relação ao total das exportações de apenas 0,5% e inferiores: **“Material de transporte terrestre e partes”** (0,5% e quota de 0,2%), **“Produtos acabados diversos”** (0,3% e quota de 4,3%) e **“Calçado, peles e couros”** (0,1% do total e quota de 1,2% para Portugal).

3. Comércio de mercadorias de Portugal com Moçambique

As importações anuais de Portugal com origem em Moçambique, após uma descida em 2014, têm-se mantido num patamar praticamente constante desde então.



Por sua vez as exportações, tendencialmente crescentes desde 2012, registaram uma quebra abrupta em 2016.

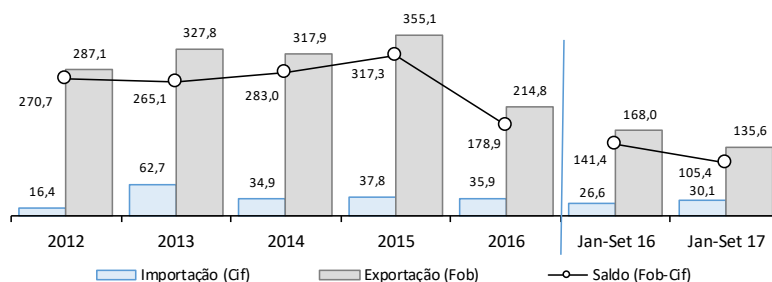
3.1. Balança Comercial

A Balança Comercial de mercadorias com Moçambique é amplamente favorável a Portugal. Ao longo dos últimos cinco anos o maior saldo ocorreu em 2015, com +317,3 milhões de euros, seguido de uma acentuada quebra no ano seguinte (-43,6%), ao reduzir-se para +178,9 milhões de euros.

**Balança Comercial Portugal- Moçambique
(2012-2016 e Janeiro-Setembro 2016-2017)**

milhões de Euros

	2012	2013	2014	2015	2016	Janeiro-Setembro	
						2016	2017
Importação (Cif)	16,4	62,7	34,9	37,8	35,9	26,6	30,1
TVH	-	281,8	-44,3	8,2	-5,0	-	13,4
Exportação (Fob)	287,1	327,8	317,9	355,1	214,8	168,0	135,6
TVH	-	14,2	-3,0	11,7	-39,5	-	-19,3
Saldo (Fob-Cif)	270,7	265,1	283,0	317,3	178,9	141,4	105,4
TVH	-	-2,1	6,8	12,1	-43,6	-	-25,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	1 747,6	522,6	910,6	939,8	598,6	632,3	449,8



*Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-11-2017;
2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).*

Nos primeiros nove meses de 2017 registou-se uma descida face ao período homólogo do ano anterior (-25,5%), com o saldo a situar-se em +105,4 milhões de euros.

Este resultado ficou a dever-se principalmente ao comportamento das exportações que, tendo acusado uma quebra de -39,5% em 2016, registaram uma descida de -19,3% no período em análise de 2017.

Dado o significativo desfasamento entre o valor das importações e das exportações de mercadorias, o grau de cobertura das primeiras pelas segundas é muito elevado.

3.2. Importações por grupos de produtos

Ao longo dos últimos cinco anos e primeiros nove meses de 2017, as importações portuguesas de mercadorias com origem em Moçambique incidiram em sua grande parte no grupo de produtos “Agroalimentares”, que representou 96,1% do total no período em análise de 2017 e 89,6% em igual período do ano anterior.

Importações de mercadorias com origem em Moçambique por Grupos de Produtos

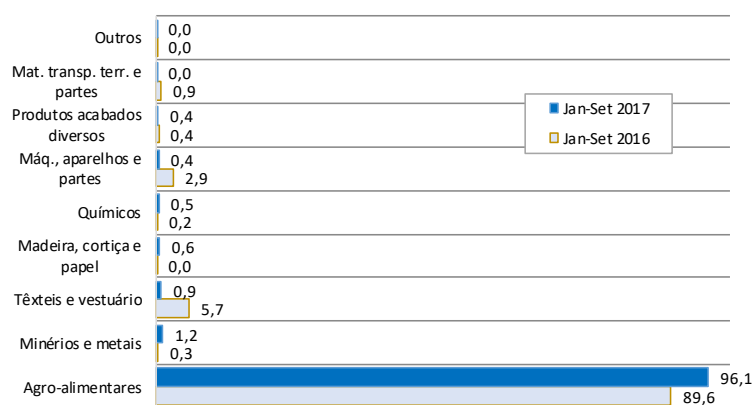
(2012-2016 e Janeiro-Setembro 2016 -2017)

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	Jan-Set	
						2016	2017
TOTAL	16 428	62 721	34 911	37 782	35 878	26 570	30 140
t.v.h.	-	281,8	-44,3	8,2	-5,0	-	13,4
A - Agro-alimentares	15 145	59 369	34 021	35 227	32 458	23 803	28 951
B - Energéticos	1	1	0	1	1	1	2
C - Químicos	39	40	21	41	53	40	140
D - Madeira, cortiça e papel	27	10	21	5	13	8	178
E - Têxteis e vestuário	829	1 545	445	2 165	1 757	1 513	265
F - Calçado, peles e couros	0	2	4	9	6	5	2
G - Minérios e metais	195	1 031	11	53	443	84	353
H - Máq., aparelhos e partes	52	635	118	120	796	780	131
I - Mat. transp. terr. e partes	73	2	2	2	228	228	6
J - Aeronaves, embarc. e partes	0	2	153	77	0	0	3
K - Produtos acabados diversos	67	84	114	82	124	107	107

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro-Setembro de 2016 e 2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-11-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

No período de janeiro a setembro de 2017, face ao período homólogo de 2016, verificou-se um acréscimo nas importações de +13,4% (+3,6 milhões de euros), que ficou a dever-se a um substancial aumento verificado no grupo “Agroalimentares” (+5,1 milhões de euros), principalmente peixe, crustáceos e moluscos, com prevalência dos crustáceos.

Entre os grupos de produtos com maior peso verificaram-se quebras nos grupos “Têxteis e vestuário” (-1,2 milhões de euros), “Máquinas, aparelhos e partes” (-649 mil euros) e “Material de transporte terrestre e partes” (-222 mil euros) e acréscimos nos grupos “Minérios e metais” (+269 mil euros), “Madeira, cortiça e papel” (+170 mil euros) e “Químicos” (+100 mil euros), tendo estagnado as importações de “Produtos acabados diversos”.

**Importações de mercadorias com origem em Moçambique
por grupos desagregados por principais produtos**
(2012-2016 e Janeiro-Setembro 2016 -2017)

milhares de Euros

Grupos de produtos	Jan-Set	
	2016	2017
TOTAL	26 570	30 140
A - Agro-alimentares	23 803	28 951
03 Peixes, crustáceos e moluscos	16 385	24 049
17 Açúcares e produtos de confeitaria	6 304	4 396
08 Frutas, cascas de citrinos e melões	0	283
24 Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	1 057	194
B - Energéticos	1	2
C - Químicos	40	140
39 Plástico e suas obras	6	136
40 Borracha e suas obras	34	4
D - Madeira, cortiça e papel	8	178
44 Madeira e suas obras; carvão vegetal	6	144
49 Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	2	33
E - Têxteis e vestuário	1 513	265
52 Algodão	1 508	260
F - Calçado, peles e couros	5	2
G - Minérios e metais	84	353
78 Chumbo e suas obras	0	325
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	54	15
82 Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	20	4
H - Máq., aparelhos e partes	780	131
84 Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	483	99
85 Máq/aparelh eléctric; gravad. som/imagem; s/partes	298	32
I - Mat. transp. terr. e partes	228	6
87 Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	226	6
J - Aeronaves, embarc. e partes	0	3
K - Produtos acabados diversos	107	107
90 Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic; s/partes	64	60
94 Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	1	18
97 Objectos de arte, de colecção ou antiguidades	19	17
95 Brinquedos/jogos/artig desporto; s/partes e acess	0	10

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-11-2017; 2016 provisórios; 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações por grupos de produtos

As exportações portuguesas para Moçambique registaram em 2016 uma descida de -39,5% (-140,3 milhões de euros) face ao ano anterior, com quebras em todos os onze Grupos de Produtos, incidindo as mais significativas nos grupos “Máquinas, aparelhos e partes” (-53,3 milhões de euros), “Minérios e metais” (-22 milhões), “Energéticos” (-15,6 milhões), “Químicos” (-15,2 milhões), e “Produtos acabados diversos” (-12,5 milhões de euros).

Exportações de mercadorias com destino a Moçambique por Grupos de Produtos

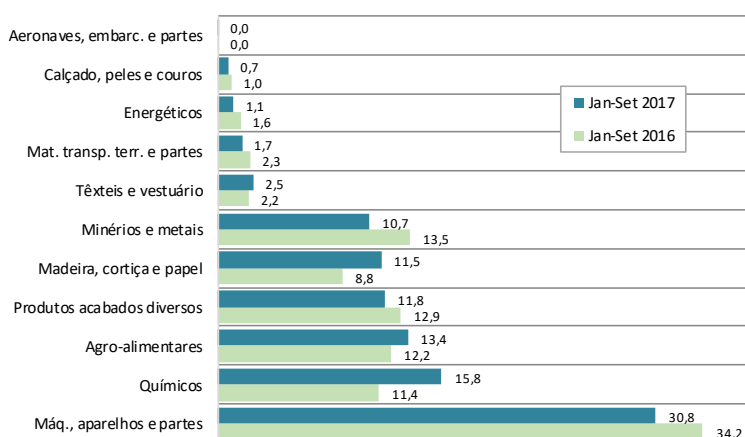
(2012-2016 e Janeiro-Setembro 2016-2017)

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	Jan-Set	
						2016	2017
TOTAL	287 104	327 778	317 908	355 081	214 759	168 011	135 566
t.v.h.	-	14,2	-3,0	11,7	-39,5	-	-19,3
A - Agro-alimentares	30 425	35 157	36 705	34 987	26 301	20 517	18 134
B - Energéticos	3 168	2 207	3 370	18 726	3 140	2 662	1 506
C - Químicos	28 696	34 465	39 203	41 810	26 582	19 085	21 398
D - Madeira, cortiça e papel	19 482	19 728	19 602	22 270	18 418	14 802	15 602
E - Têxteis e vestuário	7 706	7 546	7 740	7 716	4 755	3 636	3 376
F - Calçado, peles e couros	2 662	3 011	3 874	5 756	2 052	1 597	986
G - Minérios e metais	33 325	41 976	44 526	48 823	26 798	22 748	14 486
H - Máq., aparelhos e partes	108 936	121 262	108 303	126 620	74 271	57 450	41 813
I - Mat. transp. terr. e partes	15 895	25 997	16 866	7 797	4 533	3 807	2 289
J - Aeronaves, embarc. e partes	7 745	2 230	319	211	47	42	26
K - Produtos acabados diversos	29 064	34 201	37 398	40 365	27 863	21 666	15 949

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro-Setembro de 2016 e 2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-11-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

No período de janeiro a setembro de 2017 assistiu-se também a uma descida das exportações face ao período homólogo do ano anterior (-19,3%, ou seja -32,4 milhões de euros).

Registaram-se quebras em nove dos onze grupos de produtos, incidindo a mais volumosa no grupo “Máquinas, aparelhos e partes” (-15,6 milhões de euros), seguida das dos grupos “Minérios e metais” (-8,3 milhões), “Produtos acabados diversos” (-5,7 milhões), “Agroalimentares” (-2,4 milhões), “Material de transporte terrestre e partes” (-1,5 milhões), “Energéticos” (-1,2 milhões), “Calçado, peles e couros” (-610 mil euros), “Têxteis e vestuário” (-260 mil) e “Aeronaves, embarcações e partes” (-16 mil euros).

Por sua vez, verificaram-se acréscimos nas exportações dos grupos “Químicos” (+2,3 milhões de euros) e “Madeira, cortiça e papel” (+801 mil euros).

- Neste período, o grupo com maior peso no total foi **“Máquinas, aparelhos e partes”**, que de janeiro a setembro de 2017 representou 30,8% das exportações com este destino, com predomínio dos transformadores elétricos, fios e cabos elétricos, aparelhos telefónicos, quadros elétricos, interruptores e seccionadores, aparelhos de ar condicionado, refrigeradores e congeladores, computadores e suas unidades, motores e geradores, torneiras e válvulas, entre muitos outros.
- Seguiu-se o grupo **“Químicos”** (15,8%), com destaque para os medicamentos e outros produtos farmacêuticos, plásticos e suas obras, entre outros produtos das indústrias químicas.
- As exportações do grupo **“Agroalimentares”** (13,4%) incidiram em sua grande parte nas preparações e conservas de peixe, azeite, gorduras e óleos, vinhos, preparações à base de cereais e leite, cerveja, peixe congelado, enchidos de carne, café, sumos de frutas e de produtos hortícolas, frutas e outras preparações alimentícias.

- No grupo dos “**Produtos acabados diversos**” (11,8%), muito diversificados, salientou-se o mobiliário, os produtos cerâmicos, como ladrilhos para pavimentação ou revestimento, os candeeiros, os assentos mesmo transformáveis em cama, os instrumentos e aparelhos de precisão incluindo para medicina, a pedra trabalhada de cantaria ou construção, e o vidro e suas obras, entre muitos outros.
- No grupo “**Madeira, cortiça e papel**” (11,5%) evidenciaram-se as exportações de livros e outros produtos das indústrias gráficas, de papel, cartão e suas obras, de obras de marcenaria e peças de carpintaria para construção e de papel higiênico.
- Nas exportações do grupo “**Minérios e metais**” (10,7%) destacaram-se as de produtos de ferro ou aço, como por exemplo elementos de pontes, torres, pórticos, colunas, portas, janelas e seus caixilhos, tubos e perfis, as de barras e perfis de alumínio, as guarnições e ferragens em metais comuns para móveis, portas, janelas e persianas, a cutelaria, os talheres e outras obras de metais comuns, e ferramentas, entre outras.

Os restantes cinco grupos de produtos representaram, no seu conjunto, apenas cerca de 6% do total: “**Têxteis e vestuário**” (2,5%), “**Material de transporte terrestre e suas partes**” (1,7%), “**Energéticos**” (1,1%), “**Calçado, peles e couros**” (0,7%) e “**Aeronaves, embarcações e partes**” (0,02%).

**Exportações de mercadorias com destino a Moçambique
por grupos desagregados por principais produtos**
(2012-2016 e Janeiro-Setembro 2016 -2017)

milhares de Euros

NC	Grupos de produtos	Jan-Set	
		2016	2017
	TOTAL	168 011	135 566
	A - Agro-alimentares	20 517	18 134
16	Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	2 475	3 341
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	1 927	2 835
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	7 785	2 651
19	Prep base cereais ou leite; produtos de pasteleria	1 516	1 959
20	Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	1 480	1 796
03	Peixes, crustáceos e moluscos	1 072	1 256
09	Café, chá, mate e especiarias	707	953
04	Leite e laticínios, ovos, mel	898	874
21	Preparações alimentícias diversas	1 027	838
	B - Energéticos	2 662	1 506
2710	Refinados de petróleo	2 568	1 412
	C - Químicos	19 085	21 398
30	Produtos farmacêuticos	4 056	6 595
39	Plástico e suas obras	6 704	6 227
38	Produtos diversos das indústrias químicas	4 393	4 723
32	Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes	1 358	1 037
33	Óleos essenciais; perfumaria; cosméticos	680	901
34	Sabões; lubrificantes; ceras artíf; velas; prep dentista	644	799
40	Borracha e suas obras	688	545
	D - Madeira, cortiça e papel	14 802	15 602
49	Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	6 921	9 923
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	4 433	4 238
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	3 381	1 264
	E - Têxteis e vestuário	3 636	3 376
63	Outr artefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	868	917
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	1 155	781
61	Vestuário de malha e seus acessórios	674	433
57	Tapetes e outros revestimentos de matérias têxteis	333	377
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	267	283
59	Tecid impregnad/revest; art uso técnico mat têxteis	90	238
	F - Calçado, peles e couros	1 597	986
64	Calçado e suas partes	1 011	704
42	Obras de couro; artig viagem/bolsas; obras tripa	526	233
	G - Minérios e metais	22 748	14 486
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	12 141	7 322
76	Alumínio e suas obras	5 168	3 469
83	Obras diversas de metais comuns	1 642	1 286
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	1 102	719
72	Ferro fundido, ferro e aço	1 556	701
74	Cobre e suas obras	412	512
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	682	384

(continua)

NC	Grupos de produtos	Jan-Set	
		2016	2017
H - Máq., aparelhos e partes		57 450	41 813
85	Máq/aparelh eléctric; gravad. som/imagem; s/partes	32 554	27 946
84	Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	24 896	13 866
I - Mat. transp. terr. e partes		3 807	2 289
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	1 796	1 647
86	Veículos/mat via férrea; aparelh mecân sinalização	2 011	642
J - Aeronaves, embarc. e partes		42	26
K - Produtos acabados diversos		21 666	15 949
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	8 904	7 204
69	Produtos cerâmicos	3 096	2 864
90	Aparelh óptico/fotog/medida/precisão/médic;s/partes	4 857	2 480
68	Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	2 406	1 431
70	Vidro e suas obras	1 802	1 346

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-11-2017; 2016 provisórios; 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

ANEXO -1

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Cap's NC/SH
A- Agro-alimentares	01 a 24
B- Energéticos	27
C- Químicos	28 a 40
D- Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E- Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F- Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G- Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H- Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I- Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J- Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K- Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

ANEXO -2

Diferencial entre os dados de fonte INE-Moç. e ITC

10³ US\$

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação					
INE-MZ (1)	8 687 970	10 099 134	9 280 534	8 334 221	5 206 186
ITC (2)	6 177 210	10 099 147	8 743 074	7 907 622	5 295 313
Δ (%)	-28,9	0,0	-5,8	-5,1	1,7
Exportação					
INE-MZ (1)	3 855 538	4 023 719	4 420 530	3 413 271	3 328 236
ITC (2)	3 469 852	4 023 719	4 725 331	3 196 082	3 354 938
Δ (%)	-10,0	0,0	6,9	-6,4	0,8

Fontes: (1) INE-Moç.; (2) International Trade Centre (ITC) - 2012 a 2015 - cálculos do ITC baseados em estatísticas COMTRADE da ONU; 2016 - INE-Moç.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 05 de dezembro de 2017	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 5 de dezembro de 2017 destacam-se os seguintes temas: ▪ Fiscalidade – Jurisdições não cooperantes: O Conselho aprovou conclusões sobre jurisdições não cooperantes em matéria fiscal, as quais são identificadas numa lista anexa às referidas conclusões. Os critérios de boa governação que nortearam o processo de análise das jurisdições cobrem três áreas: 1) transparência fiscal, 2) justiça fiscal (“<i>fair taxation</i>”) e 3) implementação de medidas anti erosão da base tributária e transferência de lucros. Foram analisadas 92 jurisdições, das quais 17¹ integram a lista adotada. Estas 17 jurisdições são incentivadas a adotar as medidas necessárias para colmatar as deficiências identificadas. A UE e os estados-membros poderão aplicar medidas defensivas (de natureza não fiscal pela UE ou fiscal pelos estados-membros) às jurisdições listadas, tendo em vista a prevenção da erosão da base tributável dos estados-membros da UE. O Conselho identificou ainda um grupo adicional de 47² jurisdições com deficiências, mas que tomaram ou comprometeram-se politicamente a tomar medidas significativas para as resolver até ao final de 2018 sob pena de inclusão na lista. A implementação desses compromissos será monitorizada ao longo do ano de 2018. ▪ Procedimento relativo aos Défices Excessivos: O Conselho decidiu revogar o procedimento relativo ao défice excessivo do Reino Unido, confirmando que este país reduziu o seu défice para um valor abaixo dos 3% do PIB e que essa correção é sustentada. Após sair do procedimento relativo aos défices excessivos, o Reino Unido fica sujeito ao braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Conselho emitiu, igualmente, uma nova recomendação à Roménia para que corrija o desvio significativo em relação à trajetória de ajustamento para o objetivo de médio prazo, após ter adotado a decisão que estabelece que aquele país não tomou medidas eficazes. ▪ Semestre Europeu de 2018: O Conselho iniciou o processo anual de monitorização de políticas, com particular incidência na promoção do crescimento económico e nos desequilíbrios macroeconómicos nos estados-membros. No quadro da governação económica da UE, a Comissão apresentou o Annual Growth Survey (AGS) e o Alert Mechanism Report (AMR). Preservando-se a estratégia assente nos 3 pilares, patentes na sustentabilidade que a recuperação económica vem apresentando. A necessidade de prosseguir esforços no sentido da redução do desemprego e do desenvolvimento sustentável, reestruturando desequilíbrios que prosseguem a gerar efeitos negativos. Está previsto regressar a este tópico na reunião do ECOFIN de janeiro de 2018. ▪ Subsidiária do Grupo BEI para o desenvolvimento: O Presidente do Grupo BEI apresentou a proposta da sua instituição para a criação de uma subsidiária focada no desenvolvimento. Esta nova entidade, a ser desenvolvida potencialmente sob o molde do Fundo Europeu de Investimento, poderá contar com o envolvimento da Comissão, das agências

¹ Samoa Americana, Bahrain, Barbados, Grenada, Guam, República da Coreia, Macau, Ilhas Marshall, Mongólia, Namíbia, Palau, Panamá, Santa Lúcia, Samoa, Trínidad e Tobago, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.

² Albânia, Andorra, Arménia, Aruba, Belize, Bermudas, Bósnia e Herzegovina, Botswana, Cabo Verde, Catar, Curaçau, ex-República Jugoslava da Macedónia, Fiji, Grónelândia, Guernsey, Hong Kong SAR, Ilhas Caimão, Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilha Labuan, Ilha de Man, Jamaica, Jersey, Jordânia, Liechtenstein, Malásia, Maldivas, Marrocos, Maurício, Montenegro, Nauru, Niue, Nova Caledónia, Omã, Peru, São Marino, São Vicente e Granadinas, Sérvia, Seychelles, Suazilândia, Suíça, Tailândia, Taiwan, Turquia, Uruguai, Vanuatu e Vietname.

Iniciativa

Sumário

nacionais para o desenvolvimento e de entidades privadas. O foco da entidade será nos objetivos de desenvolvimento sustentável, na migração e na ação climática. A estrutura de governação refletirá necessariamente o foco conjunto das entidades parceiras nestes temas. Frisou que a criação deste veículo permitirá reforçar a visibilidade da ação da Comissão, e ao mesmo tempo, a complementaridade de atuação com diversos parceiros, sem exigir qualquer reforço de capital por parte dos estados-membros. O propósito da apresentação no ECOFIN deveu-se ao tópico imprimido pelo Presidente Hoyer de “fazer mais com o mesmo ou com menos”, racional que considerou ter ressonância na orientação natural dos ministros das finanças dos estados-membros de gerirem recursos orçamentais escassos. Salientou que estava a apresentar um projeto ainda em construção e não uma proposta final, a qual deverá aparecer em maio de 2018 aquando da reunião anual dos Governadores do grupo, após consulta intensa com a Comissão, os estados-membros e possíveis parceiros. A proposta foi bem recebida e apreciada positivamente pelos membros presentes. A Comissão manifestou suporte pela proposta, pese embora a complexidade da mesma e a necessidade de esclarecimentos adicionais e trabalho preparatório adicional, na medida em que a subsidiária assegure a prossecução da política europeia com o exterior. Todos os estados-membros intervenientes (MT, DE, SK, LU, IT, FR, PT, AT, HR, SI, SE, DK, BE, LT, LV e IE) saudaram a ideia apresentada, pelos potenciais ganhos de eficiência, racionalização e complementaridade que poderá trazer no quadro da concretização das prioridades da política de desenvolvimento da UE. As questões que necessitarão de esclarecimento detalhado incluem o mandato da nova entidade, o âmbito geográfico, o impacto na ação de outros bancos de desenvolvimento multilaterais – em particular o BERD, os custos associados e articulação com o futuro QFP, o valor acrescentado para a política europeia, e o modelo de governação a adotar.

Foi ainda adotado, sem debate, um pacote legislativo, constituído por uma diretiva e dois regulamentos, com o objetivo de facilitar o cumprimento das obrigações em matéria de IVA por parte das empresas da economia digital. Este pacote é parte integrante da Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa. As novas regras definem a introdução, até 2019, de medidas de simplificação para as vendas intra-UE de serviços eletrónicos, bem como a ampliação, até 2021, do balcão único às vendas à distância de bens, tanto intra-UE como provenientes de países terceiros. Preveem, ainda, a supressão da isenção do IVA para as pequenas remessas e a cooperação administrativa reforçada entre estados-membros para acompanhar e facilitar a referida ampliação.

Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros:

- A adoção pelo COREPER, no dia 20 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contra-partida central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações;
- O acordo político alcançado pelo COREPER, no mesmo dia, sobre a proposta de alteração da Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva

Iniciativa	Sumário
2009/101/CE.	
Transposição de Diretiva – Energia de Fontes Renováveis – Qualidade dos Combustíveis Conselho de Ministros de 7 de dezembro	Aprovou o decreto-lei que transpõe a Diretiva (UE) 2015/1513 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.
Declaração automática de rendimentos Conselho de Ministros de 14 de dezembro	Aprovou o decreto regulamentar que fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos. Esta medida faz parte do Programa Simplex+, lançado pelo XXI Governo Constitucional com o objetivo de fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração, tornando-a mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas.
Programa de Estímulo ao Emprego Científico Conselho de Ministros de 14 de dezembro	Definiu os níveis remuneratórios dos contratos a celebrar ao abrigo do regime de contratação de doutorados, destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, completando as disposições necessárias à execução do Decreto-Lei n.º 57/2016, visando a implementação integral do Programa de Estímulo ao Emprego Científico a partir de 2018.
Regime contributivo dos trabalhadores independentes Conselho de Ministros de 21 de dezembro	Aprovou o decreto-lei que altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes. Em cumprimento ao estabelecido no Programa de Governo, constitui mais um passo no combate à precariedade nas relações laborais.
Interoperabilidade dos sistemas informáticos do Estado Conselho de Ministros de 21 de dezembro	Promove a utilização de normas abertas para a informação em suporte digital na Administração Pública, permitindo a liberdade tecnológica dos cidadãos e organizações e a interoperabilidade dos sistemas informáticos do Estado.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Transposição de Diretivas - Código dos Contratos Públicos Declaração de Retificação n.º 42/2017 - Diário da República n.º 231/2017, Série I de 2017-11-30	Retifica a Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, da Presidência do Conselho de Ministros, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, do Planeamento e das Infraestruturas, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, 2.º suplemento, de 31 de agosto de 2017.
Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) Despacho n.º 10548-B/2017 - Diário da República n.º 232/2017, 2º Suplemento, Série II de 2017-12-04	Aprovação do regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E).
Programa Internacionalizar Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2017 - Diário da República n.º 234/2017, Série I de 2017-12-06	Aprova o Programa Internacionalizar.

Assunto/Diploma	Descrição
Serviço Público de Notificações Eletrónicas – Morada única digital Portaria n.º 365/2017 - Diário da República n.º 235/2017, Série I de 2017-12-07	Regulamenta o Serviço Público de Notificações Eletrónicas (SPNE) associado à morada única digital, previsto no Decreto-Lei n.º 93/2017, de 1 de agosto.
Transposição de Diretivas – Declaração Financeira e Fiscal por País – Plano de Ação «BEPS» Portaria n.º 367/2017 - Diário da República n.º 236/2017, Série I de 2017-12-11	Portaria que aprova a declaração e respetivas instruções de preenchimento, designado por «Comunicação da Identificação da Entidade Declarante - Declaração Financeira e Fiscal por País» (Modelo 54), para cumprimento da obrigação referida no n.º 4 do artigo 121.º-A do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro.
Plano de Ação para a Economia Circular - Economia Circular Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017 - Diário da República n.º 236/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-12-11	Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal.
Transposição de Diretivas – Energia proveniente de fontes renováveis Decreto-Lei n.º 152-C/2017 - Diário da República n.º 236/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-12-11	Transpõe a Diretiva (UE) 2015/1513, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.
Fiscalização conjunta dos agentes económicos e de grandes eventos – Grupo de Trabalho interministerial Despacho n.º 11141/2017 - Diário da República n.º 243/2017, Série II de 2017-12-20	Cria o Grupo de Trabalho interministerial para estabelecer os termos da colaboração entre as diversas entidades e organismos fiscalizadores na promoção de ações de fiscalização conjunta dos agentes económicos e de grandes eventos.
Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural Regulamento n.º 629/2017 - Diário da República n.º 243/2017, Série II de 2017-12-20	Aprova o Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Sector do Gás Natural.
Internacionalização das Empresas – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/2017 - Diário da República n.º 244/2017, Série I de 2017-12-21	Autoriza o Governo da República Portuguesa a participar nas décima sexta e décima sétima reconstituições de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento, nas décima terceira e décima quarta reconstituições de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento, na décima primeira reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento, no aumento de capital ordinário do Banco de Desenvolvimento da América Latina e no aumento geral de capital do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.
Orçamento Participativo Portugal (OPP) – Coesão económica e social Resolução do Conselho de Ministros n.º 195/2017 - Diário da República n.º 245/2017, Série I de 2017-12-22	Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização do Orçamento Participativo Portugal, para o ano de 2018.
Câmaras de comércio e indústria – Tecido empresarial Decreto-Lei n.º 154/2017 - Diário da República n.º 248/2017, Série I de 2017-12-28	Altera o regime jurídico das câmaras de comércio e indústria.
Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) – Correções dedutíveis Decreto Regulamentar n.º 11/2017 - Diário da República n.º 248/2017, Série I de 2017-12-28	Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.
Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) – Taxa do adicionamento sobre as emissões de CO2 Portaria n.º 384/2017 - Diário da República n.º 248/2017, Série I de 2017-12-28	Portaria que fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO2, previsto no artigo 92.º-A do CIEC, e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto.
Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) – Competitividade e sustentabilidade das empresas Decreto-Lei n.º 156/2017 - Diário da República n.º 248/2017, Série I de 2017-12-28	Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018.

Assunto/Diploma	Descrição
Grandes Opções do Plano para 2018 Lei n.º 113/2017 - Diário da República n.º 249/2017, Série I de 2017-12-29	Grandes Opções do Plano para 2018.
Orçamento de Estado para 2018 Lei n.º 114/2017 - Diário da República n.º 249/2017, Série I de 2017-12-29	Orçamento do Estado para 2018.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.